

2018



**HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO
DA ILHA TERCEIRA**



RELATÓRIO E CONTAS



Índice

I. Mensagem da Presidente do Conselho de Administração.....	3
II. Caracterização do HSEIT, EPER.....	5
III. Critérios de elaboração do Relatório e Contas	12
IV. Movimento Assistencial	13
V. Acreditação e Qualidade	35
VI. Gestão do Utente	37
VII. Serviço Social	51
VIII. Auditoria Interna	54
IX. Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD)	55
X. Sistemas e Tecnologias de Informação	56
XI. Recursos Humanos.....	60
XII. Serviços Farmacêuticos	86
XIII. Departamento de Logística	92
XIV. Análise Económica e Financeira	95
XV. Posição Financeira do Hospital	110
XVI. Proposta de aplicação de resultados	110
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	111
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (1/2).....	112
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (2/2).....	113
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	114
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	114
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	115
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	116
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	118
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	153

I. Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Em cumprimento do determinado na alínea b) do nº 1 do art. 11 do DLR 2/2007 de 24 janeiro, apresentamos as contas do ano 2018 e o relatório de gestão que traduz a síntese das principais atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) no cumprimento da sua missão de prestação de cuidados diferenciados, adequados e acessíveis em tempo oportuno, garantindo uma eficaz e eficiente gestão de recursos, a humanização da prestação de cuidados e promovendo o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro económico financeiro sustentável.

Efetivamente se por um lado a delicada sustentabilidade económico financeira do sector é uma grande preocupação, por outro lado constitui um fator de motivação na senda do equilíbrio entre os objetivos estratégicos na ótica assistencial e a maior eficácia, eficiência e rigor na gestão dos recursos existentes.

Do ponto de vista assistencial o ano de 2018, é marcado pelo aumento do número de cirurgias realizadas atingindo-se o melhor resultado de sempre, com destaque para a linha ascendente que vem sendo assumida pelas cirurgias de ambulatório bem como o aumento do número de consultas realizadas, que nos últimos 4 anos cresceram na ordem dos 10%, o que evidencia uma melhoria generalizada da acessibilidade aos cuidados hospitalares.

Em simultâneo realça-se o aumento em Sessões de Hospital de Dia e em MCDT realizados.

O número de admissões à Urgência tem vindo a estabilizar, com ligeiro aumento face ao ano anterior e ao nível do Internamento, o número de doentes saídos tem evidenciado uma ligeira redução.

Este ano 2018, fica marcado pelo arranque formal do projeto de Acreditação do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), pela Joint Commission International (JCI).

As creditações na área da saúde certificam as instituições que demonstram possuir ações/processos que priorizem a segurança e qualidade no atendimento ao paciente baseados nas melhores práticas internacionais vigentes.

Assim, o projeto de acreditação do HSEIT visa a garantia de um ambiente de confiança, redução de riscos para os beneficiários e prestadores de cuidados, disponibilização de indicadores quantificáveis de qualidade e segurança, estímulo e demonstração de melhoria contínua sustentável, em resultados, satisfação de utentes e gestão de recursos, com realce para a eficiência designadamente através da padronização de cuidados e respetiva avaliação externa.

Destaque para o fato de que, a atividade desenvolvida e os resultados obtidos apenas foram possíveis de alcançar devido ao meritório trabalho, envolvimento e dedicação de todos os colaboradores do HSEIT a quem publicamente manifestamos o nosso reconhecimento e consideração.

Efetivamente é o utente o que está no centro de toda a atividade e é a humanização dos cuidados que norteia a procura da excelência assistencial. Os desafios existem, e são esses mesmos desafios que nos motivam para fazer mais e melhor em prol da saúde dos nossos utentes.

Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves

II. Caracterização do HSEIT, EPER

2.1 Enquadramento histórico

A 15 de março de 1492, na então denominada vila de Angra, na ilha Terceira, foi fundado o Hospital de Santo Espírito, pelo capitão-donatário João Vaz Corte Real, juntamente com o Juiz ordinário João Borges e outros, formando-se, por assim dizer, na Irmandade do Santo Espírito.

El-Rei D. João II tomou este tão útil estabelecimento debaixo da sua real proteção, concedendo-lhe os mesmos privilégios que tinham iguais instituições de Portugal, sendo por isso autorizado pelas Bulas

de Sisto IV e Inocêncio VIII.

Francisco Ernesto de Oliveira Martins in "Hospital de Angra nos seus Quinhentos Anos – Subsídios para o seu Estudo"



A história do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), como centro de prestação de cuidados e plataforma logística de apoio, entronca diretamente na história dos Descobrimentos

portugueses.

Com efeito, Angra, "a universal escala do mar poente", como lhe chamou o cronista Gaspar Frutuoso, tornou-se, a partir do século XVI e durante quase trezentos anos, porto de escala obrigatório e principal elo de ligação entre o Velho e o Novo Mundo e o seu hospital começa por ser um testemunho vivo do movimento expansionista que marca a idade moderna portuguesa.

Recorde-se, por exemplo, que, em 1499, no regresso da viagem inaugural da rota atlântica da Índia, Vasco da Gama aportou em Angra para permitir que o seu irmão Paulo, ferido na sequência do afundamento do navio "São Rafael", fosse tratado e aqui vivesse os seus últimos dias. Vasco da Gama partiu rumo a Lisboa, com as novas do sucesso da viagem empreendida, após ter sepultado o irmão no Mosteiro de São Francisco.

Esta importância estratégica da cidade de Angra e do seu hospital não deixou nunca de se afirmar, tendo, ao longo dos séculos, somente ganho novos enquadramentos, de acordo com os sucessivos contextos históricos. Foi assim no quadro da resistência à perda da independência para Espanha,

em 1588, foi-o também no cenário das lutas liberais, na primeira metade do século XIX, e continuou a sê-lo já em pleno século XX, com a importância da base aérea das Lajes, no apoio ao esforço de guerra inglês, durante a II Guerra Mundial, e ao posicionamento geoestratégico dos E.U.A., enquanto potência emergente daquele conflito.

Até ao ano de 1832, o Hospital de Santo Espírito esteve instalado no edifício que ficava junto à Igreja da Misericórdia (sua primeira localização) e foi D. Pedro IV que, por decreto de 28 de abril de 1832, concedeu o extinto convento das religiosas da Conceição à Misericórdia de Angra, para ali se estabelecer o novo Hospital.



A nova localização durou até agosto de 1961. Este hospital, bastante amplo para a época, estava excelentemente situado, não só por ficar distante do centro da cidade «como por ficar exposto aos ventos reinantes nesta ilha que levavam para longe quaisquer miasmas que

possam ser desenvolvidas em edifícios desta natureza». Tudo isto no dizer dos médicos da altura.

Os Estatutos e o Regulamento do Hospital de Angra, publicado em 1833 são a prova provada de que este foi um dos mais avançados do seu tempo, não sendo de admirar por ter sido feito na altura em que esta ilha era a parcela de Portugal mais liberal e onde se gerou um maior liberalismo.

Aí se apontava ser obrigação de haver um maior escrupulo na escolha dos médicos, cirurgiões e boticários, que deveriam ser nomeados de preferência os que tivessem melhores informações e aprovações em cursos de Universidade e Academias de maior crédito, bem como melhor reputação relativamente à sua profissão e comportamento.

Francisco Ernesto de Oliveira Martins in "Hospital de Angra nos seus Quinhentos Anos – Subsídios para o seu Estudo"

Inauguradas em 26 de março de 2012, as novas instalações do HSEIT foram pensadas e construídas para dar resposta «às necessidades do presente e às exigências do futuro», parafraseando o então Presidente do Governo Regional do Açores, Carlos César, aquando da respetiva cerimónia.



2.2 Área de abrangência populacional

O HSEIT, EPER presta cuidados de saúde em referênciação direta a uma população de 69.036 habitantes, residentes nas ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, abrangendo as áreas de influência de três Unidades de Saúde de Ilha e cinco Centros de Saúde:



2.3.3 – Visão, Missão, Valores

Visão

- O HSEIT, EPER é uma instituição de referência na área da prestação de cuidados de saúde hospitalares, reconhecidos pela sua qualidade e facilidade no acesso, bem como pela elevada satisfação de utentes e profissionais, sempre em articulação com as demais unidades de saúde

Missão

- O HSEIT, EPER é um hospital multidisciplinar na prestação de cuidados de saúde, desenvolvendo a sua atividade nas áreas de diagnóstico, tratamento, prevenção, investigação, ensino, reabilitação e continuidade de cuidados. O HSEIT, EPER garante uma prestação de cuidados de acordo com as necessidades identificadas por cada utente, em concordância com as melhores práticas clínicas e uma eficiente utilização dos recursos disponíveis

Valores

- Atitude centralizada no utente
- Humanização
- Ética
- Rigor
- Qualidade
- Equidade
- Confiança
- Segurança
- Eficácia
- Eficiência
- Espírito de colaboração

Modelo em vigor para o triénio 2016-2018

2.3 Elementos de identificação

Elementos de Identificação	
Designação	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.
Endereço	Canada do Breado 9701-856 Angra do Heroísmo
Número Identificação Fiscal	512 105 030

2.4 Órgãos Sociais

À data de elaboração do presente Relatório os Órgãos Sociais são compostos pelos seguintes elementos:

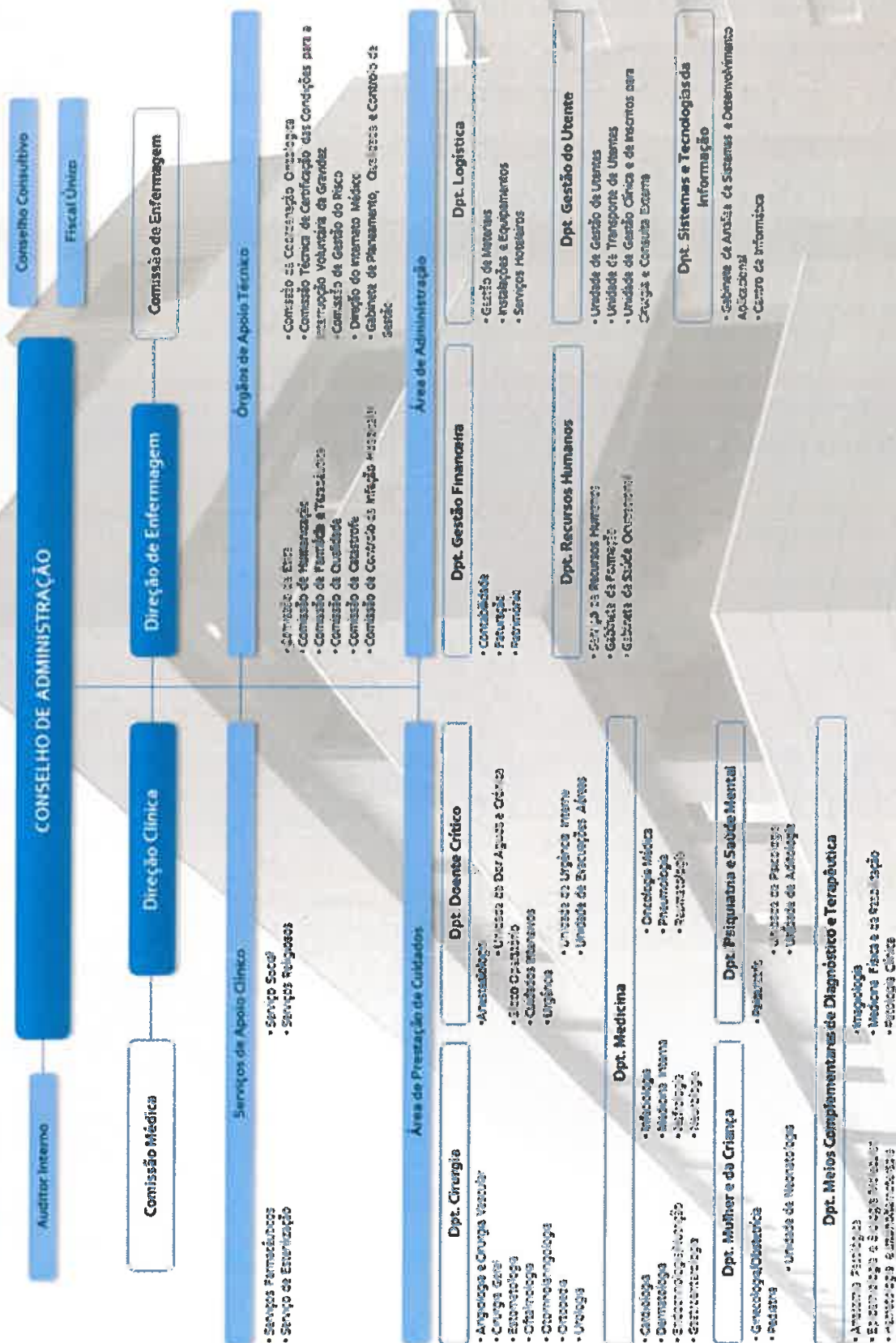
Conselho de Administração	
Presidente	Dr.ª Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves
Diretora Clínica	Dr.ª Alexandra Cristina Santos Freitas
Enfermeiro Diretor	Enf. Casimiro Jorge dos Santos Ribeiro
Vogal	Dr. João Carlos Cruz Barbosa de Macedo

Fiscal Único	
Efetivo	UHY & Associados, SROC, Lda.
Suplente	A. Jacinto e Pereira da Silva, SROC

2.5 Organização Interna



Organograma funcional



Fonte:Regulamento Interno do HSEIT,EPER

Área de Prestação de Cuidados

A área de prestação de cuidados encontra-se dividida em Departamentos que enquadram as seguintes especialidades:

Departamento	Especialidade
Departamento de Cirurgia	Angiologia e Cirurgia Vascular
	Cirurgia Geral
	Cirurgia Plástica*
	Estomatologia
	Neurocirurgia *
	Oftalmologia
	Ortopedia
	Otorrinolaringologia
	Urologia
Departamento Medicina	Cardiologia
	Dermatologia
	Infeciologia
	Endocrinologia *
	Gastroenterologia
	Medicina Interna
	Nefrologia
	Neurologia
	Oncologia Médica
	Pedopsiquiatria *
	Pneumologia
	Reumatologia *
Departamento da Mulher e da Criança	Ginecologia/Obstetrícia
	Pediatria
	• Unidade de Cuidados Especiais Pediátricos e Neonatais
Departamento de Saúde Mental	Psiquiatria
	• Unidade Psicologia

Departamento	Especialidade
Departamento do Doente Crítico	Anestesiologia
	• Unidade Dor Aguda e Crónica
	Bloco Operatório
	Unidade de Cuidados Intensivos
	Urgência
	• Unidade de Evacuações Aéreas
	• Unidade de Urgência Interna
Departamento de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	Anatomia Patológica
	Epidemiologia e Biologia Molecular
	Hematologia e Imunohemoterapia
	Imagiologia
	Medicina Física e Reabilitação
	Patologia Clínica

*Especialidades sem médico residente nem camas alocadas em exclusividade.

III. Critérios de elaboração do Relatório e Contas

O presente Relatório e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do HSEIT, EPER obedeceu às regras estabelecidos no POCMS e aos princípios contabilísticos geralmente aceites.

IV. Movimento Assistencial

4.1 Atividade Global

O quadro seguinte apresenta a produção do HSEIT, EPER por linha de produção, relativamente aos anos 2015-2018:

PRODUÇÃO GLOBAL

Linha de Produção	Indicador	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Internamento	Lotação	219	0,00%	219	-3,65%	221	0,00%	221
	Doentes Saídos*	6.097	-4,56%	5.819	-1,80%	5.714	2,22%	5.841
	Demora Média	8,30	-1,57%	8,17	-2,22%	7,99	-0,36%	7,96
	Taxa de Ocupação	63,31%	-5,29%	59,33%	-0,10%	59,27%	1,79%	60,33%
	Doentes Saídos/Cama	27,84	-4,56%	26,57	1,92%	27,08	2,22%	27,68
Bloco Operatório	Total de Cirurgias	3.168	-6,50%	2.962	8,07%	3.201	8,75%	3.484
	Cirurgias Programadas	2.669	-7,27%	2.475	10,34%	2.731	4,69%	2.859
	Cirurgias Urgentes	499	-2,40%	487	-3,49%	470	32,34%	622
	Cirurgia de Ambulatório	1.089	-2,66%	1.060	17,26%	1.243	8,45%	1.348
	Relec (nº cirurgias)							
Consulta Externa**	Total de Consultas Realizadas	77.429	5,69%	82.642	9,31%	89.313	1,85%	84.851
	Primeiras	21.814	9,28%	23.839	-1,55%	23.470	-1,01%	23.232
	Subsequentes	55.615	5,68%	58.773	1,82%	59.843	2,97%	61.619
	Percentagem de 1ªs consultas	28,17%	2,43%	28,86%	-2,38%	28,17%	-2,81%	27,38%
Urgência	Total Doentes Entrados	56.023	7,22%	60.070	-4,48%	57.377	-0,55%	57.060
	Urgência Geral	41.215	3,57%	42.687	-3,04%	41.390	1,92%	42.185
	Urgência Pediátrica	12.749	17,25%	14.935	-9,41%	13.529	-7,43%	12.524
	Urgência Obstétrica	2.059	18,89%	2.448	-2,12%	2.396	-1,88%	2.351
Hospital de Dia	Sessões	23.185	3,59%	24.018	1,85%	24.462	10,35%	26.994
MCDT***	Exames e Tratamentos	1.283.020	-4,96%	1.219.354	4,09%	1.269.247	11,05%	1.409.499

* Não inclui transferências internas

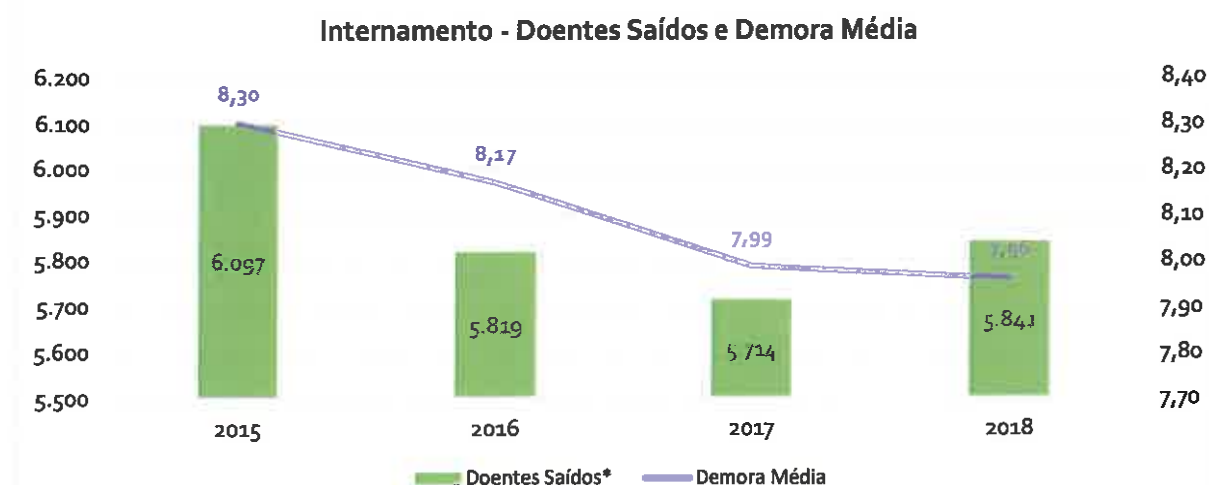
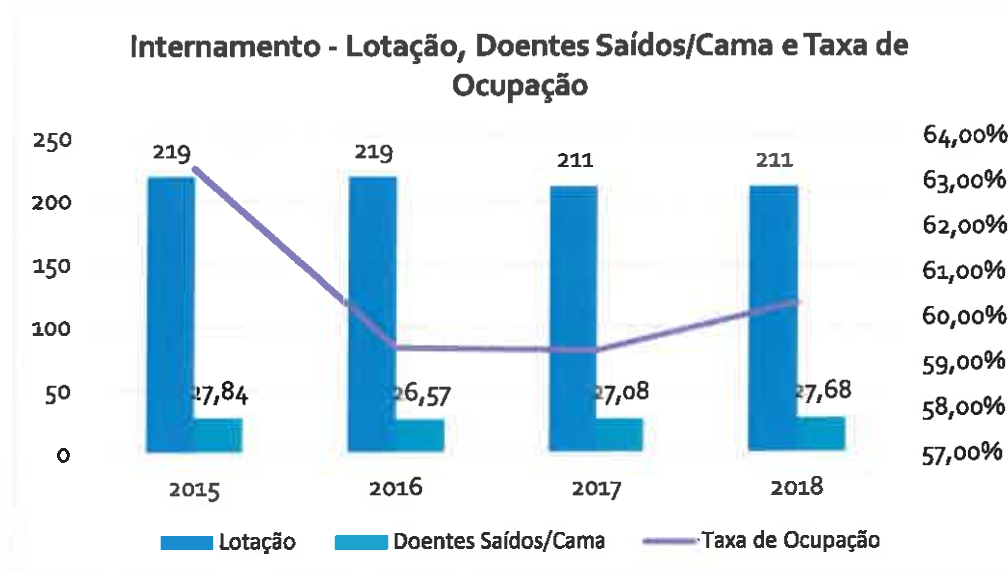
**O total de consultas em 2018 está por defeito por não estarem disponíveis valores de algumas consultas de Gastro e Cardiologia realizadas nas USI das Flores e São Jorge.

*** O total de MCT's está por defeito por não estarem disponíveis os dados de Anestesiologia dos meses de Novembro e Dezembro

4.2 Internamento

O HSEIT manteve o mesmo número de dotação de camas de 2017, 235 camas, , estando presentemente a ser praticada uma lotação de 211 camas, com a seguinte distribuição por Departamento:

Área	Nº Camas Disponíveis	Nº Camas Praticado
Departamento de Cirurgia	70	60
Departamento de Medicina	90	88
Departamento da Mulher e da Criança	59	47
Departamento de Saúde Mental	8	8
Departamento do Doente Crítico	8	8
TOTAL	235	211



Em 2018 assiste-se a uma reversão da tendência de queda dos resultados dos indicadores da linha de produção do internamento, registada nos últimos 4 anos.

O número de doentes saídos aumentou 2,22% relativamente a 2017, recuperando o valor atingido em 2016. A demora média melhorou marginalmente face ao exercício anterior (-0,02 dias). A taxa de ocupação cresceu também sensivelmente (+1,79%), situando-se agora num valor acima dos 60%.

A análise por especialidade é evidenciada no quadro seguinte:

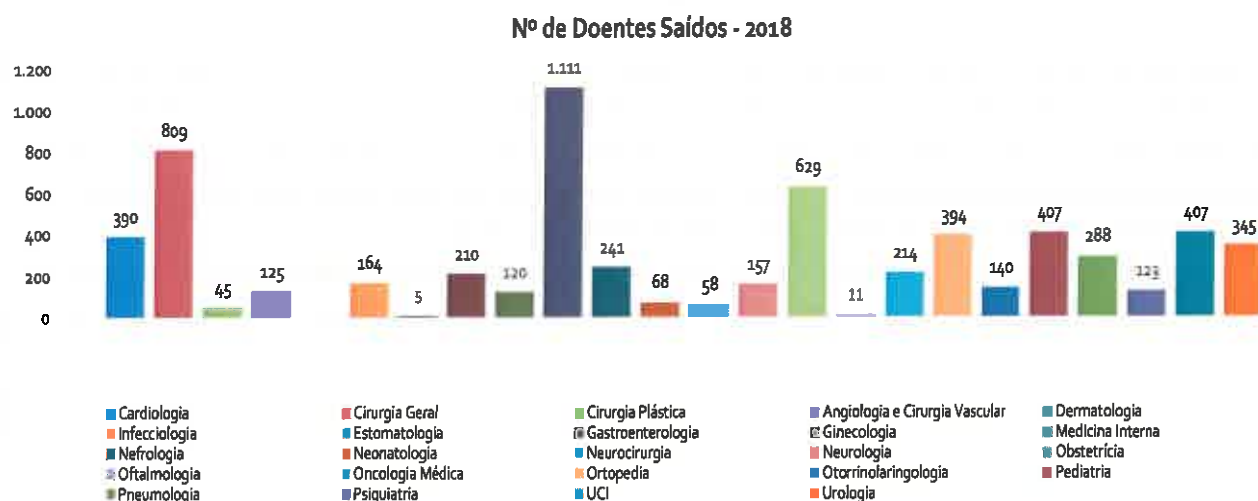
INTERNAMENTO

DOENTES SAÍDOS POR ESPECIALIDADE*	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Cardiologia	421	-2,85%	409	2,69%	420	-7,14%	390
Cirurgia Geral	795	-11,45%	704	10,09%	775	4,39%	809
Cirurgia Plástica	74	-27,03%	54	14,81%	62	-27,42%	45
Angiologia e Cirurgia Vascular	192	-18,23%	157	-17,83%	129	-3,10%	125
Dermatologia	4	-100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0
Infecciologia	169	4,14%	176	-27,27%	128	28,13%	164
Estomatologia	13	7,69%	14	-35,71%	9	-44,44%	5
Gastroenterologia	191	-14,14%	164	-4,88%	156	34,62%	210
Ginecologia	86	32,56%	114	7,89%	123	-2,44%	120
Medicina Interna	1.181	-8,04%	1.086	-3,04%	1.053	5,51%	1.111
Nefrologia	181	34,25%	243	-10,29%	218	10,55%	241
Neonatologia	105	10,48%	116	-14,66%	99	-31,31%	68
Neurocirurgia	43	20,93%	52	19,23%	62	-6,45%	58
Neurologia	170	-8,24%	156	5,13%	164	-4,27%	157
Obstetrícia	648	0,62%	652	-6,75%	608	3,45%	629
Oftalmologia	8	125,00%	18	-72,22%	5	120,00%	11
Oncologia Médica	163	-15,95%	137	24,09%	170	25,88%	214
Ortopedia	433	-0,46%	431	-14,85%	367	7,36%	394
Otorrinolaringologia	135	-7,41%	125	9,60%	137	2,19%	140
Pediatria	581	1,55%	590	-16,27%	494	-17,61%	407
Pneumologia	300	-8,33%	275	-0,36%	274	5,11%	288
Psiquiatria	167	-3,59%	161	-22,98%	124	-0,81%	123
UCI	344	4,94%	361	11,36%	402	1,24%	407
Urologia	314	-14,65%	268	27,99%	343	0,58%	345
TOTAL**	6.097	-4,56%	5.819	-1,80%	5.714	2,22%	5.841

Fonte: Secretariado Clínico

* Os doentes saídos por especialidades incluem as transferências internas

**O total do HSEIT não inclui transferências internas



Ressalva-se que o número de doentes saídos por especialidade contabiliza as transferências internas, contrariamente ao total do HSEIT, evitando assim a duplicação de número de doentes saídos.

Nos quatro anos em análise assistiu-se a uma flutuação do número de doentes saídos do HSEIT,EPER, destacando-se um aumento em 2018 (+2,22%), invertendo a descida observada em 2017.

As especialidades que contribuíram para esta recuperação do número de doentes saídos em 2018, foram a medicina interna, a gastroenterologia, a oncologia médica, a infeccologia, a cirurgia geral, a nefrologia e a ortopedia, quer pelo crescimento absoluto, quer percentual.

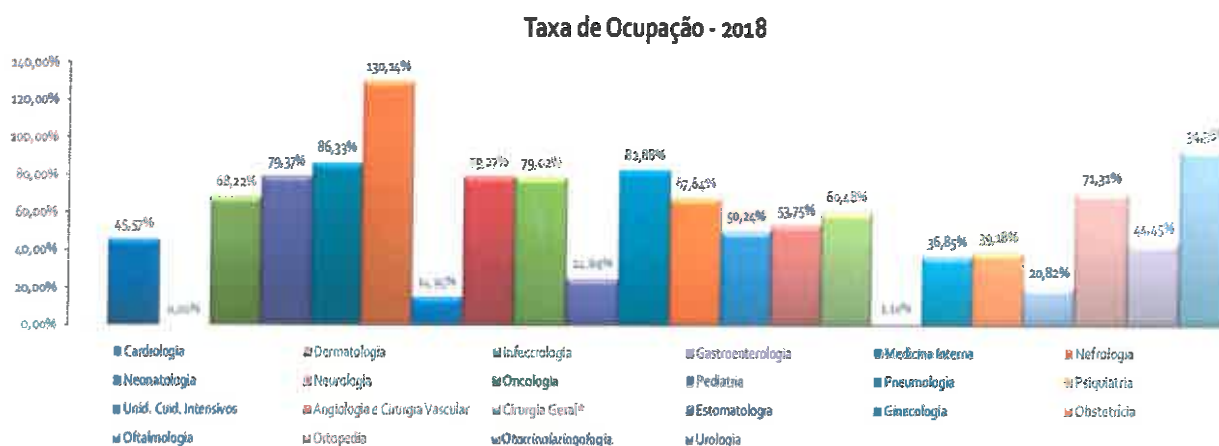
No sentido inverso constata-se o decréscimo do número de doentes saídos nas especialidades da neonatologia e pediatria, de forma relevante e pelo segundo ano consecutivo. Na cardiologia também se reduziu o indicador, para um número inferior ao de 2016.

Internamento 2018				
Produção por Especialidade	Lotação	Doentes Saídos	Dias Intern.	Taxa Ocupação
Cardiologia	15	390	2495	45,57%
Dermatologia	3	0	0	0,00%
Infeccologia	6	164	1494	68,22%
Gastroenterologia	7	210	2028	79,37%
Medicina Interna	30	1111	9453	86,33%
Nefrologia	6	241	2850	130,14%
Neonatologia	9	68	491	14,95%
Neurologia	6	157	1736	79,27%
Oncologia	7	214	2019	79,02%
Pediatria	16	407	1442	24,69%
Pneumologia	8	288	2419	82,88%
Psiquiatria	8	123	1975	67,64%
Unid. Cuid. Intensivos	8	407	1466	50,24%
Total Esp. Médicas	129	3.780	29.868	63,43%
Angiologia e Cirurgia Vascular	5	125	981	53,75%
Cirurgia Geral*	29	854	6403	60,48%
Estomatologia	2	5	8	1,10%
Ginecologia	4	120	538	36,85%
Obstetrícia	18	629	2574	39,18%
Oftalmologia	1	11	76	20,82%
Ortopedia	14	394	3438	71,31%
Neurocirurgia	4	58	209	44,45%
Otorrinolaringologia	5	140	649	94,36%
Urologia	5	345	1722	55,46%
Total Esp. Cirúrgicas	82	2.681	16.598	55,46%
TOTAL	211	5.841	46.466	60,33%

* Inclui Cir. Plástica

O internamento nas especialidades médicas predomina no HSEIT, EPER, em número de doentes saídos e de dias de internamento, depois da medicina interna, seguem-se como especialidades de maior permanência a nefrologia, a cardiologia e a pneumologia.

Relativamente às especialidades cirúrgicas, depois da cirurgia geral, a maior permanência é observada na ortopedia, na obstetrícia e na urologia.

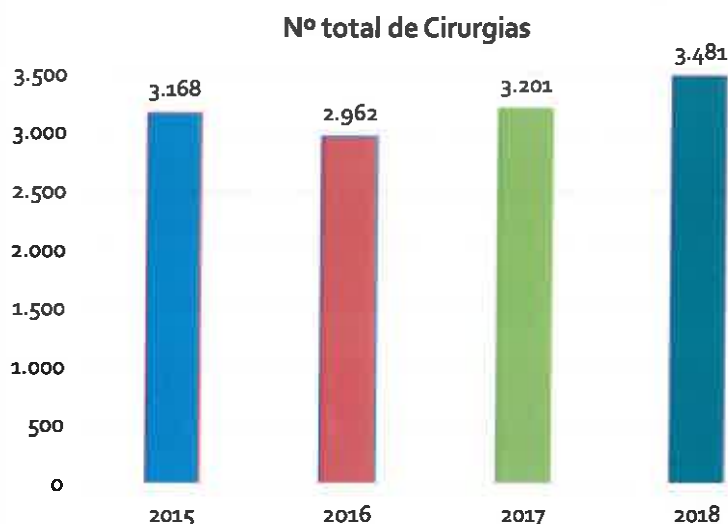


Em 2018 a taxa de ocupação foi de 60,33%, ligeiramente superior à de 2017. Este pequeno crescimento ocorreu nas especialidades médicas, cujo indicador foi de 63,43% (61,37% em 2017), cabendo às especialidades cirúrgicas a taxa de ocupação de 55,46% (55,97% em 2017).

As especialidades médicas que apontaram em 2018 uma taxa de ocupação mais elevada foram: nefrologia (130,14%), medicina interna (86,33%) e pneumologia (82,88%). As especialidades médicas que apontaram uma taxa de ocupação mais baixa foram: neonatologia (14,95%), pediatria (24,69%) e cardiologia (45,57%).

Relativamente às especialidades cirúrgicas, destacaram-se com taxa de ocupação mais alta: urologia (94,36%), ortopedia (71,31%, inclui neurocirurgia) e cirurgia geral (60,48%); com taxa de ocupação mais baixa, destacaram-se: estomatologia (1,10%), oftalmologia (20,82%) e ginecologia (36,85%).

4.3 Cirurgias



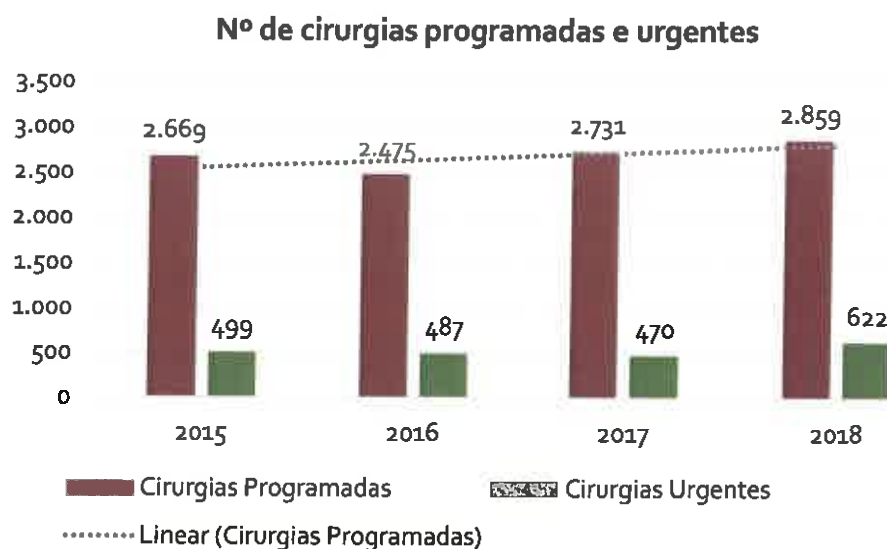
Em 2018 reforça-se a recuperação do número de cirurgias realizadas obtido no exercício anterior, que cresceram 8,75% para um total de 3.481, atingindo o melhor resultado de sempre.

4.3.1 Bloco Operatório

BLOCO OPERATÓRIO

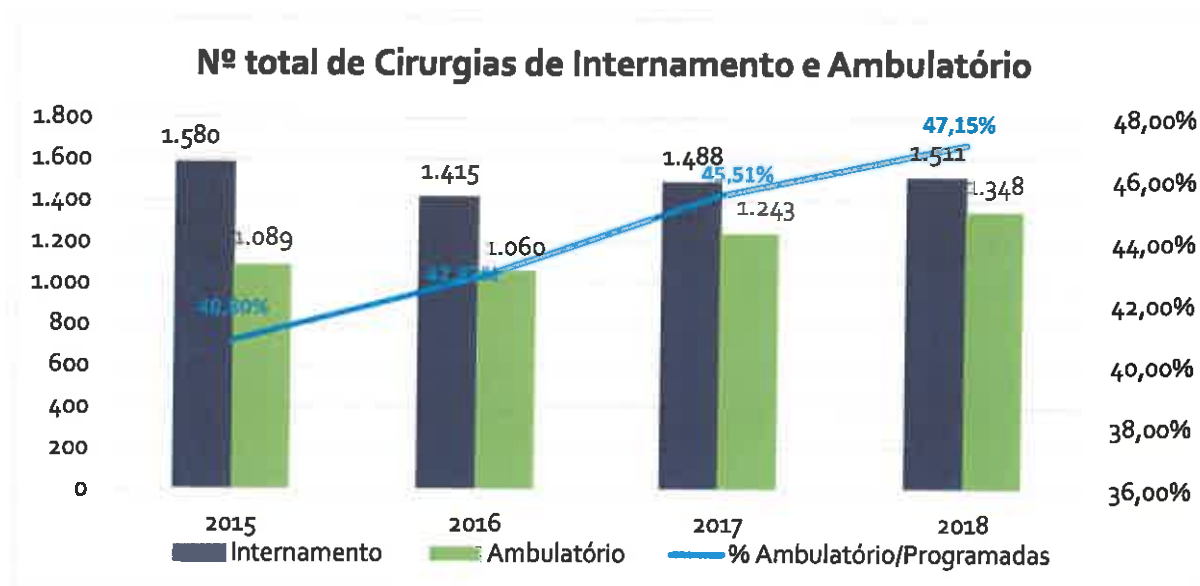
Intervenções cirúrgicas por tipo	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Cirurgias Programadas	2.669	-7,27%	2.475	10,34 %	2.731	4,69%	2.859
Internamento	1.580	-10,44%	1.415	5,16%	1.488	1,55%	1.511
Ambulatório	1.089	-2,66%	1.060	17,26%	1.243	8,45%	1.348
% Ambulatório/Programadas	40,80%	4,97%	42,83%	6,27%	45,51%	3,59%	47,15%
Cirurgias Urgentes	499	-2,40%	487	-3,49%	470	32,34%	622
TOTAL	3.168	-6,50%	2.962	8,07%	3.201	8,75%	3.481

Depois de em 2017 já se ter conseguido uma recuperação do número de cirurgias realizadas face a 2016, ano penalizado por indisponibilidade temporária de instalações do bloco operatório, o indicador apurado em 2018 acaba por constituir o melhor obtido.



Em 2018 assistiu-se ao reforço da tendência crescente do número de cirurgias programadas (+4,69%). O número de cirurgias urgentes aumentou também, depois de três anos seguidos em diminuição, atingindo o maior valor dos últimos anos.

No tocante a distinção entre Cirurgias de Internamento e de Ambulatório a evolução aponta para:



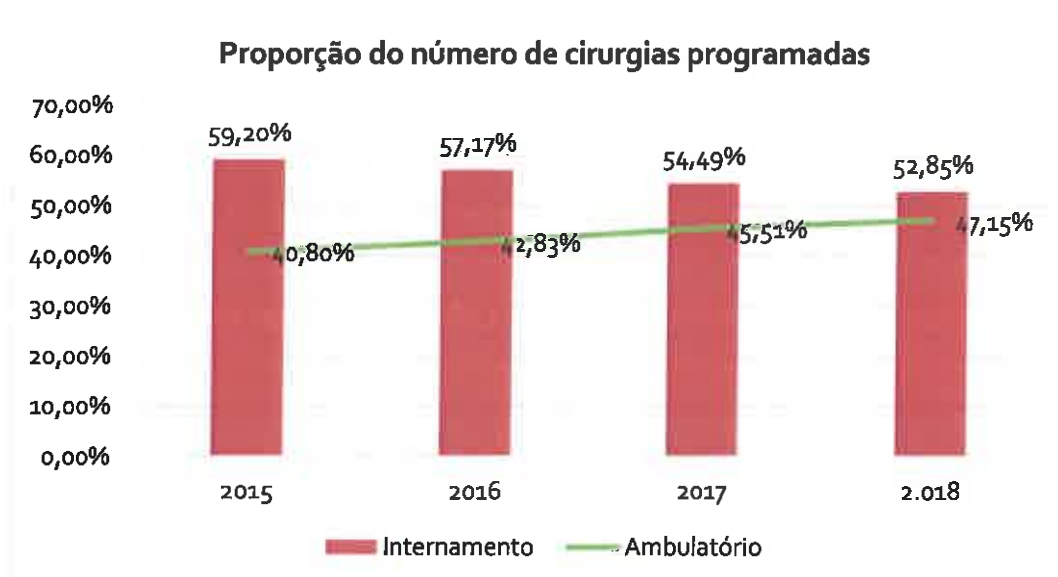
O número de cirurgias de internamento continua a sua recuperação da quebra observada em 2016, tornando a crescer em 2018, tal como já tinha sucedido em 2017, embora a um ritmo menor

(+1,55%). As cirurgias de ambulatório registaram também um crescimento acentuado (+8,45%) e atingiram novo valor máximo nas atuais instalações do HSEIT, EPER.

A percentagem de cirurgias de ambulatório/programadas superou também o resultado do exercício anterior: 47,15% (45,51% em 2017) fixando-se como novo máximo da série.

Intervenções cirúrgicas por tipo					Proporção			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Cirurgias Programadas	2.669	2.475	2.731	2.859				
<i>Internamento</i>	1.580	1.415	1.488	1.511	59,20%	57,17%	54,49%	52,85%
<i>Ambulatório</i>	1.089	1.060	1.243	1.348	40,80%	42,83%	45,51%	47,15%

Fonte: GPCG - SIG/Secretariado Clínico

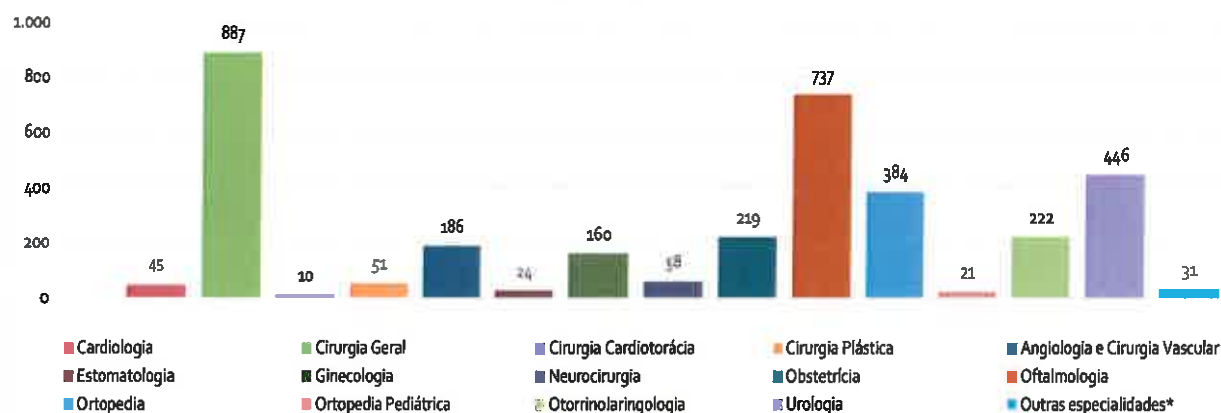


Uma análise de Cirurgias por especialidade evidencia os seguintes dados:

Intervenções cirúrgicas por Especialidade	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Cardiologia							45
Cirurgia Geral	822	-14,60%	702	14,53%	804	10,32%	887
Cirurgia Cardioráquia	4	100,00%	8	37,50%	11	-9,09%	10
Cirurgia Pediátrica							
Cirurgia Plástica	84	-23,81%	64	10,94%	71	-28,17%	51
Angiologia e Cirurgia Vascular	235	-10,64%	210	-11,43%	186	0,00%	186
Estomatologia	33	3,03%	34	-8,82%	31	-22,58%	24
Ginecologia	146	-4,11%	140	32,14%	185	-13,51%	160
Neurocirurgia	44	15,91%	51	13,73%	58	0,00%	58
Obstetrícia	217	-4,61%	207	-10,14%	186	17,74%	219
Oftalmologia	541	-2,59%	527	22,58%	646	14,09%	737
Ortopedia	426	-3,05%	413	-8,96%	376	2,13%	384
Ortopedia Pediátrica							21
Otorrinolaringologia	223	7,62%	240	-10,00%	216	2,78%	222
Urologia	391	-10,74%	349	12,61%	393	13,49%	446
Outras especialidades*	2	750,00%	17	123,53%	38	-18,42%	31
TOTAL	3.168	-6,50%	2.962	8,07%	3.201	8,75%	3.481

* Anestesiologia, Cardiologia, Gastroenterologia, Oncologia, Pediatria e Pneumologia

Nº de Intervenções Cirúrgicas por Especialidade - 2018



O incremento reforçado em 2018, do número de intervenções cirúrgicas, assentou na consolidação do contributo positivo de especialidades como oftalmologia, cirurgia geral e urologia. Além destas, destaca-se a recuperação da atividade cirúrgica em ortopedia e novos registos em cardiologia e ortopedia pediátrica.

Em contrapartida, houve especialidades que diminuíram o número de intervenções em 2018: ginecologia, cirurgia plástica ou estomatologia, esta última reforçando a tendência iniciada no exercício de 2017.

O indicador "outras especialidades" refere-se na sua maioria a MCTs realizados em Bloco, das seguintes especialidades: anestesiologia, cardiologia, gastroenterologia, oncologia, pediatria e pneumologia.

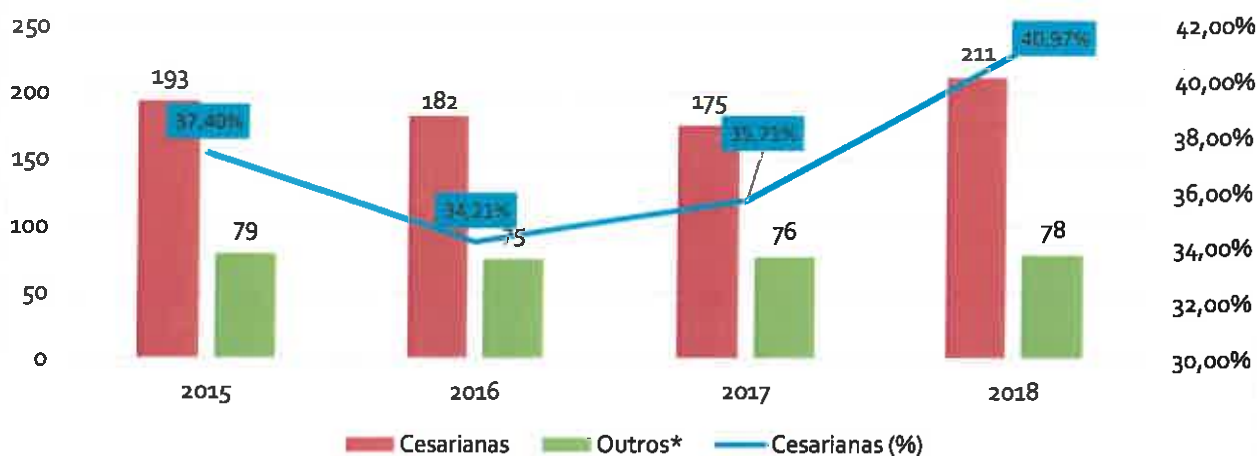
4.3.2 Bloco de Partos

BLOCO DE PARTOS

Nº de Partos	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Eutócitos	244	12,70%	275	-13,09%	239	-5,44%	226
Distócitos:							
Cesarianas	193	-5,70%	182	-3,85%	175	20,57%	211
Outros*	79	-5,06%	75	1,33%	76	2,63%	78
TOTAL	516	3,10%	532	-7,89%	490	5,10%	515
Cesarianas (%)	37,40%	-8,54%	34,21%	4,40%	35,71%	14,72%	40,97%

* "Outros" correspondem ao somatório dos partos por Ventosas, Forceps, Parto Pélvico e Parto Pélvico Ajudado

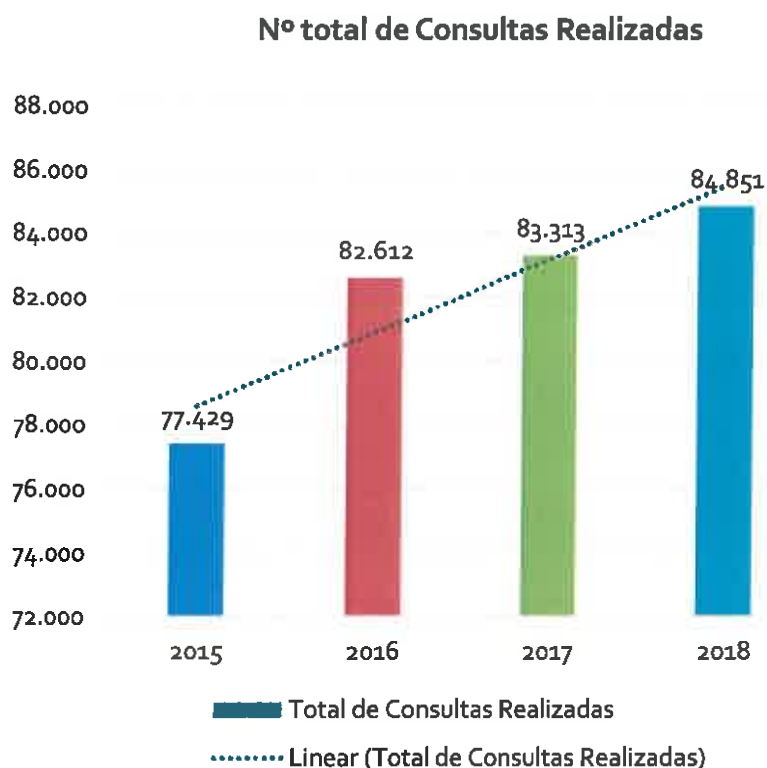
Nº de Partos



Depois de se atingir em 2017 o valor mais baixo desde a mudança para as atuais instalações no HSEIT, EPER, número de partos aumentou em 2018 5, 10%, recuperando para valores de 2015.

O número de cesarianas é o mais representativo no âmbito dos partos distócitos, na série trabalhada. A percentagem de cesarianas atingiu em 2018 os 40,97%, representando um incremento face aos últimos anos, excetuando-se 2011, em que o indicador foi ainda superior (41,3%).

4.4 Consulta Externa



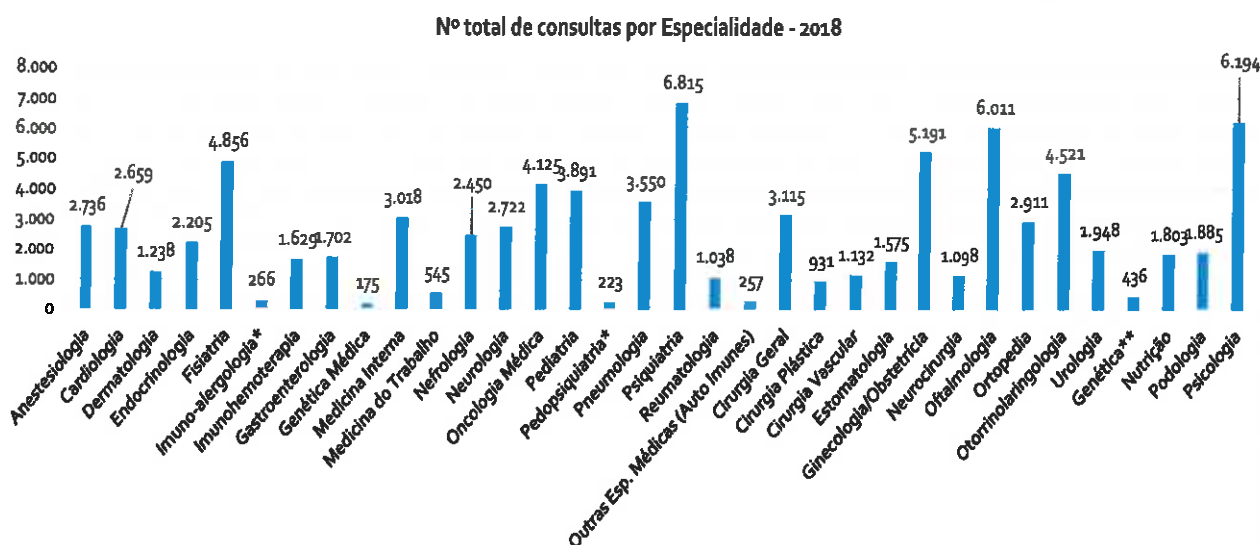
O total de consultas manteve a tendência crescente dos últimos anos, voltando a aumentar para um valor próximo das 85 mil consultas (+1,85%). Neste indicador, tal como em 2017, o número de primeiras consultas voltou a diminuir sensivelmente (-1,01%), sendo assim o seu comportamento fortemente influenciado pelo crescimento das consultas subsequentes (+2,97%). Consequentemente, a percentagem de primeiras consultas voltou a reduzir-se, tal como em 2017, tendo-se fechado o ano de 2018 em 27,38% do total das consultas realizadas (28,17% em 2017).

CONSULTA EXTERNA

	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Anestesiologia	2.183	63,72%	3.574	-13,01%	3.109	-12,00%	2.736
Cardiologia	2.348	27,85%	3.002	-4,06%	2.880	-7,67%	2.659
Dermatologia	1.474	-10,79%	1.315	-12,47%	1.151	7,56%	1.238
Endocrinologia	1.230	53,25%	1.885	-15,01%	1.602	37,64%	2.205
Fisiatria	4.812	-1,48%	4.741	1,27%	4.801	1,15%	4.856
Imuno-alergologia*	121	0	78	137,18%	185	43,78%	266
Imunohemoterapia	2.164	3,42%	2.238	-55,05%	1.006	61,93%	1.629
Gastroenterologia	1.885	12,04%	2.112	3,50%	2.186	-22,14%	1.702
Genética Médica	90	30,00%	117	27,35%	149	17,45%	175
Medicina Interna	3.314	-17,89%	2.721	-11,76%	2.401	25,70%	3.018
Medicina do Trabalho	513	12,67%	578	3,11%	596	-8,56%	545
Nefrologia	1.652	31,96%	2.180	6,93%	2.331	5,11%	2.450
Neurologia	2.025	3,70%	2.100	21,14%	2.544	7,00%	2.722
Oncologia Médica	4.438	-1,35%	4.378	2,10%	4.470	-7,72%	4.125
Pediatria	3.696	12,39%	4.154	-16,59%	3.465	12,29%	3.891
Pedopsiquiatria*					151	47,68%	223
Pneumologia	3.181	-7,64%	2.938	21,92%	3.582	-0,89%	3.550
Psiquiatria	5.402	17,27%	6.335	9,38%	6.929	-1,65%	6.815
Reumatologia	1.551	-6,38%	1.452	-4,34%	1.389	-25,27%	1.038
Outras Esp. Médicas (Auto Imunes)	407	-4,18%	390	-25,64%	290	-11,38%	257
Especialidades Médicas	42.486	8,95%	46.288	-2,31%	45.217	1,95%	46.100
Cirurgia Geral	3.000	-10,60%	2.682	-6,49%	2.508	24,20%	3.115
Cirurgia Plástica	801	7,37%	860	15,23%	991	-6,05%	931
Cirurgia Vascular	1.077	-2,14%	1.054	-13,85%	908	24,67%	1.132
Estomatologia	1.974	9,88%	2.169	-19,04%	1.756	-10,31%	1.575
Ginecologia/Obstetrícia	5.056	4,11%	5.264	2,11%	5.375	-3,42%	5.191
Neurocirurgia	1.221	-0,41%	1.216	-8,47%	1.113	-1,35%	1.098
Oftalmologia	5.675	6,70%	6.055	0,45%	6.082	-1,17%	6.011
Ortopedia	2.424	2,39%	2.482	7,78%	2.675	8,82%	2.911
Otorrinolaringologia	4.912	-0,73%	4.876	-0,66%	4.844	-6,67%	4.521
Urologia	2.642	-29,52%	1.862	3,11%	1.920	1,46%	1.948
Especialidades Cirúrgicas	28.782	-0,91%	28.520	-1,22%	28.172	0,93%	28.433
Dietética	107		69	-100,00%	0	0,00%	0
Genética**					526		436
Nutrição	1.470	18,84%	1.747	1,20%	1.768	1,98%	1.803
Podologia	151	346,36%	674	111,87%	1.428	32,00%	1.885
Psicologia	4.433	19,87%	5.314	16,71%	6.202	-0,13%	6.194
Especialidades Não Médicas	6.161	26,67%	7.804	27,17%	9.924	3,97%	10.318
TOTAL	77.429	6,69%	82.612	0,85%	83.313	1,85%	84.851

* Médico ao abrigo da deslocação de especialistas na região cuja produção realizada é reportada pelo hospital onde pertence o especialista

**Consultas de Enfermagem



Desde 2013 o HSEIT, EPER vem aumentando consistentemente o seu volume total de consultas externas.

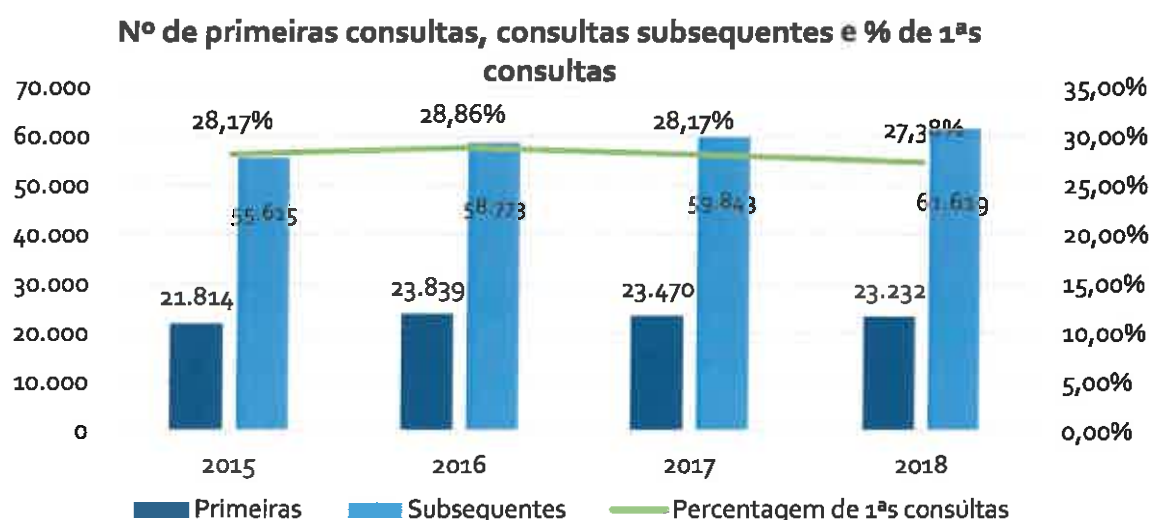
Em 2018 destacaram-se as seguintes especialidades médicas: imunohemoterapia (+61,93%, recuperando produção perdida em 2017), medicina interna (+25,70%, invertendo a tendência decrescente observada nos últimos dois anos), endocrinologia (+37,64%) e pediatria (+12,29%). No sentido contrário sinalizam-se as especialidades de gastroenterologia (-22,14%) anestesiologia (-12,00%), reumatologia (-25,27%) e oncologia médica (-7,72%). A indisponibilidade de pessoal médico, em especialidades com reduzido efetivo, justificam parcialmente algumas variações negativas ocorridas.

Nas especialidades cirúrgicas, destacam-se as seguintes: cirurgia geral (+24,20%, invertendo a tendência dos últimos anos e atingindo o melhor indicador do período em análise), ortopedia (+8,82%, reforçando a tendência crescente apresentada no período) e cirurgia vascular (+24,67%, invertendo a tendência dos últimos anos e atingindo também o melhor indicador do período em análise). As especialidades que diminuíram o número de consultas cirúrgicas realizadas em 2018 foram: otorrinolaringologia (-6,67%), ginecologia/obstetrícia (-3,42%) e estomatologia (-10,31%). Também nestes casos a indisponibilidade de recursos humanos contribuiu decisivamente para o resultado obtido.

As consultas das especialidades não médicas mantiveram a tendência crescente dos últimos anos, destacando-se novamente a podologia (+32,00%). No sentido inverso apresentou-se a genética (-

17,11%) sendo que no caso da psicologia, que representa 60% da produção neste grupo, foram dadas apenas menos 8 consultas que em 2017.

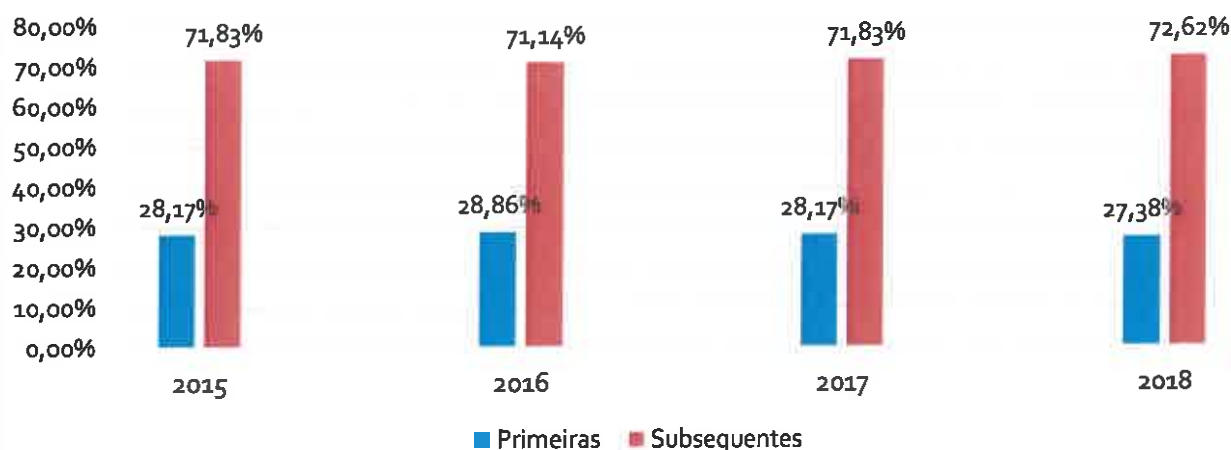
Consulta Externa Proporção							
	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Primeiras	21.814	9,28%	23.839	-1,55%	23.470	-1,01%	23.232
Subsequentes	55.615	5,68%	58.773	1,82%	59.843	2,97%	61.619
Total de Consultas Realizadas	77.429	6,69%	82.612	0,85%	83.313	1,85%	84.851
Percentagem de 1 ^{as} consultas	28,17%	2,43%	28,86%	-2,38%	28,17%	-2,81%	27,38%
	2015		2016		2017		2018
Primeiras	28,17%		28,86%		28,17%		27,38%
Subsequentes	71,83%		71,14%		71,83%		72,62%



O total de consultas subsequentes evidenciou um progressivo aumento nos quatro anos em análise.

O total de primeiras consultas cresceu também em média no mesmo período, embora em 2018 se tenha observado uma ligeira diminuição face a 2017 (-1,01%).

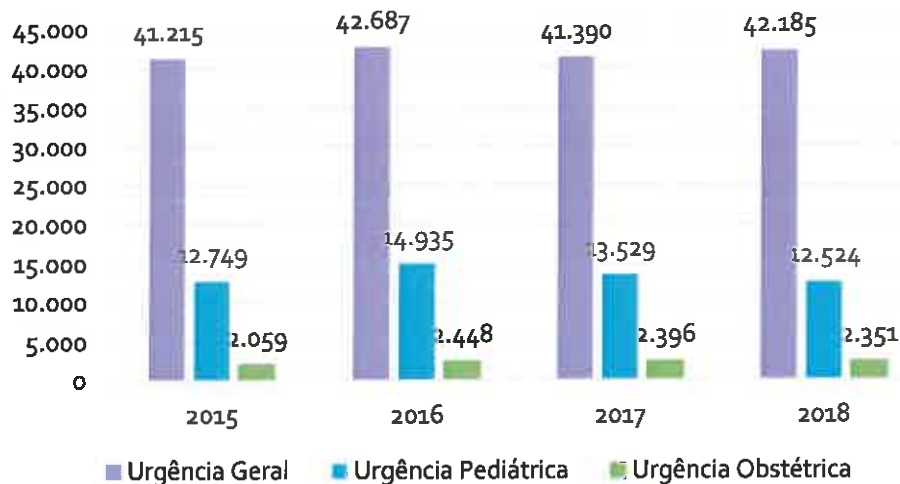
A percentagem de 1.^{as} consultas, tal como sucedido em 2017, torna a recuar ligeiramente em 2018, fixando-se nos 27,38%.

Proporção das 1^{as} consultas e consultas subsequentes no total de consultas

As proporções de 1.^{as} consultas e subsequentes, no total de consultas, retornaram ao referencial de 2014, depois de três anos de oscilação marginal no mesmo percentil.

4.5 Serviço de Urgência

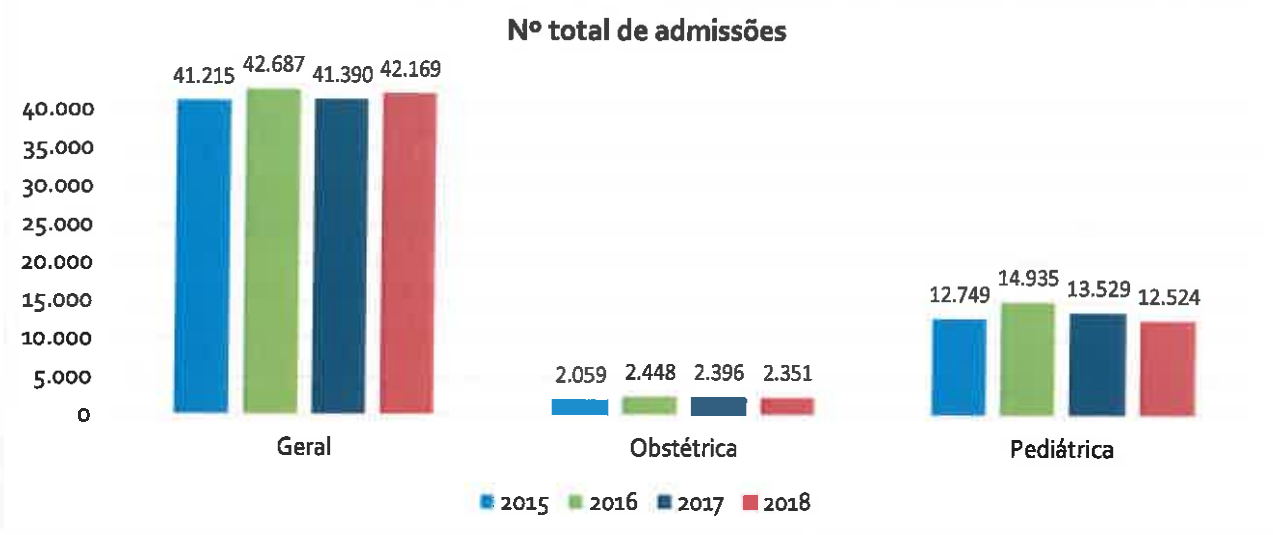
Serviço de Urgência - N° de Admissões



Depois de se ter verificado em 2017 uma inversão da tendência deste indicador, o número de admissões à urgência geral em 2018 cresce novamente para um valor próximo do atingido em 2016. As admissões à urgência pediátrica e à urgência obstétrica continuaram a diminuir, destacando-se a urgência pediátrica que se ficou em valores inferiores aos de 2013.

URGÊNCIA							
	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Geral	41.215	3,57%	42.687	-3,04%	41.390	1,88%	42.169
Obstétrica	2.059	18,89%	2.448	-2,12%	2.396	-1,88%	2.351
Pediátrica	12.749	17,15%	14.935	-9,41%	13.529	-7,43%	12.524
(Psiquiatria) contabilizado na Urg. Geral			54	14,81%	62	-74,19%	16
TOTAL	56.023	7,22%	60.070	-4,48%	57.377	-0,55%	57.060
<i>Frequência Média de Doentes/Dia</i>	153	6,93%	164	-4,34%	157	-0,43%	156

Fonte: GPCG – SIG



O número de admissões no Serviço de Urgência confirmou a inversão de tendência operada em 2017 e reduziu novamente em 2018, sustentado na forte redução observada na urgência pediátrica (-7,43%), acompanhada pela redução da urgência obstétrica (-1,88%). Este resultado foi no entanto parcialmente absorvido pela evolução em sentido contrário da urgência geral (+1,88%).

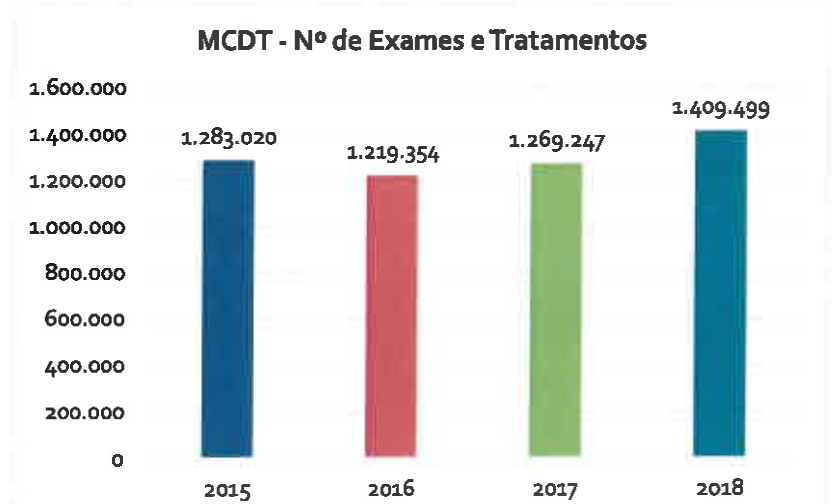
A frequência média de doentes por dia no Serviço de Urgência mantém-se na vizinhança dos indicadores mais frequentemente apurados, desde a mudança para as atuais instalações do HSEIT, EPER, tendo reduzido 1 doente / dia, relativamente a 2017.

No quadro seguinte apresenta-se informação sobre o nº de admissões por cor de Triagem de Manchester.

Nº de Admissões por Cor no Serviço de Urgência	Cor Triagem Manchester	2016	2017	Δ % 17/16	2018	Δ % 18/17
Urgência Geral	Branco	1 411	1 338	-5,17%	1 146	-14,35%
	Azul	874	870	-0,46%	787	-9,54%
	Verde	18 797	18 060	-3,92%	19 396	7,40%
	Amarelo	17 812	17 415	-2,23%	17 608	1,11%
	Laranja	3 623	3 615	-0,22%	3 057	-15,44%
	Vermelho	151	133	-11,92%	146	9,77%
	S/ cor atribuída	19	21	10,53%	45	114,29%
Subtotal		42 687	41 452	-2,89%	42 185	-1,77%
Urgência Obstétrica	Branco	74	98	32,43%	76	-22,45%
	Azul	49	37	-24,49%	29	-21,62%
	Verde	660	645	-2,27%	717	11,16%
	Amarelo	1 079	1 050	-2,69%	1 003	-4,48%
	Laranja	583	558	-4,29%	521	-6,63%
	Vermelho	2	5	150,00%	4	-20,00%
	S/ cor atribuída	1	3	200,00%	1	-66,67%
Subtotal		2 448	2 396	-2,12%	2 351	-1,88%
Urgência Pediátrica	Branco	142	186	30,99%	136	-26,88%
	Azul	171	162	-5,26%	110	-32,10%
	Verde	9 697	8 698	-10,30%	8 112	-6,74%
	Amarelo	4 585	4 099	-10,60%	3 877	-5,42%
	Laranja	313	363	15,97%	275	-24,24%
	Vermelho	17	11	-35,29%	9	-18,18%
	S/ cor atribuída	9	10	11,11%	5	-50,00%
Subtotal		14 934	13 529	-9,41%	12 524	-7,43%
Total		60 069	57 377	-4,48%	57 060	-0,55%
Cores Triagem de Manchester						
	Branco	1 627	1 622	-0,31%	1 358	-16,28%
	Azul	1 094	1 069	-2,29%	926	-13,38%
	Verde	29 154	27 403	-6,01%	28 225	3,00%
	Amarelo	23 476	22 564	-3,88%	22 488	-0,34%
	Laranja	4 519	4 536	0,38%	3 853	-15,06%
	Vermelho	170	149	-12,35%	159	6,71%
	S/ cor atribuída	29	34	17,24%	51	50,00%
Total		60 069	57 377	-4,48%	57 060	-0,55%

Fonte:Provision

4.6 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)



Depois de oscilar marginalmente durante alguns anos, este indicador apresenta agora uma tendência crescente, atingindo em 2018 o valor mais elevado de sempre, tendo aumentado neste ano 11,05%.

MCDT							
Especialidades	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Angiologia e Cirurgia Vascular	678	45,43%	986	-1,83%	968	21,80%	1.179
Anatomia Patológica	6.310	1,11%	6.380	5,27%	6.716	-2,03%	6.580
Cardiologia	14.522	0,15%	14.544	-0,14%	14.524	-4,10%	13.928
Cirurgia	1.169	-0,68%	1.161	-2,15%	1.136	17,78%	1.338
Dermatologia	1.249	26,82%	1.584	8,90%	1.725	29,33%	2.231
Estomatologia	2.183	-24,10%	1.657	-18,11%	1.357	-12,53%	1.187
Gastroenterologia	4.180	3,61%	4.331	-21,75%	3.389	-6,70%	3.162
Ginecologia/Obstetrícia	21.573	-5,58%	20.370	13,45%	23.110	-12,61%	20.195
Cardiotocografias	1.228	-10,91%	1.094	13,44%	1.241	12,25%	1.393
Ecografias	1.818	26,84%	2.306	2,65%	2.367	-18,29%	1.934
Outros	18.527	-8,40%	16.970	14,92%	19.502	-13,51%	16.868
Imagiologia	53.773	6,18%	57.095	-0,28%	56.933	-1,04%	56.342
Ecografias	6.948	-12,88%	6.053	1,83%	6.164	-12,99%	5.363
Radiografias	37.584	13,28%	42.575	-2,75%	41.405	0,66%	41.680
TC	6.880	-4,59%	6.564	9,29%	7.174	2,09%	7.324
RM	1.733	-4,39%	1.657	17,38%	1.945	-7,92%	1.791
Outros	628	-60,83%	246	-0,41%	245	-24,90%	184
Imunohemoterapia	2.970	-21,72%	2.325	5,68%	2.457	11,97%	2.751
Nefrologia	26.799	10,67%	29.659	-10,21%	26.630	3,28%	27.504
Neurologia	959	-17,10%	795	38,99%	1.105	13,48%	1.254
Medicina Física e de Reabilitação	180.140	8,09%	194.722	0,83%	196.337	-7,71%	181.202
Oftalmologia	13.811	10,55%	15.268	-3,46%	14.739	-2,24%	14.409
Otorrinolaringologia	9.991	34,68%	13.456	0,52%	13.526	-9,79%	12.202
Patologia Clínica	803.222	-12,52%	702.677	5,37%	740.421	16,89%	865.514
Pneumologia	32.013	-30,85%	22.137	6,04%	23.473	2,16%	23.981
Urologia	1.282	-1,87%	1.258	5,64%	1.329	-0,45%	1.323
Outros Exames/Tratamentos*	106.196	21,43%	128.949	8,08%	139.372	24,28%	173.217
TOTAL	1.283.020	-4,96%	1.219.354	4,09%	1.269.247	11,05%	1.409.499

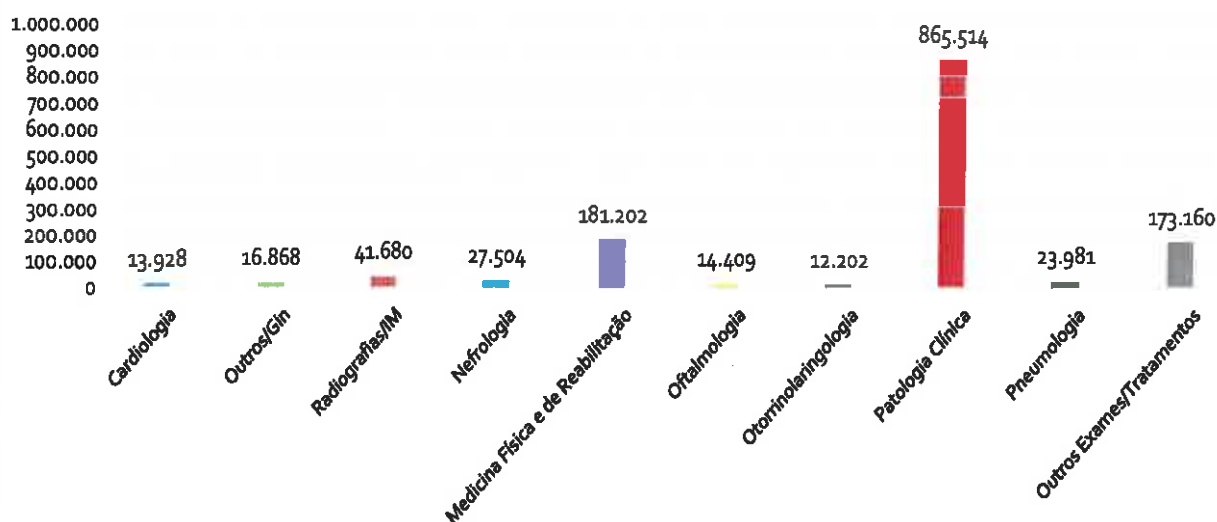
*Outros - exames realizados pelo SEEBMO, imunoalergologia (testes cutâneos), cirurgia plástica (atos de diagnóstico), gastroenterologia pediátrica, neonatologia (ecotransfontanelares), oncologia médica (biópsias ósseas e medulogramas), pediatria (atos realizados em hospital dia e consulta externa), reumatologia (ecografias) atos de enfermagem (realizado em consulta externa), anestesiologia, autoimunes, cirurgia

O ano de 2010 assinalou o arranque de uma tendência crescente na realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), que apresenta em 2018 o seu valor mais elevado da série, com um crescimento face a 2017 de 11,05%.

Das especialidades com mais MCDT em 2018 destacam-se a patologia clínica, pela sua natureza e que reforçou a sua influência, crescendo significativamente (+16,89%). A medicina física e reabilitação é a segunda especialidade com maior número de MCDT, tendo no entanto decrescido em 2018 (-7,71%).

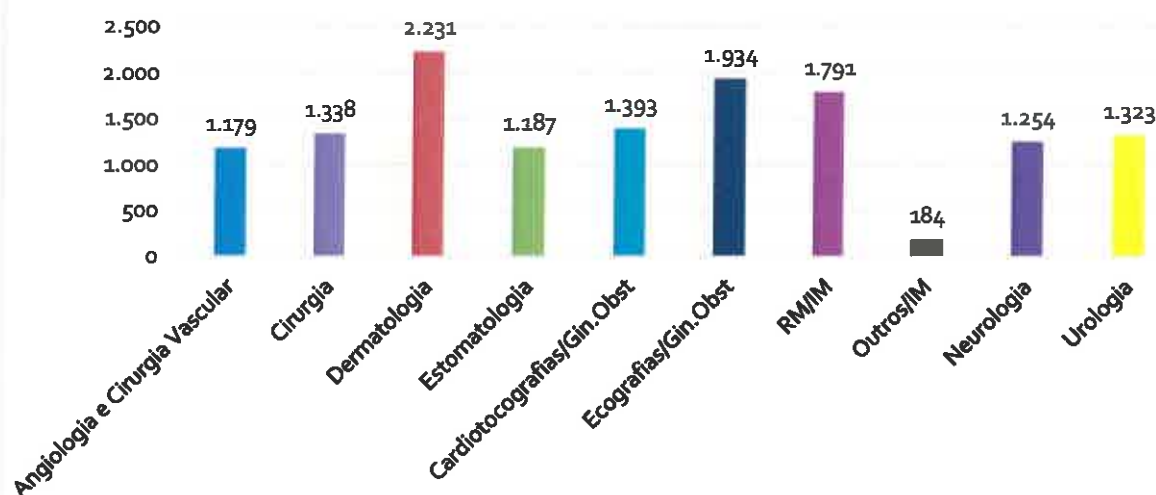
de
A
e

Especialidades com maior nº de exames/tratamentos - 2018



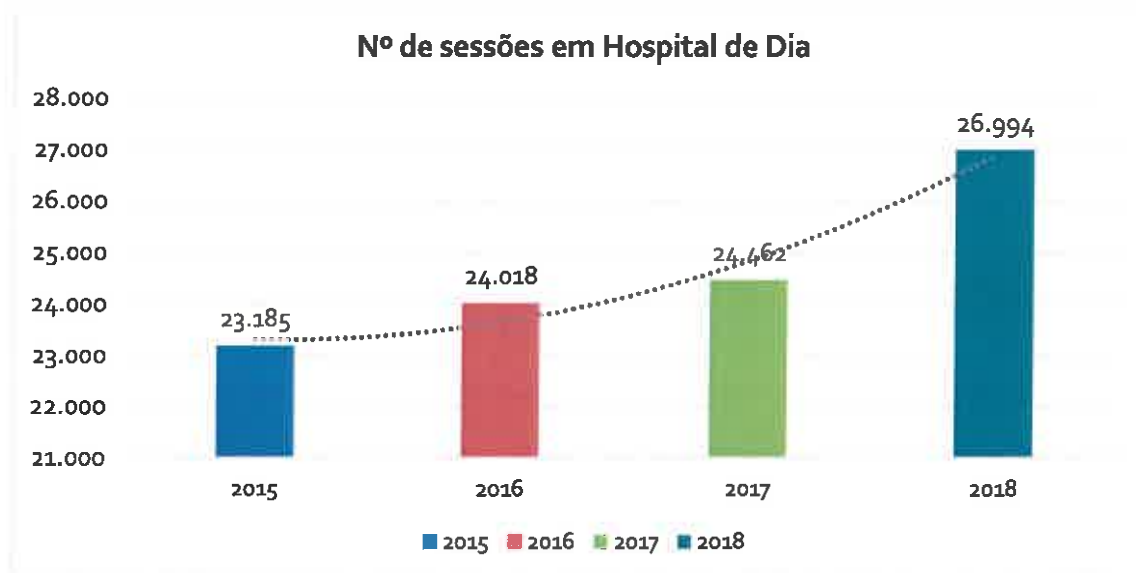
Como outros desempenhos relevantes, de referir o aumento de MCDT nas áreas de epidemiologia e biologia molecular, imunoalergologia (testes cutâneos), cirurgia plástica (atos de diagnóstico), gastroenterologia pediátrica, neonatologia (ecotransfontanelares), oncologia médica (biópsias ósseas e medulogramas), pediatria (atos realizados em hospital dia e consulta externa), reumatologia (ecografias) atos de enfermagem (realizado em consulta externa), anestesiologia, autoimunes, cirurgia plástica, ortopedia e podologia, tratados em agregado como "outros exames / tratamentos e a redução de MCDT em ginecologia / obstetrícia e otorrinolaringologia.

Especialidades com menor nº de exames/tratamentos - 2018



Sendo uma das importantes áreas de MCDT, a imagiologia revela uma redução marginal em 2018 (-1,04%). A maior realização de RX (+0,66%) e TAC (+2,09%) foi compensada com reduções nas RM (-7,92%) e ecografia (-12,99%).

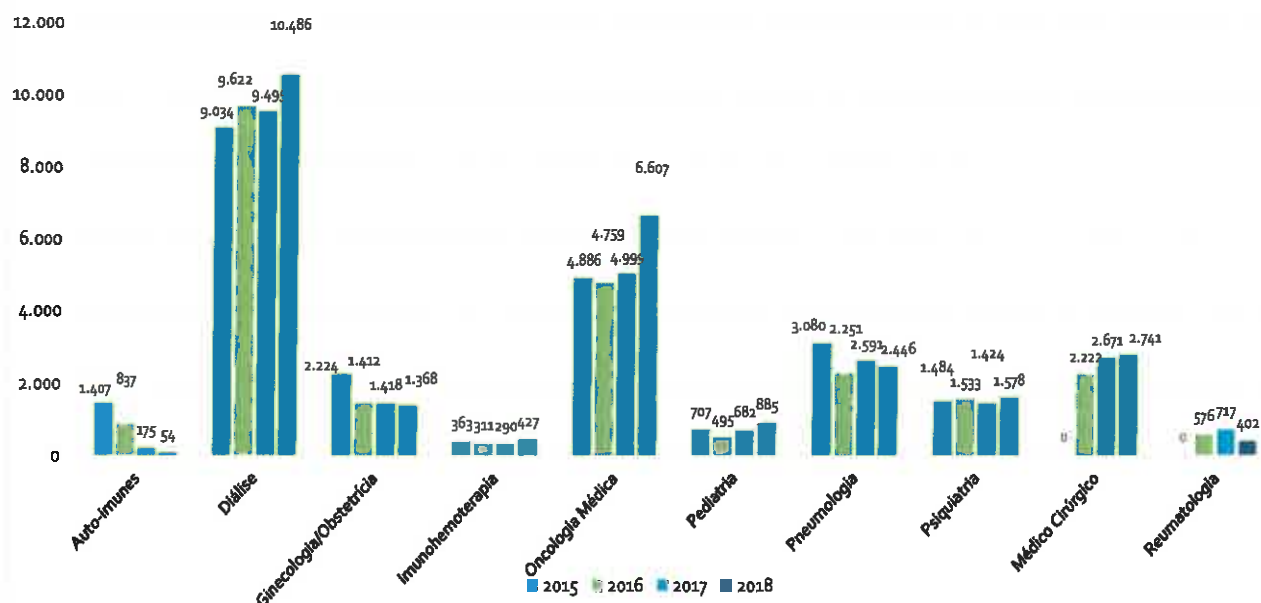
4.7 Hospital de Dia



O número de sessões em Hospital de Dia reforça expressivamente o seu incremento face aos anos anteriores, registando-se em 2018 a maior taxa de crescimento (+10,35%) do período em análise.

HOSPITAL DE DIA							
Sessões	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018
Auto-imunes	1.407	-40,51%	837	-79,09%	175	-69,14%	54
Diálise	9.034	6,51%	9.622	-1,32%	9.495	10,44%	10.486
Ginecologia/Obstetrícia	2.224	-36,51%	1.412	0,42%	1.418	-3,53%	1.368
Imunohemoterapia	363	-14,33%	311	-6,75%	290	47,24%	427
Oncologia Médica	4.886	-2,60%	4.759	5,04%	4.999	32,17%	6.607
Pediatria	707	-29,99%	495	37,78%	682	29,77%	885
Pneumologia	3.080	-26,92%	2.251	15,10%	2.591	-5,60%	2.446
Psiquiatria	1.484	3,30%	1.533	-7,11%	1.424	10,81%	1.578
Médico Cirúrgico	0	0,00%	2.222	20,21%	2.671	2,62%	2.741
Reumatologia	0	0,00%	576	24,48%	717	-43,93%	402
TOTAL	23.185	3,59%	24.018	1,85%	24.462	10,35%	26.994

Nº de sessões em Hospital Dia



Em 2018 o número de sessões em Hospital de Dia segue a tendência de crescimento dos últimos anos, atingindo o máximo nas atuais instalações do HSEIT, EPER. As especialidades que mais contribuíram para este crescimento foram a oncologia médica, a nefrologia (diálise), a pediatria e a psiquiatria. Em sentido contrário, mas com impacto menos expressivo, apuraram-se decréscimos em auto-imunes, pneumologia e reumatologia.

V. Acreditação e Qualidade

No ano de 2018 o Gabinete da Qualidade continuou o trabalho iniciado nos anos interiores, na implementação do Sistema de Gestão da Qualidade e sua manutenção, nas áreas clínicas e não clínicas do hospital, nomeadamente, no levantamento de processos existentes e documentação associada, elaboração e revisão de procedimentos, instruções operacionais, protocolos, regulamentos e políticas, também continuou a uniformização e codificação da documentação utilizada.

Este ano fica marcado pelo arranque formal do projeto de Acreditação do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), pela Joint Commission International (JCI). Este evento contou com o contributo e testemunho do Hospital Beatriz Ângelo, de Loures, hospital acreditado pela JCI há 5 anos, representado pelos membros da sua Direção Executiva.

O projeto de acreditação do HSEIT visa a garantia de um ambiente de confiança, redução de riscos para os beneficiários e prestadores de cuidados, disponibilização de indicadores quantificáveis de qualidade e segurança, estímulo e demonstração de melhoria contínua sustentável, em resultados, satisfação de utentes e gestão de recursos, com realce para a eficiência designadamente através da padronização de cuidados e respetiva avaliação externa.

Relativamente aos objetivos delineados no plano de atividades para o ano de 2018 destacam-se as seguintes atividades:

- Realização de avaliação de satisfação dos utentes do HSEIT dadores de sangue no serviço de Imunohemoterapia. Os resultados obtidos mostram um grau de satisfação de 96,1% satisfeito/muito satisfeito, o que ultrapassa a meta estabelecida.
- No âmbito da preparação da área laboratorial e serviço de Esterilização para certificação, foram nomeados os elos da qualidade destes serviços e estes receberam formação sobre as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 19011:2018, abrangendo assim o total dos profissionais com necessidade de formação para a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade. Continuaram-se os trabalhos de elaboração da documentação necessária, segundo os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015 na área laboratorial e no serviço de Esterilização.

Para além do exposto, destaca-se ainda o apoio nas solicitações do diversos Departamentos do HSEIT, designadamente ao serviço de Imunohemoterapia na resposta ao pedido da Direção-Geral de Saúde ao, relativamente ao pedido de autorização/renovação de autorização para as atividades do serviço de sangue bem como a monitorização de não conformidades identificadas pelos serviços do hospital.



VI. Gestão do Utente

O Departamento de Gestão do Utente do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER compreende:

- Apoio à Gestão de Utentes, que tem na sua dependência direta o Arquivo Clínico;
- Unidade de Gestão Clínica e de Inscritos para Cirurgia e Consulta Externa;
- Unidade de Transporte de Utentes.

6.1 Unidade de Gestão de Utentes

Gabinete que desenvolve a sua actividade no apoio à Gestão de Reclamações/Sugestões, resposta a solicitações de informação da PSP, Medicina Legal e Ministério Público, elaboração de mapas e análises estatísticas de controlo de Convecções estabelecidas com HSEIT, apoio à gestão de recursos humanos do departamento, com a elaboração de escalas, assiduidade dos colaboradores, atribuição e gestão de tarefas dos vários serviços. No que concerne ao apoio prestado por este gabinete à Gestão de Reclamações/Sugestões, apresenta-se os dados referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018.

- **Gestão de Reclamações/Sugestões**

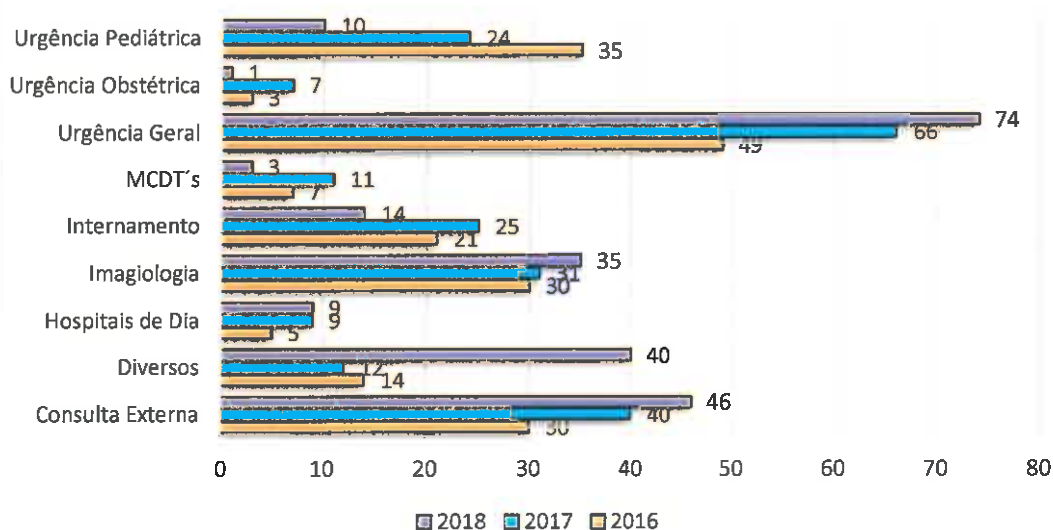
Conforme se pode observar pelas tabelas abaixo apresentadas, em 2018 verificou-se um aumento de 42% (232) em reclamações/sugestões apresentadas, face a 2017, sendo os serviços mais afetados a Urgência Geral e o Serviço de Imagiologia, em ambos os serviços as reclamações respeitam, essencialmente, a dificuldades sentidas na acessibilidade.

	2016		2017		2018
Reclamações/sugestões	194	31%	225	7%	232
Reclamações/sugestões (status: aberta)	0	3%	3	42%	45
Reclamações/sugestões (status: encerrado)	194	28%	222	-35%	187
Tempo máximo de resposta	378 (dias)		610 (dias)		449 (dias)
Tempo mínimo de resposta	5		-23		1 (dia)
Tempo médio de resposta	118		58		91 (dias)

Número Total de Reclamações/Sugestões



Número Total de Reclamações/Sugestões por Serviço



- Arquivo Clínico**

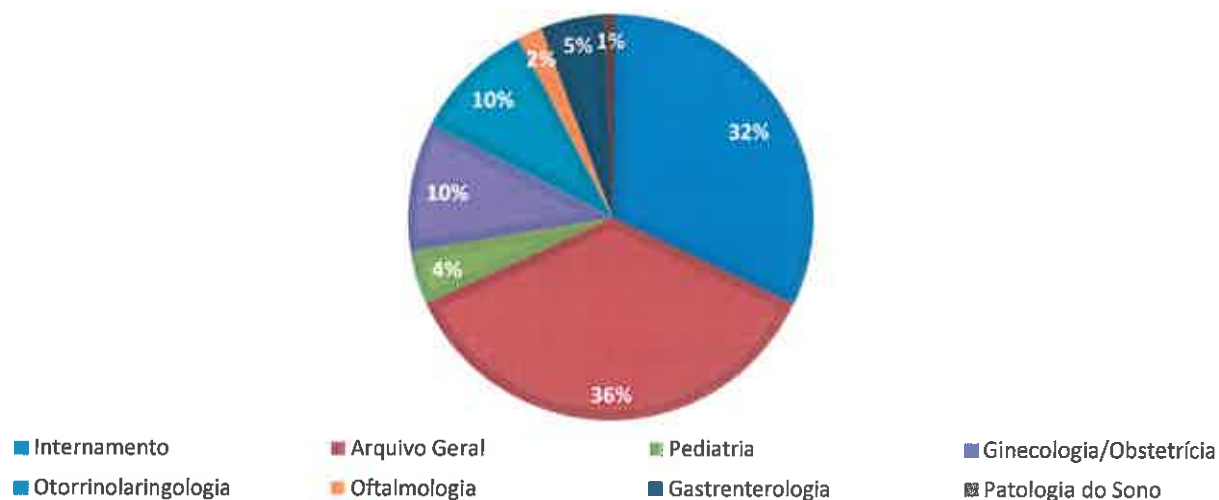
O Serviço de Arquivo Clínico do HSEIT é o serviço responsável pela receção, classificação, guarda /conservação e disponibilização de documentos integrantes dos processos clínicos de todos utentes do hospital, quer de internamento, quer da consulta externa.

Acomoda uma média de 264.110 processo de utentes, sendo o valor aproximado de 80.320 processos de internamento e 183.790 a média de processos clínicos de consulta externa.

Os processos clínicos de consulta externa, encontram-se organizados da seguinte forma, sendo que a média de número de processos, é a seguinte:

- Arquivo Geral – 90.660 processos;
- Pediatria – 10.760 processos;
- Ginecologia/Obstetrícia – 25.840 processos;
- Otorrinolaringologia – 24.080 processos e 12.680 exames;
- Oftalmologia – 4.860 processos;
- Gastreenterologia – 12.750 processos;
- Patologia do Sono – 2.160 processos.

DISTRIBUIÇÃO PROCESSOS - ARQUIVO CLÍNICO



6.2 Unidade de Gestão Clínica e de Inscritos para Cirurgia e Consulta Externa

- **Lista Espera Cirurgica**

Os anos em análise são os de 2017 e 2018, atendendo a que a legislação relacionada com a gestão de listas de espera e implementação do Tempo Máximo de Resposta Garantido só entrou em vigor em 2016. Durante esse período, o hospital esteve em fase de adaptação aos novos critérios o que implicou alteração / revisão de conceitos e de indicadores em utilização.

Indicadores Globais	Período em análise	
	2017	2018
Nº Inscritos (em 31 dezembro)	1519	1742
TME em LIC	487	516
Nº Operados	2731	2858
TME Operados	156	120
% operados > TMRG	12,40%	11,56%
% Propostas em LIC > TMRG (em 31 dezembro)	52,50%	50,29%
Nº de Cancelados	340	383
Nº Inscritos Pequena Cir. (em 31 dezembro)	235	157
Nº Operados Pequena Cir.	732	721

Especialidade (Bloco Operatório)	Inscritos em LIC	Inscritos em LIC
	2017	2018
Ortopedia	307	350
Ginecologia	19	53
Neurocirurgia	21	14
Cardiologia	3	2
Cirurgia Geral	175	243
Cirurgia Vascular	414	455
Cirurgia Plástica	96	111
Otorrinolaringologia	0	31
Oftalmologia	34	393
Urologia	391	60
Estomatologia	38	28
Total	1519	1742

Número de Utentes Inscritos em LIC

No final de 2018, o número de inscritos para cirurgia era de 1742, representando um aumento de cerca de 14% relativamente ao ano anterior.

Tempo Médio de Espera

Consequentemente, com o aumento do número de entradas em LIC, o Tempo Médio de Espera para cirurgia, também subiu, registando-se um prolongamento de 29 dias/utente;

Número de Operados e Tempo Médio de Espera das Cirurgias Realizadas

Em 2018, operaram-se 2858 utentes, representando um aumento de 127 cirurgias relativamente ao ano de 2017;

Verificou-se uma diminuição da percentagem de utentes a aguardar cirurgia com tempo de espera superior ao TMRG, cerca de menos 2,21%, resultado do esforço implementado para o cumprimento dos tempos máximos de resposta;

Pequena Cirurgia

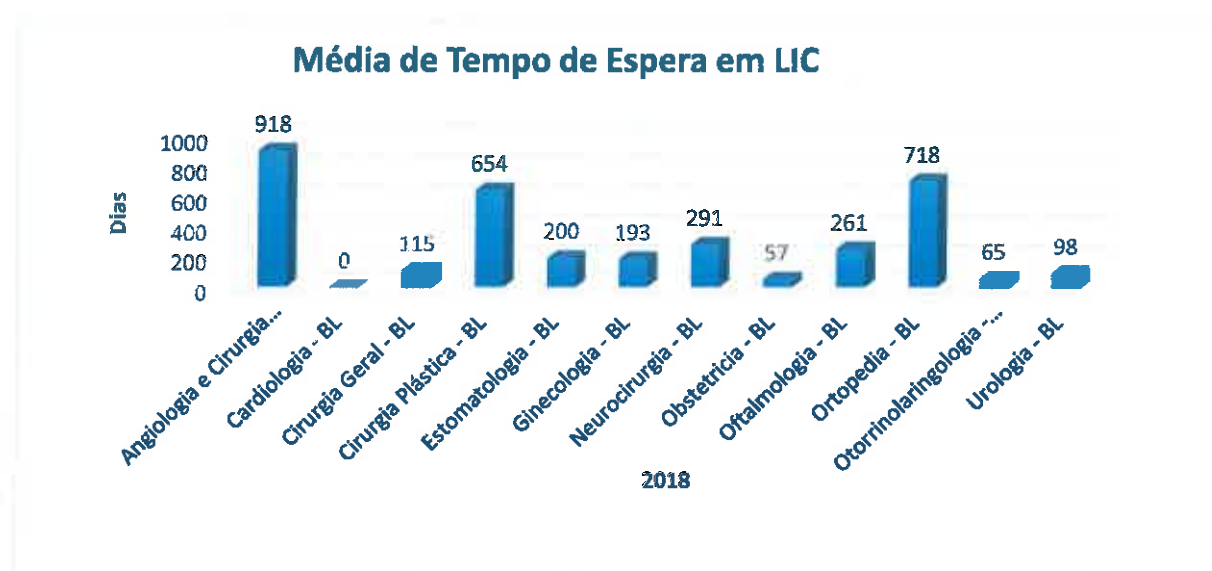
Face os dados de 2017, verifica-se um decréscimo do número de inscritos para pequena cirurgia, o que se fica a dever à redução de propostas para Cirurgia Plástica. Esta quebra justifica-se, pelo facto de o cirurgião plástico se encontrar em prestação de serviços e deslocar-se ao HSEIT, apenas uma vez por mês, tendo-se verificado a necessidade de implementação de uma nova metodologia de trabalho.

Cancelamentos

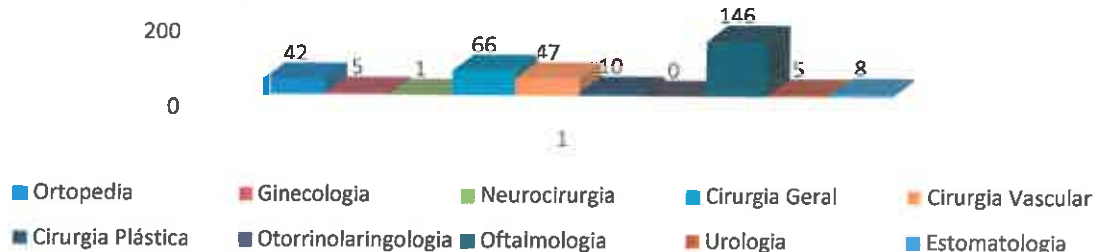
O número de cirurgias canceladas sofreu um ligeiro aumento. Promoveu-se uma consciencialização do utente, do médico e do secretariado clínico, para as questões relacionadas com pedidos de desistência, adiamentos injustificados por parte do utente, perda de indicação cirúrgica, bem como eliminação de propostas criadas, por lapso, em duplicado.

Cirurgias e Tempo Máximo de Resposta Garantido (TMRG)

Atualmente, apenas Neurocirurgia, Ortopedia, Cirurgia Vascular e Plástica têm propostas acima do TMRG, sendo que, em conjunto com a oftalmologia, são as especialidades que operaram utentes com maior antiguidade.



Utentes operados com maior antiguidade (>TMRG)



As especialidades com maior peso na LIC, em termos de número de inscritos, são a Cirurgia Vascular, Ortopedia, Cirurgia Geral e Oftalmologia, sendo que serão estas, também, ao lado da Urologia, as especialidades com maior número de operações realizadas;

**Produção Acrescida CIRURGE**

Plano urgente de recuperação de cirurgias, criado pelo Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, surge em 2017 como forma de reduzir os tempos de espera em cirurgia, dando prioridade aos utentes que estão há mais de 18 meses em lista de espera cirúrgica.

Em 2018 realizaram-se 8 cirurgias, no âmbito deste plano, na especialidade de Ortopedia. Esta situação traduz um decréscimo face ao ano anterior, em que, além de 8 em Ortopedia, também se realizaram 6 cirurgias de Cirurgia Vascular.

Lista de procedimentos realizados, com maior frequência, em 2018, em Bloco Operatório, por Especialidades

Especialidade	Procedimento	Qtd
Urologia	REMOCAO TRANSURETRAL DE OBSTRUCAO DO URETER E PELVE RENAL	62
	EXCISAO OU DESTRUICAO TRANSURETRAL DE LESAO OU TECIDO DA BEXIGA	35
	CATETERIZACAO URETERAL	19
	PROSTATECTOMIA TRANSURETRAL, NCOP	41
	VASECTOMIA	19
	CIRCUNCISAO	27
Otorrinolaringologia	SEPTOPLASTIAS NCOP	24
	AMIGDALECTOMIA COM ADENOIDECTOMIA	66
	BIOPSIA ABERTA DA LARINGE OU DA TRAQUEIA	28
Ortopedia	EXTRACCAO DE PROTESE DE FIXACAO INTERNA DE OSSO NAO ESPECIFICADO	28
	REDUCAO FECHADA DE FRACTURA COM FIXACAO INTERNA-UMERO	19
	REDUCAO FECHADA DE FRACTURA COM FIXACAO INTERNA-FEMUR	47
	SUBSTITUICAO TOTAL DA ANCA	35
	SUBSTITUICAO TOTAL DE JOELHO	18
Oftalmologia	FACOEMULSIFICACAO E ASPIRACAO DE CATARATA	704
Obstetrícia	CESARIANA CLASSICA	47
Neurocirurgia	EXPLORACOES E DESCOMPRESSOES DO CANAL RAQUIDIANO NCOP	23
	EXCISAO DE DISCO INTERVERTEBRAL	26
Ginecologia	HISTEROSCOPIA	66
	HISTERECTOMIA ABDOMINAL TOTAL, NCOP OU NAO ESPECIFICADA	26
Estomatologia	EXTRACCAO CIRURGICA DE DENTE NCOP	19
Cirurgia Vascular	LAQUEACAO E STRIPPING DE VEIAS VARICOSAS DOS MEMBROS INFERIORES	43
	ANGIOPLASTIA OU ATRECTOMIA DE VASO NAO CORONARIO	35
Cirurgia Geral	TIROIDECTOMIA TOTAL	28
	COLECISTECTOMIA LAPAROSCOPICA	98
	REPARACAO UNILATER. HERNIA INGUINAL DIRECTA C/ENXERTO OU PROTESE	34
	REPARACAO DE HERNIA UMBILICAL, NCOP	25
	AMPUTACAO DE DEDO DO PE	15
	EXCISAO LOCAL DE LESAO DA MAMA	22
	MASTECTOMIA SIMPLES UNILATERAL	27
	INSERCAO DE DISPOSITIVO ACESSO VASCULAR TOTALMENTE IMPLANTAVEL	62
	EXCISAO DE QUISTO OU SINUS PILONIDAL	42
	EXCISAO OU DESTRUICAO LOCAL. LESAO OU TEC.PELE E TEC.S/CUT. NCOP	19
Cardiologia	IMPLANTE OU SUBST, APENAS, DE PACEMAKER RESINCRONIZACAO CARDIACA (CRT-P), SO GERAD DE PULSO	28

Lista de procedimentos realizados, com maior frequência, em 2018, em Pequena Cirurgia, por Especialidades

Especialidade	Procedimento	Total
Cirurgia Plástica	LIBERTACAO DO TUNEL CARPICO	83
	FASCIECTOMIAS DA MAO NCOP	23
	EXCISAO OU DESTRUICAO LOCAL. LESAO OU TEC.PELE E TEC.S/CUT. NCOP	44
	EXCISAO RADICAL DE LESAO DA PELE	68
Cirurgia Geral	REMOCAO DE UNHA, LEITO UNGUEAL OU PELE CIRCUNDANTE	27
	EXCISAO OU DESTRUICAO LOCAL. LESAO OU TEC.PELE E TEC.S/CUT. NCOP	376

Face aos dados expostos, conclui-se que as especialidades com maior peso na LIC são:

- a nível de número de propostas, é a cirurgia vascular;
- em tempo de espera são a cirurgia vascular, ortopedia e cirurgia plástica.

- **Lista Espera de Consulta Externa**

O acesso às consultas no HSEIT é realizado por meio de referência interna, (urgência, internamento e consulta externa) ou externa, através de consultas do médico de família/centro de saúde, unidade de saúde de outras ilhas ou outra entidade convencionada com o HSEIT.

No campo da Gestão de Listas de Espera, têm-se vindo a desenvolver, desde 2016, várias ações com o objetivo de encontrar soluções para a diminuição das listas de espera. Implementaram-se procedimentos com vista à simplificação dos circuitos do processo cirúrgico, tendo em vista a prossecução do objetivo da melhoria do acesso aos cuidados de saúde, bem como o de dar resposta adequada às diferentes necessidades dos utentes, desde a primeira consulta em consulta externa, até o momento da alta.

6.3 Deslocação de Doentes

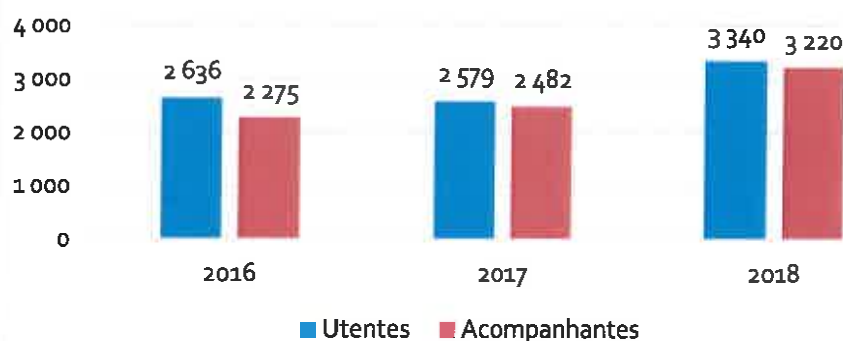
As deslocações ao abrigo do Regulamento Geral de Deslocações do Serviço Regional de Saúde devem-se à insuficiência de meios técnicos e/ou humanos adequados, com implicações muito significativas nos custos de exploração, quer pelo transporte de doentes, acompanhantes e técnicos, quer pelas comparticipações legalmente regulamentadas, quer ainda pelos custos da prestação de cuidados (internamentos, exames e consultas) em entidades privadas, quando esgotados os recursos na rede pública.

UTENTES E ACOMPANHANTES DESLOCADOS (Deslocações, Evacuações e Transferências)

	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018	Peso relativo 2018
Utentes	3.078	-14,36%	2.636	-2,16%	2.579	29,51%	3.340	50,91%
Acompanhantes	2.637	-13,73%	2.275	9,10%	2.482	29,73%	3.220	49,09%
TOTAL	5.715	-14,07%	4.911	3,05%	5.061	29,62%	6.560	

Importa salientar que o aumento de deslocações, no ano 2018, reporta ao referido na alínea b) do ponto 1 do Artigo 3º do novo Regulamento Geral de Deslocações do Serviço Regional de Saúde ou seja, todas as deslocações consideradas subsequentes passam a estar a cargo do Hospital e não da USI de origem como aconteceu em 2016 e em 2017.

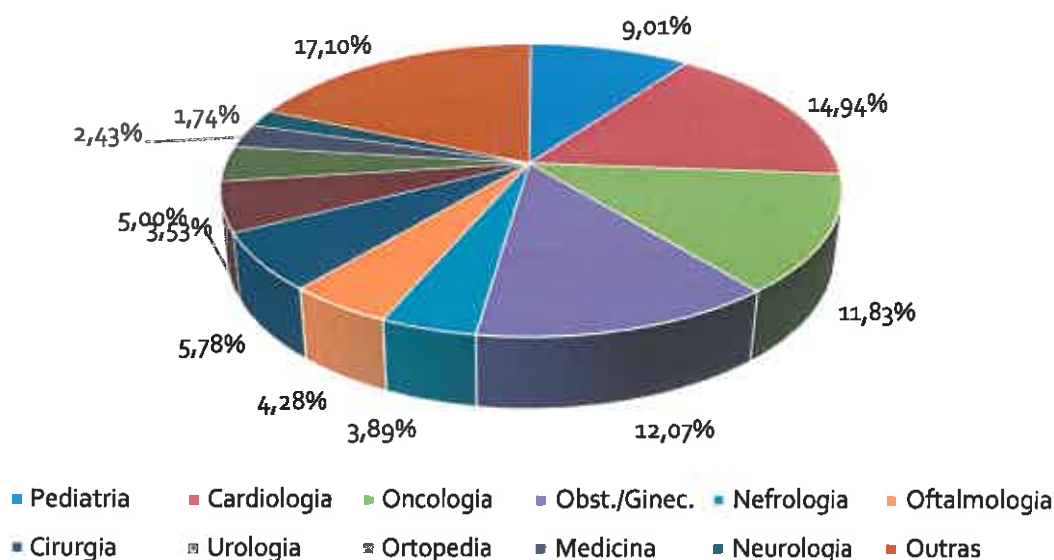
Utentes e Acompanhantes Deslocados



A expressividade da percentagem dos **acompanhantes** não pode ser dissociada da representatividade de áreas como a **Oncologia, Cardiologia, Obstetrícia e Pediatria** onde as necessidades singulares dos doentes e o grau de dependência das patologias de referência obrigam à presença de acompanhante. Os utentes evacuados são habitualmente acompanhados por familiar, dois médicos e um enfermeiro.

UTENTES DESLOCADOS POR SERVIÇO								
	2015	Δ % 15/16	2016	Δ % 16/17	2017	Δ % 17/18	2018	Peso Relativo 2018
Pediatria	592	-9,97%	533	129,74%	232	-23%	301	9,01%
Cardiologia	417	-9,83%	376	-21,01%	476	-5%	499	14,94%
Oncologia	310	-44,84%	171	-16,59%	205	-48%	395	11,83%
Obst./Ginec.	302	1,32%	306	-15,24%	361	-10%	403	12,07%
Nefrologia	191	-23,04%	147	-5,77%	156	20%	130	3,89%
Oftalmologia	181	-23,76%	138	13,11%	122	-15%	143	4,28%
Cirurgia	136	-29,41%	96	-9,43%	106	-45%	193	5,78%
Urologia	115	9,57%	126	5,88%	119	-29%	167	5,00%
Ortopedia	96	-33,33%	64	-9,86%	71	-40%	118	3,53%
Medicina	81	-56,79%	35	-27,08%	48	-4,1%	81	2,43%
Neurologia	70	-54,29%	32	3,23%	31	-47%	58	1,74%
Outras	383	-0,26%	382	0	390	-32%	571	17,10%
TOTAL	2.874	-16,28%	2.406	-3,70%	2.317		3.059	
<i>Total de utentes deslocados por Serviço*/Total de utentes e acompanhantes deslocados</i>	93,4%		91,3%		89,8%		91,6%	

Utentes deslocados por serviço em 2018 (%)

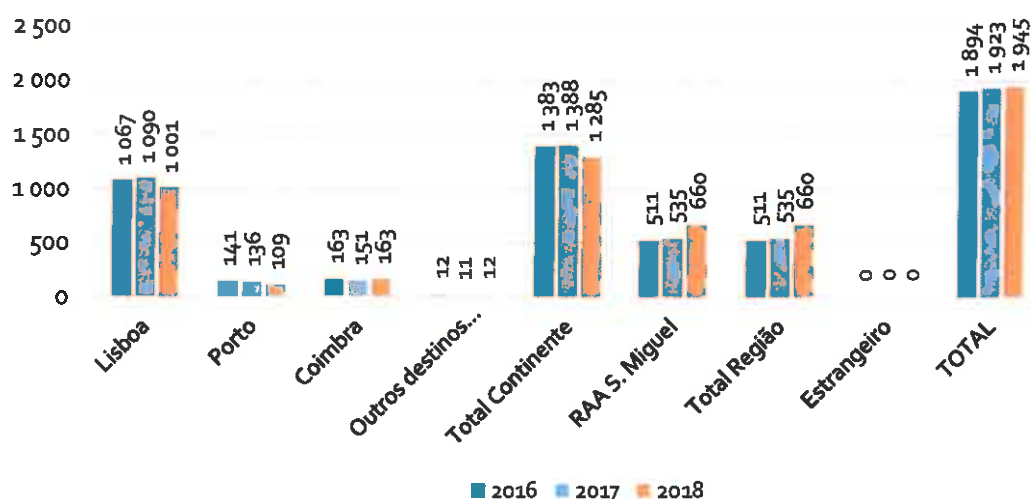


O gráfico realça as especialidades que mais carecem de recorrer à Deslocação de Doentes, nomeadamente a Cardiologia, a Obstetrícia, a Pediatria, a Cirurgia, a Urologia, a Oncologia e a Nefrologia, havendo ainda um grupo significativo de outras especialidades, cerca de 33.20%.

A fragilidade de algumas destas situações, pela sua urgência inerente requerem resposta imediata, em algumas situações com recurso a entidades privadas com capacidade de resposta, quando esta não é a desejada dentro do Serviço Nacional de Saúde.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição por destino geográfico dos Utentes Deslocados

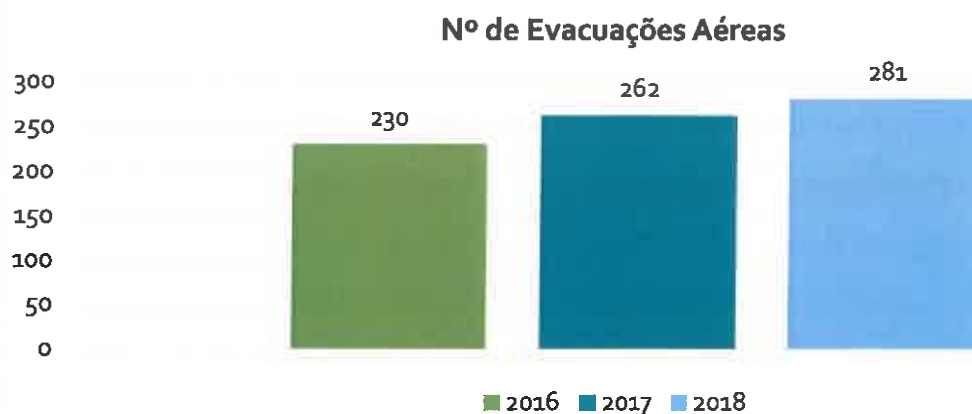
Utentes Deslocados por Destino



- Desloações Urgentes/Emergentes

Importa destacar que o HSEIT coordena a nível regional as evacuações aéreas em transporte aéreo militar, de doentes inter-ilhas e as transferências para o Continente, operação desenvolvida sempre em colaboração com a Força Aérea Portuguesa, envolvendo ainda o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o que garante que todos os residentes na Região Autónoma dos Açores, principalmente nas situações de maior urgência, tenham acesso aos cuidados médicos necessários dentro e fora da Região, mobilizando uma equipe do HSEIT das áreas administrativa, de enfermagem e médica.

Origem	Evacuações Aéreas						Peso relativo
	Destino					Total	
	A Heroísmo	Horta	Lisboa	Porto	P Delgada		
Faial	7				16	23	10,00%
Flores	10	14			5	29	12,61%
Graciosa	18				6	24	10,43%
Pico	1	1			9	11	4,78%
Santa Maria	1				28	29	12,61%
São Jorge	46				16	62	26,96%
São Miguel	2					2	0,87%
Terceira			3		47	50	21,74%
Total 2016	85	15	3		127	230	
Peso relativo	36,96%	6,52%	1,30%		55,22%		0,00%
Corvo	170	15	6				0,00%
Faial	1				2	3	1,15%
Flores	7				18	25	9,54%
Graciosa	6	11			6	23	8,78%
Pico	34				9	43	16,41%
Santa Maria	3				10	13	4,96%
São Jorge	1				36	37	14,12%
S. Miguel	56				12	68	25,95%
S. Miguel	2	1				3	
Terceira			11	3	33	47	17,94%
Total 2017	230	15	17	3	125	392	
Peso relativo	41,98%	4,58%	4,20%		48,09%		
Corvo		1				1	0,36%
Faial	13				29	42	14,95%
Flores	4	11			4	19	6,76%
Graciosa	32				9	41	14,59%
Pico	3				18	21	7,47%
Santa Maria					22	22	7,83%
São Jorge	61				13	74	26,33%
S. Miguel	2	3				5	1,78%
Terceira			13		43	56	19,93%
Total 2018	115	15	13	0	138	281	
Peso relativo	40,93%	5,34%	4,63%		49,11%		



Como se verifica é significativo o aumento de utentes evacuados ao longo dos últimos três anos.

É de referir ainda que é este Serviço do HSEIT que assegura os transportes não urgentes de utentes para consultas, tratamentos e altas, efetuado pelas viaturas do HSEIT e pelas Incorporações Voluntárias dos Bombeiros.

Viaturas HSEIT	
2017	Pedidos
Janeiro	177,00
Fevereiro	138,00
Março	188,00
Abril	154,00
Maio	162,00
Junho	146,00
Julho	126,00
Agosto	144,00
Setembro	136,00
Outubro	158,00
Novembro	151,00
Dezembro	162,00
Total	1.842,00
Média	153,50

Viaturas HSEIT		
2018	Pedidos	Serviços
Janeiro	189,00	776,00
Fevereiro	182,00	805,00
Março	221,00	937,00
Abril	234,00	1.045,00
Maio	209,00	979,00
Junho	230,00	989,00
Julho	194,00	907,00
Agosto	192,00	898,00
Setembro	179,00	812,00
Outubro	207,00	949,00
Novembro	212,00	987,00
Dezembro	223,00	1.030,00
Total	2.472,00	11.114,00
Média	206,00	926,17

Ano	2016		
Mês	BVAH		
	transp	saidas	km
Jan	1.002,00	698,00	12.491,00
Fev	1.033,00	705,00	6.565,00
Mar	1.108,00	714,00	12.277,00
Abr	1.054,00	704,00	12.236,00
Mai	937,00	616,00	10.984,00
Jun	849,00	545,00	10.000,00
Jul	1.331,00	848,00	14.383,00
Ago	1.031,00	678,00	11.034,00
Set	948,00	617,00	10.078,00
Out	979,00	643,00	10.778,00
Nov	1.008,00	684,00	11.756,00
Dez	1.110,00	707,00	12.080,00
Total	12.390,00	8.159,00	134.662,00
Média	1.032,50	679,92	11.221,83

Ano	2017		
Mês	BVAH		
	transp	saidas	km
Jan	1.253,00	781,00	13.515,00
Fev	1.150,00	727,00	12.057,00
Mar	1.380,00	851,00	13.971,00
Abr	1.171,00	707,00	11.382,00
Mai	1.258,00	761,00	12.794,00
Jun	1.239,00	704,00	12.456,00
Jul	1.245,00	804,00	13.422,00
Ago	1.206,00	738,00	12.835,00
Set	1.142,00	752,00	12.355,00
Out	1.254,00	756,00	13.514,00
Nov	1.123,00	699,00	12.461,00
Dez	1.020,00	635,00	11.351,00
Total	14.441,00	8.915,00	152.113,00
Média	1.203,42	743,92	12.676,08

Ano	2018		
Mês	BVAH		
	transp	saidas	km
Jan	1.355,00	701,50	13.497,00
Fev	1.093,00	595,00	11.089,00
Mar	1.227,00	668,00	12.727,00
Abr	1.198,00	666,00	12.406,00
Mai	1.246,00	679,00	12.769,00
Jun	1.128,00	654,00	12.264,00
Jul	1.295,00	658,00	12.748,00
Ago	1.121,00	615,00	12.532,00
Set	1.143,00	581,00	11.479,00
Out	1.374,00	696,00	14.213,00
Nov	1.373,00	677,00	13.967,00
Dez	1.106,00	585,00	11.074,00
Total	14.659,00	7.775,50	150.765,00
Média	1.221,58	647,96	12.563,75

Ano	2016		
Mês	BVPV		
	transp	saidas	km
Jan	578,00	237,00	12.518,00
Fev	611,00	225,00	11.887,00
Mar	790,00	281,00	14.410,00
Abr	804,00	275,00	14.947,00
Mai	749,00	292,00	15.284,00
Jun	749,00	302,00	14.958,00
Jul	826,00	349,00	17.257,00
Ago	842,00	335,00	17.146,00
Set	789,00	273,00	15.629,00
Out	777,00	300,00	16.328,00
Nov	890,00	346,00	18.221,00
Dez	787,00	340,00	17.075,00
Total	9.192,00	3.555,00	185.660,00
Média	766,00	296,25	15.471,67

Ano	2017		
Mês	BVPV		
	transp	saidas	km
Jan	920,00	431,00	21.807,00
Fev	858,00	359,00	19.537,00
Mar	1.163,00	486,00	25.389,00
Abr	918,00	395,00	20.568,00
Mai	1.066,00	443,00	22.560,00
Jun	900,00	328,00	17.285,00
Jul	971,00	339,00	17.632,00
Ago	977,00	318,00	17.701,00
Set	860,00	300,00	16.532,00
Out	1.020,00	337,00	18.460,00
Nov	930,00	295,00	16.656,00
Dez	785,00	264,00	14.992,00
Total	11.368,00	4.295,00	229.119,00
Média	947,33	357,92	19.093,25

Ano	2018		
Mês	BVPV		
	transp	saidas	km
Jan	958,00	347,00	19.157,00
Fev	849,00	290,00	16.602,00
Mar	926,00	346,00	18.263,00
Abr	945,00	311,00	17.394,00
Mai	958,00	295,00	16.723,00
Jun	809,00	296,00	16.050,00
Jul	828,00	288,00	16.172,00
Ago	899,00	293,00	16.863,00
Set	1.009,00	306,00	17.349,00
Out	1.001,00	321,00	17.553,00
Nov	1.072,00	349,00	19.151,00
Dez	871,00	307,00	17.190,00
Total	11.125,00	3.749,00	208.467,00
Média	927,08	312,42	17.372,25

VII. Serviço Social

O Serviço Social enquadra-se na orgânica hospitalar como um Serviço de Suporte à Prestação de Cuidados de Saúde, na dependência hierárquica do Conselho de Administração. Tem como Missão contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida do doente/família. Assume, dentro da equipa multidisciplinar, um papel ativo no sentido de ultrapassar e/ou minorar junto do doente e sua família, situações de desvantagem social, devido a dificuldades de ordem socioeconómica ou psicossocial, que dificultam o tratamento, cura e reabilitação dos doentes, tendo como objetivo a sua reintegração social após a alta hospitalar.

O serviço social intervém transversalmente em todas as áreas de prestação direta de cuidados de saúde – **Internamento, Ambulatório, Urgência** – estando as assistentes sociais distribuídas pelos vários departamentos, serviços e unidades funcionais que as compõem. Os técnicos destacados para apoio aos Serviços, têm também a seu cargo as respetivas **Deslocações/Transferência de Doentes, Consultas Externas, Hospitais de Dia**, adstritas a esses Serviços. Cada técnico acumula vários Serviços a que presta apoio.

Das funções preconizadas, destacam-se:

- Identificar e analisar os problemas e as necessidades de apoio social dos utentes, elaborando o respetivo diagnóstico social;
- Proceder ao acompanhamento e apoio psicossocial dos utentes e respetivas famílias, mediante a prévia elaboração de planos de intervenção social;
- Envolver e orientar utentes, famílias e grupos no autoconhecimento e procura dos recursos adequados às suas necessidades;
- Assegurar a continuidade de cuidados sociais a prestar, em articulação com os parceiros da comunidade;
- Articular-se com os restantes profissionais para melhor garantir a qualidade, humanização e eficiência na prestação de cuidados;
- Mediar a relação entre o doente, equipa técnica, familiares, e comunidade promovendo a articulação entre as várias entidades envolvidas;
- Participar na definição, promoção e concretização das políticas de intervenção social a cargo dos respetivos serviços ou estabelecimentos;

- Relatar, informar e acompanhar, situações sociais problemáticas, em especial as relacionadas com as crianças, jovens, idosos, doentes e vítimas de crimes ou de exclusão social.

O planeamento de altas e continuidade de cuidados no pós alta hospitalar, tem sido uma das grandes prioridades do Serviço Social. O planeamento da alta é fundamental para reduzir tempo de internamento e reinternamento e para assegurar o sucesso de reintegração do doente na comunidade. O objetivo deste planeamento é fazer coincidir a alta social com a alta clínica, para a concretização da alta hospitalar.

Em cada serviço, é prestado apoio psicossocial ao doente/família, devendo a alta ser preparada em equipa. Numa 1ª fase, estabelece-se o plano de cuidados ao doente, com o levantamento das suas necessidades, procurando-se a melhor forma de dar resposta às necessidades identificadas.

Este trabalho é feito em articulação com as equipas multidisciplinares dos Serviços e em articulação com os recursos da comunidade.

O Serviço Social articula com toda a rede de serviços de saúde, nomeadamente cuidados primários e continuados, assim como com os serviços de apoio social de todas as Instituições sociais da área de influência do HSEIT.

O Gabinete do Utente funciona na dependência do Serviço Social, dando cumprimento à legislação em vigor, que coloca o Gabinete do Utente/Gabinete do Cidadão na dependência direta do serviço Social, por via do qual todos os cidadãos têm a faculdade de apresentar reclamações/sugestões para a defesa dos seus direitos. Constitui um instrumento de gestão de serviços e um meio de defesa dos utentes, com vista à melhoria contínua da qualidade dos serviços e da prestação de cuidados de saúde.

Tem como principais funções:

- Informar os doentes dos seus direitos e deveres em relação aos serviços de saúde;
- Reduzir a escrito as reclamações orais realizadas nos termos da alínea anterior quando os reclamantes não possam fazê-lo;
- Tratar, monitorizar e apresentar relatórios das reclamações, sugestões e elogios (o serviço social elabora relatórios mensais, semestrais e anuais que apresenta superiormente ao CA).

O Serviço Social, integra várias Comissões e Parcerias em representação do Hospital.

Assim, ao nível Intra-Hospitalar:

- 
- Comissão de Humanização
 - Equipa Gestão de Altas (EGA)
 - Núcleo Hospitalar Apoio Crianças e Jovens em Risco (NHACJR)
 - Equipa de Cuidados Paliativos (em fase de preparação)
 - Grupos de Trabalho Acreditação (7)

Ao nível Inter-Institucional:

- Rede de Apoio Integrado ao Cidadão em Situação de Exclusão
- Rede de Apoio à Mulher da Ilha Terceira (RAIMIT)
- Rede de Apoio Integrado à Pessoa com Necessidades Especiais (existe protocolo, mas no ano anterior não houve contactos para reuniões desta Rede)

VIII. Auditoria Interna

A Comissão de Auditoria Interna do HSEIT tem desenvolvido a sua atividade tendo por base a crescente necessidade de controlo, nomeadamente dos bens, dos processos e da informação, encontrando assento Legal no Decreto-lei 244/2012 de 9 de novembro "ao serviço de auditoria interna compete a avaliação dos processos de controlo interno e de gestão de riscos, nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para o seu aperfeiçoamento contínuo".

O plano das ações de auditoria interna para o ano de 2018 foi realizado na íntegra, teve na sua génese a avaliação dos processos de maior grau de risco para a instituição, razão pela qual uma preocupação significativa na área de consumos/stocks que representa cerca de 23% dos custos operacionais do HSEIT, o acompanhamento das ações de auditoria do ano anterior e a elaboração do Plano Interno de Prevenção à Corrupção e Infrações Conexas.

Pode-se observar uma evolução significativa ao longo das auditorias realizadas na gestão dos vários armazéns do hospital verificando-se que as sugestões de melhoria apresentadas têm sido implementadas, exemplo desta situação é a implementação de sistemas de informação de gestão de stocks no serviço de Patologia Clínica, a atualização de bases de dados do Serviço de Instalações e otimização de Armazéns e a implementação de processos de qualidade.

Pretende-se com a auditoria interna, para além de uma maior compreensão das atividades das diversas áreas, avaliar a adequação dos controlos e procedimentos, facultar à administração informações precisas, concisas e objetivas que reflitam a realidade, salvaguardar os ativos, obter-se um controlo eficiente sobre os aspetos vitais da atividade, possibilitar a otimização de recursos, localizar erros e desperdícios, promovendo a conformidade e a melhoria contínua.

IX. Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD)

A proteção da integridade e confidencialidade dos dados pessoais é uma preocupação constante de sempre da nossa instituição. Não obstante, com o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679- RGPD) a proteção jurídica dos titulares dos dados é reforçada, criando novas obrigações e responsabilidades para todas as entidades públicas e privadas.



O ano de 2018, representou para a equipa de implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, um ano de constituição da equipa e definição de plano estratégico, que evidenciam a importância do HSEIT em garantir a segurança dos dados pessoais que se encontram à sua guarda e dos quais é entidade responsável pelo tratamento.

A equipa formada é composta por um gestor de projeto, um jurista, a direção do departamento de gestão de utentes, um especialista de informática e um elemento do gabinete da qualidade.

De forma a cumprir com o previsto no nº 7 do artigo 37º do RGPD realizou-se a notificação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e a divulgação do contato do *Data Protection Officer* (DPO) internamente e externamente.

Adicionalmente foi elaborado o Regulamento Interno

do DPO.

Foram desenvolvidos diversos documentos de apoio no sentido de informar e de permitir que os utentes possam exercer os seus direitos e que facultem o seu consentimento de forma esclarecida. A formação é essencial para consolidar conhecimentos e comportamentos pelo que as ações formativas internas e externas continuarão como estratégia fundamental para o cumprimento do RGPD.

X. Sistemas e Tecnologias de Informação

O ano de 2018, na área de Sistema e Tecnologias de informação, foi marcado pelo arranque do projeto "HSEIT 2020- Melhor Hospital, Mais Cidadania", alvo de uma candidatura a fundos comunitários que tem a sua génese assente três linhas operacionais: o processo clínico eletrónico, a experiência do utente e a segurança da informação. O objetivo desta iniciativa resume-se à integração, desmaterialização e transformação digital do HSEIT.

Foram desenvolvidas várias atividades ao longo do ano das quais destacam-se as seguintes:

- **A implementação do Processo Clínico Eletrónico – Enfermagem:** Este módulo do projeto permitiu a desmaterialização global do processo, integrando a implementação integral do protocolo standard Classificação Internacional para a Prática da Enfermagem (CIPE), facilitando a definição de diagnósticos de enfermagem e o planeamento das respetivas intervenções no âmbito do plano de cuidados de enfermagem, recorrendo a standards criados internamente ou utilizando paradigmas internacionais.

Este processo reúne as mais-valias decorrentes da informatização de um processo e mais valias específicas das quais se salienta: um acesso mais rápido a doentes internados com vários filtros de pesquisa; cardex para validação dos medicamentos a administrar e acesso rápido a informação detalhada da prescrição dos doentes; consulta e registo da hora prevista de administração de medicamentos, execução de intervenções, monitorizações realizadas e planeadas, registo de sinais vitais, com recurso a vários filtros; seleção do diagnóstico de enfermagem através de standards pré-definidos; seleção das intervenções adequadas ao utente dentro de cada diagnóstico de enfermagem; calendarização das intervenções permitindo o planeamento dos cuidados a prestar e disponibilização de atitudes terapêuticas (procedimentos/rotinas) com a respetiva associação de intervenções.

- **Processo Clínico Eletrónico – Mobilidade Enfermagem:** Ainda no processo de enfermagem foi disponibilizada uma vertente móvel do processo de enfermagem assente em tecnologia html5 e com o recurso a equipamentos móveis.



EM QUALQUER LUGAR


AVALIAÇÃO INICIAL

à entrada do doente, informação recolhida


VERIFICAÇÃO PRÉ-OPERATÓRIA

na deslocação bloco

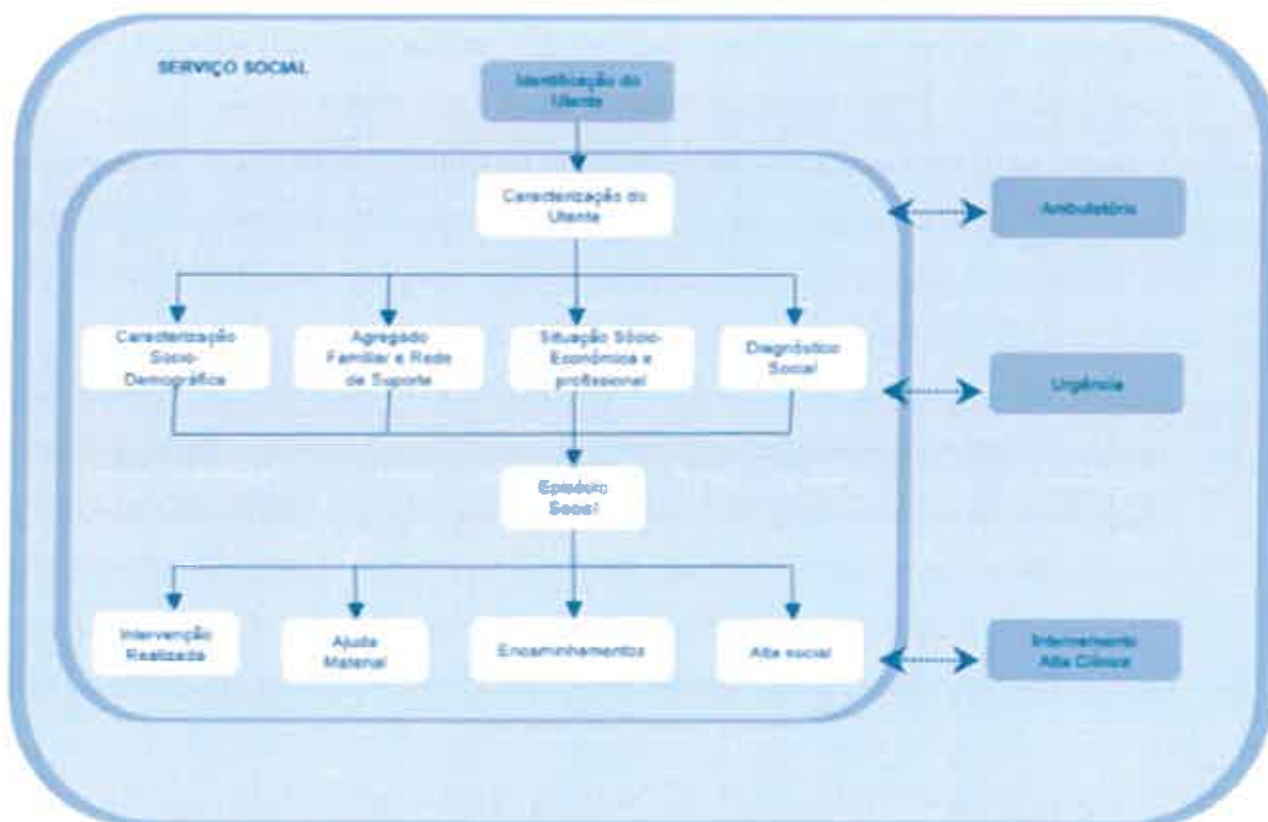

CARDEX

preparado na sala de Enfermagem


PLANO DE TRABALHO

registo de terapêutica e intervenções a cabecera do doente

- **Serviço Social:** em 2018 foi realizada, também, a desmaterialização do processo social com um módulo integrado nos sistemas core do HSEIT reduzindo assim a carga administrativa e aumentando a otimização dos recursos do serviço.



Adicionalmente, no seguimento da transformação digital que tem vindo a ser realizada no HSEIT nos últimos anos, foram também realizadas as seguintes atividades:

- A instalação e configuração da solução de bio banco no SEEBMO.

- A Implementação de uma ferramenta informática para a Unidade de Consulta de Obesidade do HSEIT que auxilia no acompanhamento dos utentes de cirurgia bariátrica.
- A utilização de uma ferramenta de gestão de transporte que permite o registo e agendamento de transportes não urgentes de utentes.
- A introdução da *CheckList* da Urgência, sistema que permite o controlo do estado dos equipamentos utilizados na Sala de Emergência do hospital.
- A implementação do controlo de processos de codificação, que se traduz no registo e controlo das diversas etapas dos processos codificados por GDH, com possibilidade de extração de diversas estatísticas.
- Desenvolvimento de aplicação para registo dos processos do Gabinete do Utente Deslocado incluindo o pedido de consultas e exames, reagendamento, origem e operacionalização.

Tendo presente a contínua preocupação com a evolução tecnológica e melhoria dos sistemas e respetiva segurança, foram ainda operacionalizadas as seguintes medidas em 2018:

- Upgrade da solução de indicadores de gestão – Provision;
- Atualização da solução de segurança transfusional – Gricode;
- Upgrade ao software / firmware da central telefónica;
- Upgrade ao sistema de controle de acessos;
- Atualização da aplicação de Deslocações de Utes e Comparticipações da USISJ;
- Atualização dos sistemas operativos dos servidores;
- Substituição do hardware mais obsoleto;
- Reforço de equipamentos nas enfermarias – computadores e tablets;
- Virtualização de servidores.

No que à atividade de suporte diz respeito, verifica-se na análise comparativa dos tickets registados em 2018, relativamente com o ano anterior, um aumento significativo de solicitações no último trimestre. Este aumento está diretamente relacionado com o arranque do processo clínico de enfermagem em outubro.

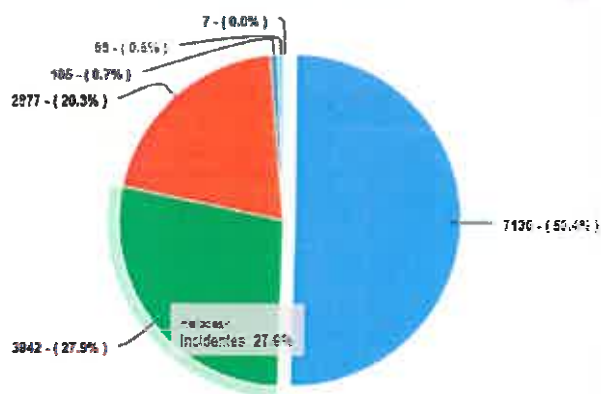
Nos mapas que se seguem pode-se observar de forma esquemática a atividade de suporte realizada pelo departamento:

Número de Incidentes



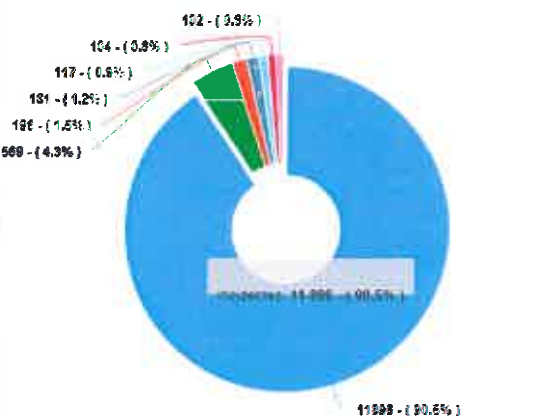
Incidentes		Incidentes por Tipo	
Total de Incidentes	4793	Incidente	2028
Dias	364	Pedido	2765
Incidentes Por dia - Média	13.2	Top 5 - Incidentes por Grupo	
Tempo médio no fecho	95h 35m 41s	DSTI	1551
Incidentes por estado		Glantt GH	924
Novo	0	Gestão GRATalk	375
Atribuído	11	Gestão de Sistemas	329
Planejado	1	E-Doc	296
Aguardando	20		
Resolvido	1		
Encerrado	4761		

INCIDENTES POR ORIGEM



Phone Helpdesk Direct E-Mail Other

TEMPO DE SOLUÇÃO DE INCIDENTES



< 1 dia 1 - 2 dias 2 - 3 dias 3 - 4 dias 4 - 5 dias 5 - 6 dias 6 - 7 dias

XI. Recursos Humanos

11.1 Serviço de Gestão de Recursos Humanos

O Serviço de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento estratégico da instituição. Sendo o HSEIT um hospital multidisciplinar de referência na prestação de cuidados, de acordo com as melhores práticas clínicas, os seus objetivos assentam em políticas de estabilidade e desenvolvimento dos seus recursos humanos.

A complexidade e diversidade das atividades desenvolvidas no SGRH tem vindo a crescer, pois cada vez mais o HSEIT confere uma maior importância às estratégias de gestão de recursos humanos.

O SGRH está estruturado funcionalmente em 4 áreas distintas, mas que inevitavelmente se complementam entre si.



Figura 1 - Estrutura funcional do serviço de gestão de recursos humanos

Apesar da complementaridade, a segregação de funções é evidente, o que permite:

- ♦ Garantir a legalidade de todo o processo de gestão de pessoal, desde a admissão até à cessação de funções de cada profissional;
- ♦ Assegurar uma base de dados de recursos humanos atualizada;
- ♦ Gerir os processos administrativos da avaliação de desempenho;
- ♦ Garantir a elaboração das escalas e verificar a assiduidade dos colaboradores;

- ♦ Assegurar o registo de informações com vista ao processamento das remunerações;
- ♦ Assegurar o processamento das remunerações;
- ♦ Prestar informação à área financeira dos valores mensais processados;
- ♦ Elaborar instrumentos de monitorização da despesa com os colaboradores;
- ♦ Desenvolver estudos de gestão previsional de recursos humanos;
- ♦ Assegurar uma relação de parceria com todas as áreas e departamentos da instituição, no desenvolvimento e gestão dos colaboradores;
- ♦ Proceder à difusão de normas, orientações técnicas e de outros instrumentos de apoio técnico à atividade da instituição, assim como apoiar a implementação e monitorizar a sua execução;
- ♦ Emitir pareceres técnicos para a tomada de decisão superior.

11.1.1 – Evolução/distribuição dos Recursos Humanos por grupos profissionais

Em 31 de dezembro de 2018, o HSEIT contava com um total de 1.194 colaboradores, tendo havido um aumento de 2,14% relativamente ao ano anterior, mantendo a tendência dos últimos anos.

Grupos profissionais	2017		Δ % 2017/2018	2018	
	Qtd.	%		Qtd.	%
Órgãos de Direção	4	0,34%	-25,00%	3	0,25%
Dirigentes	8	0,68%	-12,50%	7	0,59%
Médicos	141	12,06%	2,84%	145	12,14%
Enfermeiros	368	31,48%	2,45%	377	31,57%
Técnicos Superiores de Saúde	5	0,43%	0,00%	5	0,42%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	78	6,67%	6,41%	83	6,95%
Técnicos Superiores	60	5,13%	3,33%	62	5,19%
Informática	10	0,86%	30,00%	13	1,09%
Docentes	2	0,17%	0,00%	2	0,17%
Assistentes Técnicos	134	11,46%	7,46%	144	12,06%
Assistentes Operacionais	359	30,71%	-1,67%	353	29,56%
Total	1 169	100%	2,14%	1194	100%

Tabela 1 – Distribuição por grupos profissionais

Na tabela anterior podemos verificar que houve um acréscimo na maioria dos grupos profissionais. Dos 145 médicos que exercem funções no HSEIT, 27 são médicos externos que colaboram em regime de prestação de serviços para assegurar determinadas valências, em especial o Serviço de Urgência e algumas especialidades mais carenciadas.

Grupos profissionais	2017		Δ % 2017/2018	2018	
	Qtd.	%		Qtd.	%
Médicos	20	1,71%	35,00%	27	2,31%

Tabela 2 – Médicos externos em regime de prestação de serviços

Comparativamente ao ano anterior, houve um acréscimo de 35%, o que revela a preocupação desta instituição em prestar cuidados de saúde diferenciados.

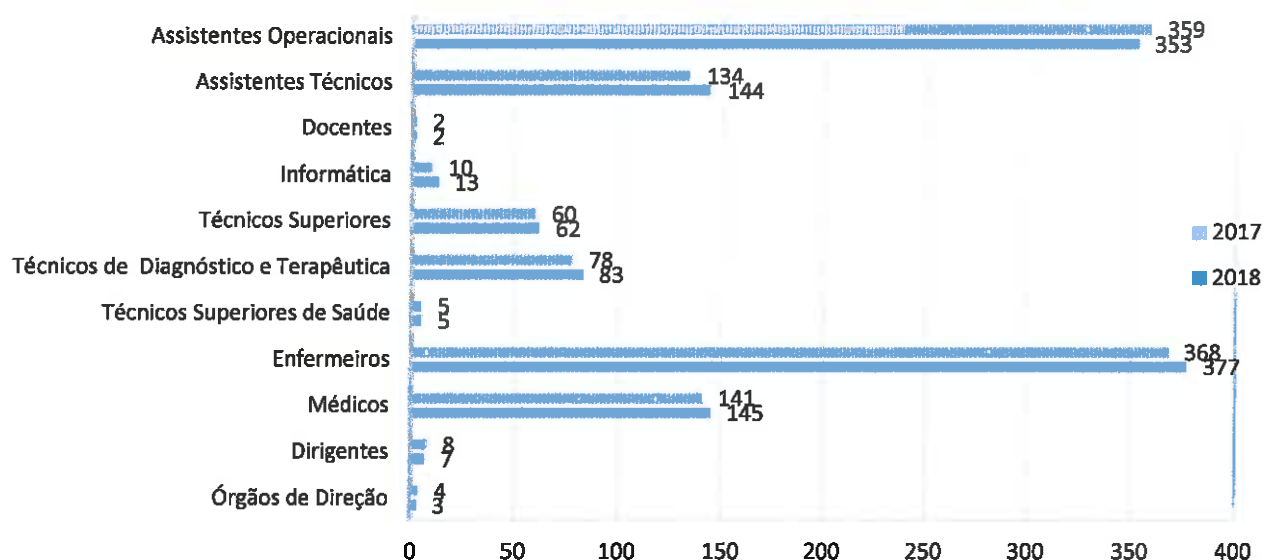


Gráfico 1 – Distribuição por grupos profissionais

Conforme se comprova no gráfico seguinte, os grupos profissionais mais representativos continuam a ser os Enfermeiros (377), os Assistentes Operacionais (353) e os Médicos (145). Estes 3 grupos representam 73,28% dos profissionais do HSEIT.

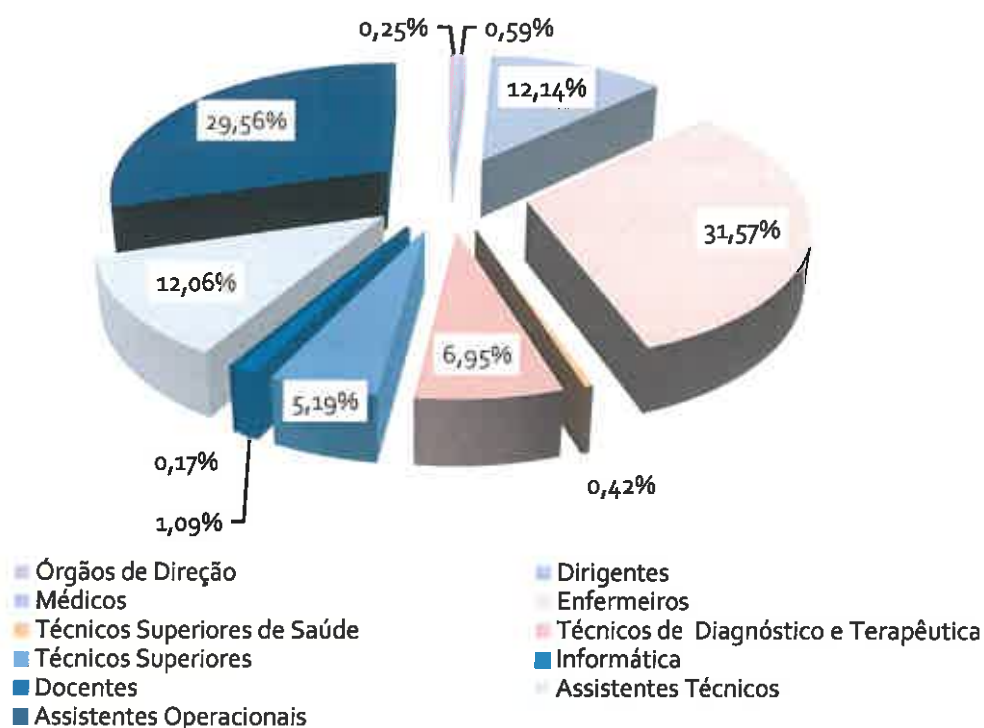


Gráfico 2 – Distribuição percentual por grupos profissionais

11.1.2 – Rotatividade

Grupos profissionais	2018	
	Entradas	Saídas
Órgãos de Direção	2	3
Dirigentes		1
Médicos	23	19
Enfermeiros	14	4
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	7	2
Técnicos Superiores	8	6
Assistentes Técnicos	25	14
Assistentes Operacionais	39	45
Informática	2	1
Total	120	95

Tabela 3 – Rotatividade por grupos profissionais

À semelhança de anos anteriores, o HSEIT mantém uma elevada rotatividade, sendo que em 2018 registou-se um total de 118 entradas e 93 saídas.

Os principais motivos de entrada foram as novas contratações, principalmente nas categorias de assistente técnico e assistente operacional, devido a conclusão de dois procedimentos concursais realizados no final de 2017.

Os principais motivos de saída foram o termo de colocação de trabalhadores ocupados e a conclusão do ano comum pelos médicos internos.

11.1.3 – Distribuição de efetivos por tipo de vínculo

Por força do regime jurídico dos hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores organizados como entidades públicas empresariais, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, todas as contratações são efetuadas ao abrigo do Código do Trabalho, resultando num decréscimo gradual do número de trabalhadores com vínculo de emprego público.

Vínculo	2017		Δ % 2017/2018	2018	
	Qtd.	%		Qtd.	%
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado em Funções Públicas	538	46,02%	-0,74%	534	44,72%
Contrato a Termo Resolutivo Incerto em Funções Públicas	33	2,82%	-9,09%	30	2,51%
Contrato por Tempo Indeterminado	397	33,96%	27,46%	506	42,38%
Contrato a Termo Certo e Incerto	18	1,54%	-61,11%	7	0,59%
Contrato Prestação Serviços	59	5,05%	-37,29%	37	3,10%
Cedência Interesse Público/Outras Situações	18	1,54%	-5,56%	17	1,42%
Trabalhadores Ocupados	106	9,07%	-40,57%	63	5,28%
Total	1 169	100,00%	2,14%	1 194	100,00%

Tabela 4 – Distribuição por vínculo

A conclusão, no final de 2017, dos dois procedimentos concursais para a contratação, por tempo indeterminado, de colaboradores para as categorias de assistente técnico e assistente operacional

contribuíram para uma diminuição significativa dos trabalhadores contratados a termo e do número de trabalhadores colocados ao abrigo de programas ocupacionais.

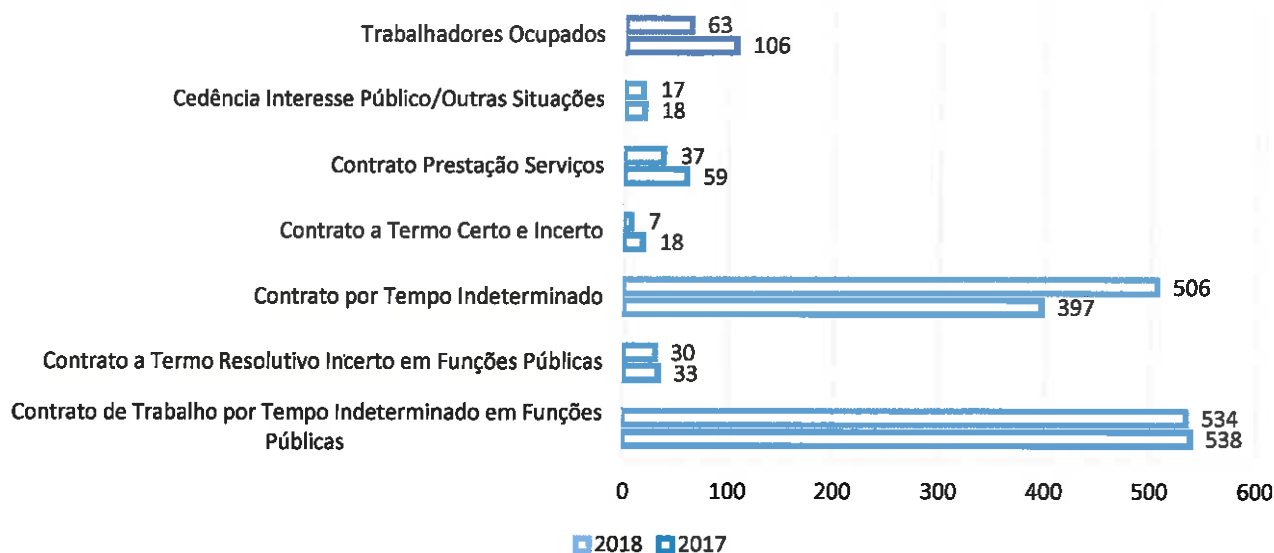


Gráfico 3 - Distribuição por vínculo

Apesar da estabilização dos profissionais no HSEIT, continua a haver necessidade de contratar profissionais em prestação de serviços para colmatar algumas especialidades médicas mais carenciadas. O recurso a trabalhadores colocados ao abrigo de programas governamentais de natureza ocupacional, Colocação Temporária de Trabalhadores Subsidiados (CTTS), continua a ser uma realidade, mas em comparação com o ano anterior houve uma diminuição bastante acentuada.

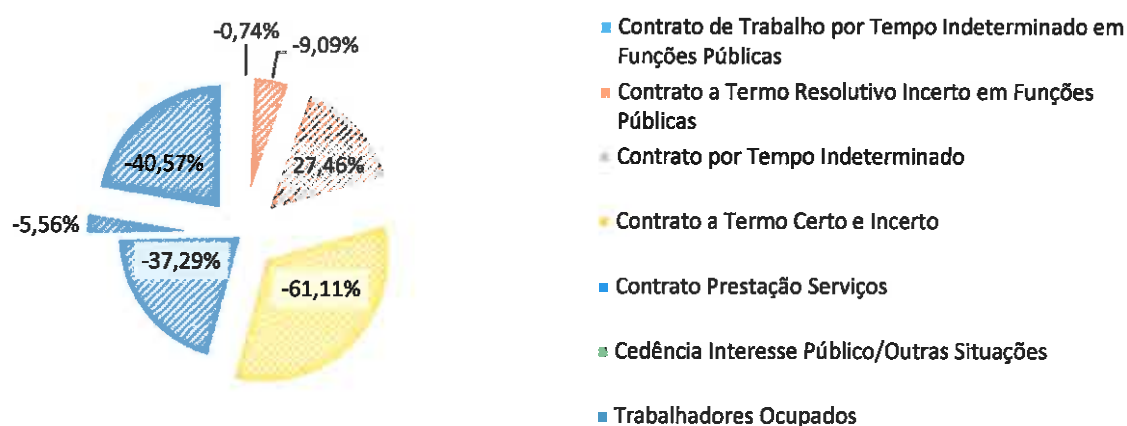


Gráfico 4 - Variação percentual por vínculo

Para colmatar necessidades pontuais, que decorrem de situações de ausências por doença ou parentalidade, e é efetuado maioritariamente para categorias de assistente técnico e assistente operacional.

11.1.4 – Habilitações literárias

Em 2018, cerca de 60% dos profissionais do HSEIT possuíam formação académica de nível superior, o que se deve à complexidade e especificidade dos grupos profissionais que o compõem, sendo a licenciatura o grau detido pelo maior número de pessoas (51,42%).

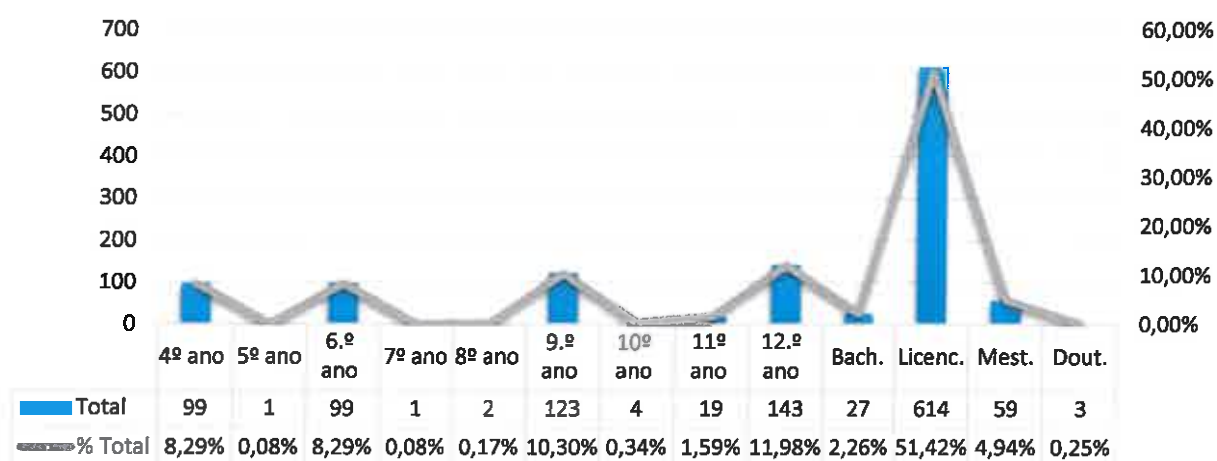


Gráfico 5 – Habilitações literárias

11.1.5 – Estrutura etária

Na tabela seguinte verificamos que, em comparação com o período homólogo anterior, houve um aumento do número de trabalhadores com idade inferior a 40 anos, contudo a média de idades dos trabalhadores do HSEIT encontra-se nos 43 anos.

	2017		Δ % 2017/2018	2018	
	Qtd.	%		Qtd.	%
≤ 30	172	14,75%	-44,19%	96	8,04%
>30 e ≤ 40	393	33,70%	8,65%	427	35,76%
>40 e ≤ 50	293	25,13%	9,22%	320	26,80%
>50 e ≤ 60	227	19,47%	9,69%	249	20,85%
>60	81	6,95%	25,93%	102	8,54%
Total	1 166	100%	2,40%	1 194	100%

Tabela 5 – Estrutura etária

Handwritten signature and initials in blue ink.

Na distribuição dos grupos profissionais por faixa etária, verificamos que o grupo dos enfermeiros é o que detem o maior número de profissionais com idade inferior aos 40 anos.

Grupos profissionais	<30	≥30 e <40	≥40 e <50	≥50 e <60	>60	Total	% ≤ 40
Órgãos Direção		1	1	1		3	33,33%
Dirigentes		2	1	4		7	28,57%
Médicos	15	47	30	23	30	145	32,41%
Enfermeiros	26	177	110	54	10	377	46,95%
Técnicos Superiores de Saúde			3	1	1	5	0,00%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	10	53	8	9	3	83	63,86%
Técnicos Superiores	9	32	13	7	1	62	51,61%
Informática	3	3	2	5		13	23,08%
Docentes			1	1		2	0,00%
Assistentes Técnicos	18	52	46	23	5	144	36,11%
Assistentes Operacionais	15	60	105	121	52	353	17,00%
Total	96	427	320	249	102	1 194	35,76%

Tabela 6 – Distribuição dos grupos profissionais por faixa etária

A curto prazo verificar-se-á um aumento significativo no número de aposentações, conforme demonstrado na tabela seguinte, possuindo 8,54% dos colaboradores idade superior a 60 anos. Desta forma, e fazendo uma previsão das aposentações para o próximo triénio, antevê-se que os grupos de profissionais que serão mais afetados serão os médicos e os assistentes operacionais, por serem aqueles que apresentam números mais expressivos na faixa etária mais elevada.

	Total	≥ 60	Δ %	2019	2020	2021	Total
Órgãos de Direção	3	0	0,00%	-	-	-	-
Dirigentes	7	0	0,00%	-	-	-	-
Médicos	145	30	20,69%	1	3	7	11
Enfermeiro	377	10	2,65%	-	2	-	2
Técnico Superior de Saúde	5	1	20,00%	-	-	-	-
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	83	3	3,61%	-	1	1	2
Técnico Superior	62	1	1,61%	-	-	1	1
Informática	13	0	0,00%	-	-	-	-
Docentes	2	0	0,00%	-	-	-	-
Assistente Técnico	144	5	3,47%	-	-	-	-
Assistente Operacional	353	52	14,73%	8	7	5	20
Total	1 194	102	8,54%	9	13	14	36

Tabela 7 – Previsão de aposentações para o triénio 2019/2020/2021

11.1.6 – Distribuição por género

A prevalência do sexo feminino no total dos colaboradores do HSEIT mantém-se como consequência da predominância das mulheres nos dois grupos profissionais mais representativos, enfermeiros e assistentes operacionais.

Género	2018		Total
	Masculino	Feminino	
Orgãos de Direção	1	2	3
Dirigentes	2	5	7
Médicos	57	88	145
Enfermeiros	85	292	377
Técnicos Superiores de Saúde	1	4	5
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	15	68	83
Técnicos Superiores	15	47	62
Informática	10	3	13
Docentes		2	2
Assistentes Técnicos	16	128	144
Assistentes Operacionais	93	260	353
Total	295	899	1 194

Tabela 8 – Distribuição de género por grupos profissionais

No HSEIT, as mulheres representam 75% do total dos colaboradores.



Gráfico 6 – Distribuição percentual por género

11.1.7 – Absentismo

Em 2018, contabilizaram-se 44.294 dias de ausências, o que resultou num acréscimo de 22,25% relativamente ao ano 2017.

O motivo preponderante continua a ser a doença, que representa 46,41% do total, seguido das ausências por parentalidade com a expressividade de 26,86%.

Tipo de ausência	2017		Δ % 2017/2018	2018	
	Qtd.	%		Qtd.	%
Casamento	250	0,69%	17,60%	294	0,66%
Parentalidade	5 056	13,95%	135,34%	11 899	26,86%
Falecimento de familiar	211	0,58%	26,07%	266	0,60%
Doença	18 188	50,20%	13,03%	20 557	46,41%
Assistência a familiares	413	1,14%	49,88%	619	1,40%
Trabalhador estudante	152	0,42%	31,91%	201	0,45%
Injustificadas	28	0,08%	-46,43%	15	0,03%
Acidente de serviço	999	2,76%	16,42%	1 163	2,63%
Formação	4 094	11,30%	-5,67%	3 862	8,72%
Greve	940	2,59%	54,79%	1 455	3,28%
Licença s/vencimento	515	1,42%	195,34%	1 521	3,43%
Outras	5 387	14,87%	-54,66%	2 442,5	5,51%
Total	36 233	100%	22,25%	44 294	100,00%

Tabela 9 - Absentismo

A semelhança dos anos anteriores, é nos assistentes operacionais que as ausências por doença assumem maior relevância, com 10.905 dias, correspondentes a 53,05% do total das faltas por doença, seguidos dos enfermeiros com 4.079 dias, e que representam 19,84% das faltas por doença dadas pelo total dos trabalhadores do HSEIT.

Doença	Nº de funcionários	%	Nº de dias	%
Médicos	118	10%	1 112	5,41%
Enfermeiros	372	33%	4 079	19,84%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	82	7%	1 457	7,09%
Técnicos Superiores	60	5%	182	0,89%
Informático	13	1%	2	0,01%
Docentes	2	0%	53	0,26%
Assistentes Técnicos	143	13%	2 767	13,46%
Assistentes Operacionais	353	31%	10 905	53,05%
Total	1 143	100%	20 557	100,00%

Tabela 10 – Distribuição por grupo profissional da ausência por doença

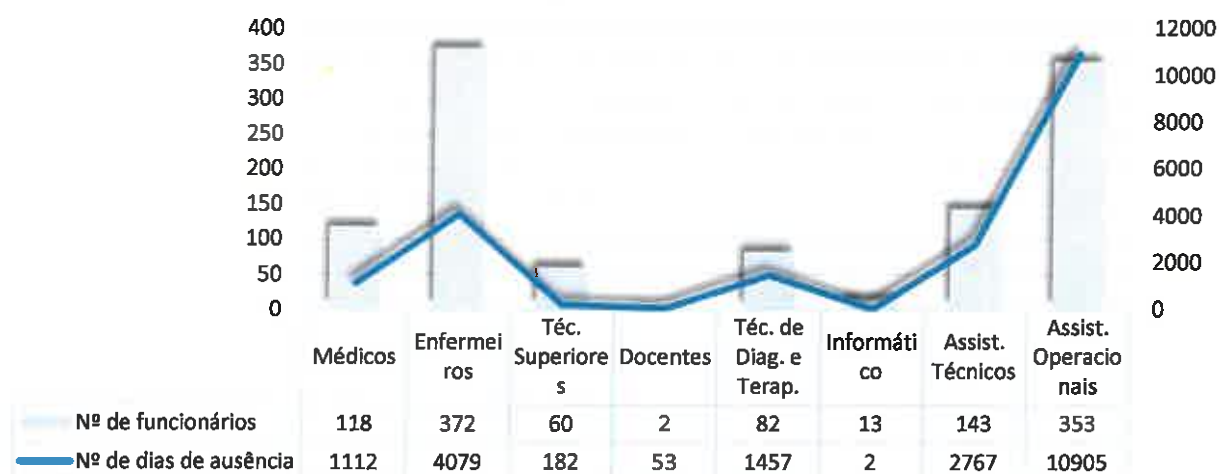


Gráfico 7 – Distribuição percentual por grupo profissional da ausência por doença

Apesar da diferença do número de trabalhadores nestes dois grupos profissionais não ser considerável (377 enfermeiros e 353 assistentes operacionais), o aumento dos dias de ausência por doença nos assistentes operacionais é justificado pelo fato de, como verificámos anteriormente, se tratar do grupo que abrange mais trabalhadores com idade superior a 60 anos.

11.1.8 – Remunerações

No que se refere às remunerações processadas, em 2018 houve uma variação de 9,31% relativamente ao ano anterior.

Código de Remuneração	2017		Δ % 2017/2018	2018	
	Valor	%		Valor	%
Remuneração Base	15 376 590,29 €	57,69%	3,11%	15 855 529,88 €	54,42%
Horas Extraord.	2 633 668,82 €	9,88%	33,13%	3 506 094,39 €	12,03%
Prevenção	3 207 261,22 €	12,03%	14,60%	3 675 669,75 €	12,62%
Prev. Evacuação	379 751,09 €	1,42%	22,57%	465 447,88 €	1,60%
Regime Chamada	5 674,95 €	0,02%	77,53%	10 074,62 €	0,03%
Outros	5 050 678,04 €	18,95%	11,33%	5 623 132,66 €	19,30%
Total	26 653 624,41 €	100,00%	9,31%	29 135 949,18 €	100,00%

Tabela 11 - Distribuição de remunerações por rubrica

No gráfico seguinte pode verificar-se que a rubrica que mais pesa nos valores totais continua a ser a remuneração base.

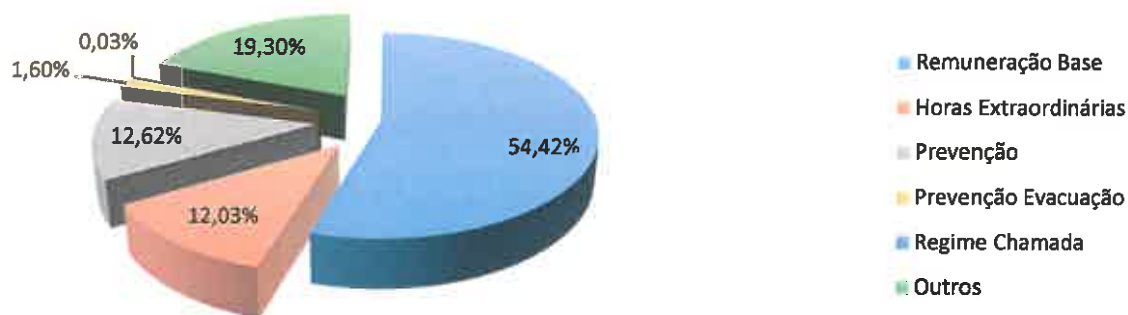


Gráfico 8 – Distribuição de remunerações por rubrica

O aumento no valor da remuneração base encontra-se justificado pela contratação de novos trabalhadores e pelo aumento da retribuição mínima mensal garantida.

No que concerne ao trabalho suplementar, a rubrica em que se verificou um aumento mais significativo foi o das horas extraordinárias.

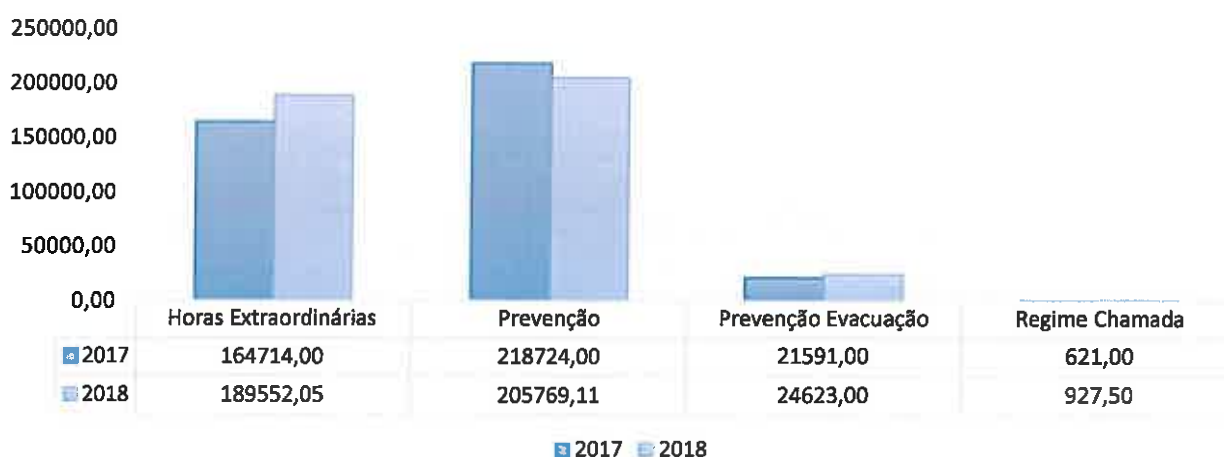


Gráfico 9 – Nº de horas de trabalho suplementar

O acréscimo do número de horas extraordinárias efetuadas deveu-se essencialmente ao aumento dos dias de ausência, que foram colmatadas com trabalho extraordinário, por forma a serem asseguradas as dotações de pessoal nos serviços.

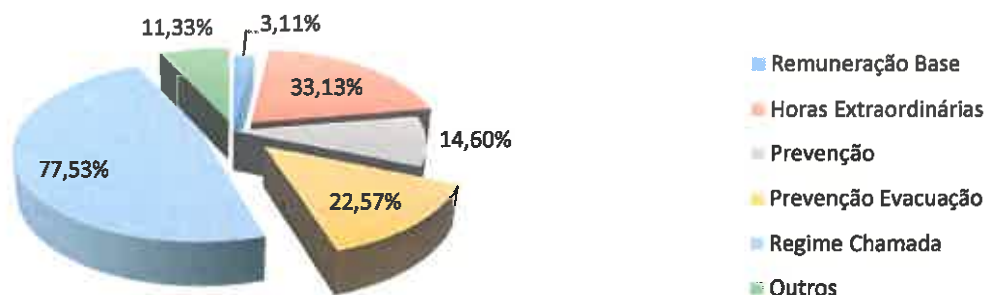


Gráfico 10 – Variação percentual das remunerações por rubrica

Na tabela seguinte pode ser comparado o peso de cada rubrica, distribuído por grupo profissional:

Grupos profissionais	2018							
	Total		Rem. Base		Trabalho Extraordinário		Outros	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orgãos de Direção/Dirigentes	529 285,24 €	2,00%	373 117,97 €	2,46%	57 498,47 €	0,75%	98 668,80 €	1,95%
Médicos	10 222 414,06 €	38,59%	4 034 611,84 €	26,59%	4 991 556,24 €	65%	1 196 245,98 €	23,66%
Enfermeiros	9 199 617,80 €	34,72%	5 503 664,33 €	36,27%	1 655 842,91 €	21,62%	2 040 110,56 €	40,35%
Técnicos Sup.	1 319 552,16 €	4,98%	962 756,49 €	6,34%	97 781,36 €	1,28%	259 014,31 €	5,12%
Docentes	68 472,06 €	0,26%	56 899,64 €	0,37%	- €	0,00%	11 572,42 €	0,23%
Técnicos de Diag. e Terap.	1 569 505,66 €	5,92%	1 012 362,34 €	6,67%	232 086,07 €	3,03%	325 057,25 €	6,43%
Técnicos Sup. de Saúde	185 180,29 €	0,70%	106 266,61 €	0,70%	53 065,43 €	0,69%	25 848,25 €	0,51%
Informática	265 187,06 €	1,00%	184 825,60 €	1,22%	30 608,18 €	0,40%	49 753,28 €	0,98%
Assistentes Técnicos	1 673 157,67 €	6,32%	1 189 692,41 €	7,84%	56 122,86 €	0,73%	427 342,40 €	8,45%
Assistentes Operacionais	4 103 577,18 €	15,49%	2 431 332,65 €	16,02%	482 725,12 €	6,30%	1 189 519,41 €	23,53%
Total	29 135 949,18 €	110%	15 855 529,88 €	104%	7 657 286,64 €	100%	5 623 132,66 €	111%

Tabela 12 – Distribuição de remunerações por grupo profissional - 2018

11.2 – Gabinete de Formação

O objetivo primordial do Gabinete de Formação do HSEIT é promover e valorizar a qualificação profissional dos recursos humanos da instituição, identificar necessidades formativas, propor planos e organizar ações de formação.

Neste contexto, a formação profissional assume um papel central no desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, numa perspetiva de promoção de competências de natureza diversa e de atualização de práticas.

Para além da operacionalização do Plano Interno de Formação, o Gabinete de Formação desenvolveu outras atividades em colaboração com outras instituições, nomeadamente, o Centro de Formação dos Funcionários da Administração Pública dos Açores, a Escola Superior de Saúde – Pólo de Angra do Heroísmo e a Universidade dos Açores.

Em 2018, foram registados 619 pedidos para frequência de eventos formativos, tanto na qualidade de formando como na qualidade de formador/palestrante. Dos 621 pedidos, 64 foram para frequentar ações de formação no âmbito do plano interno e 557 para formação externa.

Eventos Formativos Realizados em 2018	
Internos	Externos
64	557
Total de pedidos internos e externos	621
Pedidos de formação	
Realizados	505
Cancelados	48
Não frequentados	12
Adiados	7
Anulados	9
Indeferidos	6
Não selecionados	34
Total	621

Tabela 13 – Pedidos de frequência de eventos formativos

Das 505 ações frequentadas, 258 foram realizadas na Região Autónoma dos Açores.

Eventos Formativos Realizados em 2018	
Açores	258
Portugal Continental	218
Madeira	1
Estrangeiro	28
Total	505

Tabela 14 – Distribuição dos eventos formativos realizados por área geográfica

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos eventos formativos de acordo com a modalidade de frequência.

Modalidade de Frequência	
C. Científica/C. Organizadora	2
Formador	7
Formando	471
Palestrantes	14
Estágios Profissionais	4
Outros	7
Total	505

Tabela 15 – Modalidades de frequência dos eventos formativos

11.2.1 – Formação Interna

No âmbito do Plano Interno de Formação foram operacionalizados os seguintes eventos formativos:

Áreas do Plano Interno de Formação	
Saúde	
Abordagem sobre a crise hipertensiva	Realizada
Enfermagem e informação em saúde	Realizada
Insulinoterapia	Realizada
Manipulação de aparelhos gessados	Realizada
Manipulação de aparelhos gessados - 2.ª edição	Realizada
Monitorização hemodinâmica - PICCO	Realizada
Situações emergentes na Consulta Externa - O que fazer?	Realizada
Transferência e mobilização de utentes	Realizada

Áreas do Plano Interno de Formação (cont.)	
Controlo de Infecção Hospitalar	
Boas práticas de higiene	Realizada
Boas práticas de higiene - 2.ª edição	Realizada
Boas práticas de higiene - 3.ª edição	Realizada
Prevenção e controlo de infeção	Realizada
Prevenção e controlo de infeção - 2ª edição	Realizada
Prevenção e controlo de infeção - 4ª edição	Realizada
Prevenção e controlo de infeção - 3ª edição	Realizada
Segurança e Higiene no Trabalho	
Acidentes de trabalho e ergonomia	Realizada
Equipamentos de proteção individual	Realizada
Movimentação manual de cargas	Realizada
Movimentação manual de cargas - 2.ª edição	Realizada
Movimentação manual de cargas - 3.ª edição	Realizada
Prevenção de acidentes	Realizada
Prevenção de acidentes - 2.ª edição	Realizada
Prevenção de acidentes - 3.ª edição	Realizada
Prevenção e segurança de armazenagem e movimentação de materiais	Realizada
Riscos profissionais, biológicos e químicos	Realizada

Tabela 16 – Descrição dos eventos formativos

Para além das ações de formação acima mencionadas, e que estavam contempladas no Plano Interno de Formação, foram realizados 19 eventos formativos direcionados para um público alvo específico e que contou com a participação de 332 formandos.

Nº	Ação de Formação	Grupo/Categoria Profissional	Nº de participantes por Categoria Profissional	Total de Particip.	Nº de horas de formação
1	1ª Prevenção e controlo de infeção	Assistentes Operacionais	20	21	4
		Técnicos Superiores	1		
2	2ª Prevenção e controlo de infeção	Assistentes Operacionais	20	20	4
3	3ª Prevenção e controlo de infeção	Assistentes Operacionais	20	20	4
4	4ª Prevenção e controlo de infeção	Assistentes Operacionais	20	20	4
5	Boas Práticas de Higiene	Assistentes Operacionais	17	17	3

Nº	Ação de Formação	Grupo/Categoria Profissional	Nº de participantes por Categoria Profissional	Total de Particip.	Nº de horas de formação
6	Boas Práticas de Higiene -2ª edição	Assistentes Operacionais	14	14	3
7	Acidentes de trabalho e ergonomia	Assistentes Técnicos	4	4	2
8	Equipamentos de Proteção Individual	Assistentes Operacionais	19	19	1
9	Movimentação manual de cargas	Assistentes Operacionais	20	20	1
10	Prevenção de acidentes	Médicos	2	34	1
		Enfermeiros	18		
		Téc. de Diagnóstico e Terapêutica	1		
		Assistentes Operacionais	13		
11	Prevenção e Segurança na Armazenagem e Movimentação de Materiais	Assistentes Operacionais	6	11	2
		Assistentes Técnicos	2		
		Enfermeiros	3		
12	Riscos profissionais, biológicos e químicos	Enfermeiros	6	24	4
		Técnicos Superiores	2		
		Assistentes Operacionais	16		
13	Abordagem sobre a Crise Hipertensiva	Médicos	1	16	1
		Enfermeiros	7		
		Assistentes Operacionais	8		
14	Enfermagem e Informação em Saúde	Médicos	1	19	2
		Enfermeiros	18		
15	Manipulação de aparelhos gessados	Enfermeiros	10	11	1
		Assistentes Operacionais	1		
16	Monitorização Hemodinâmica – Picco	Enfermeiros	15	15	2
17	Insulinoterapia	Enfermeiros	11	11	2
18	Transferência e mobilização de utentes	Enfermeiros	7	7	2
19	Triagem de Resíduos Hospitalares	Médicos	2	29	2
		Enfermeiros	10		
		Téc. de Diagnóstico e Terapêutica	1		
		Assistentes Operacionais	16		
Total			332	332	45

Tabela 17 – Eventos formativos extra plano

11.2.2 – Formação Externa

Relativamente a eventos formativos externos realizados, houve a participação de 266 colaboradores.

Categoria Profissional	Total de pedidos de formação registados	Número de funcionários por categoria que realizam formação externa
Médicos	194	79
Enfermeiros	134	91
Técnicos Superiores de Saúde	8	5
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	24	16
Técnicos Superiores	97	49
Informática	1	1
Docentes	0	0
Assistentes Técnicos	26	19
Assistentes Operacionais	18	6
Total	502	266

Tabela 18 – Nº de colaboradores que frequentaram formação externa

11.2.3 – Estágios

Os programas de estágio desenvolvidos pelo Governo Regional dos Açores possibilitam aos jovens um estágio profissional em contexto real de trabalho que promova a sua inserção na vida ativa, com condições diferenciadas de aprendizagem, oportunidades de identificação com a organização e de iniciação profissional.

Para além destes, o HSEIT, EPER tem desenvolvido parcerias com diversas entidades, incluindo ordens profissionais, universidades, institutos politécnicos e escolas profissionais, no sentido de orientar estágios curriculares e estágios profissionais em contexto de trabalho, em diversas áreas profissionais. Destacam-se neste âmbito o protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores, para orientação de alunos do curso de licenciatura em enfermagem e o protocolo de colaboração com a Ordem dos Psicólogos Portugueses para a realização de estágios profissionais com vista à aquisição da qualidade de membro efetivo da OPP.

	N.º de Estagiários
Estagiar L	10
Estagiar U	41
ESEAH-Uaç	6
Universidades	16
Politécnicos	14
Ensino Profissional	12
OPP	2
Total	101

Tabela 20 – Estágios

11.3 - Gabinete de Saúde Ocupacional

O Gabinete de Saúde Ocupacional tem por missão assegurar as adequadas condições de segurança e saúde em todos os aspetos relacionados com o trabalho, de modo a minimizar o risco de acidente e de doença dos colaboradores. Para alcançar os objetivos definidos promove várias ações em diversas áreas de intervenção:

- Vigilância médica da saúde, orientada em função dos riscos profissionais no local de trabalho;
- Avaliação dos riscos profissionais, com vista à eliminação dos mesmos ou à redução dos seus efeitos;
- Formação e informação em saúde e segurança no trabalho.

11.3.1 – Saúde no trabalho

• Exames Médicos realizados

Em 2018 foram efetuadas 762 convocatórias para consultas de medicina do trabalho, tendo sido realizadas 690 consultas, o que representa uma taxa de concretização de 90,6%.

	2017	%	2018
Convocatórias	872	-12,61%	762
Realizadas	818	-15,65%	690
1ª Consulta	84	50,00%	126
Faltas	54	48,15%	80
Remarcadas	16	487,50%	94
Anuladas	8	362,50%	37

Tabela 21 – Consultas de medicina do trabalho

Na tabela seguinte temos a distribuição por tipo de exames médicos realizados.

	Admissão	Periódico	Ocasional	Medicina Curativa	Total
Nº de exames	126	323	122	119	690
< 50 anos	116	199	75	64	454
≥ 50 anos	10	124	47	55	236

Tabela 22 – Consultas por tipo de exames médicos

Dos colaboradores observados, 464 foram considerados aptos e 107 aptos mas com restrições para o desempenho das suas funções.

Tipo de Exame	Apto	Apto Condicionado	Inapto Temporariamente	Inapto Definitivo
Exame de Admissão	122	4	0	0
Exame Periódico	284	39	0	0
Exame Ocasional	58	64	0	0
Total	464	107	0	0

Tabela 23 – Resultados dos exames realizados

As principais condicionantes são essencialmente restrições de trabalho por turnos e/ou noturno e restrições na movimentação de cargas físicas.

As consultas realizadas no âmbito da medicina curativa inserem-se numa estratégia de promoção de saúde e de melhor adequação da medicação em doenças não ligadas ao trabalho, mas cujas descompensações se refletem no mesmo. Nestas consultas otimizam-se terapêuticas, seguimentos noutras especialidades e faz-se educação para a saúde (comportamento alimentar, exercício físico, disciplina do sono, entre outros).

As 119 consultas de medicina curativa tiveram os seguintes fundamentos:

	Receituário	Mostrar exames	Pedido de Relatório (Aposentação, outros)	Pedido Atestado Médico (desporto ou carta de condução)
Nº de consultas	44	67	3	5

Tabela 24 – Motivos de consulta de medicina curativa

- **Vacinação dos Profissionais de Saúde**

Em meio hospitalar, os profissionais de saúde estão expostos a diversos agentes biológicos nas suas atividades diárias, pelo que a proteção adquirida pela vacinação e a monitorização do estado vacinal é essencial e indispensável para a saúde dos trabalhadores.

De acordo com a atividade desempenhada, identificam-se os profissionais de saúde que pertencem a grupos alvo mais suscetíveis, ou de maior risco, aos quais é essencial administrar os diversos tipos de vacinas.

Atualmente, as vacinas contra a Hepatite B, Tétano/Difteria, Sarampo e Gripe são as que revestem maior importância para os profissionais de saúde, pelo nível elevado de proteção, individual e de grupo, que asseguram.

Vacinação contra o sarampo

A vacinação dos profissionais de saúde pelo risco potencial de contacto com casos importados, está incluída nas principais estratégias para consolidar a eliminação do sarampo.

Todos os profissionais de saúde sem história credível de sarampo devem estar vacinados com duas doses (VAS/VASPR).

Em 2018, a pedido da Direção Regional da Saúde, em resposta ao surto de sarampo em Portugal, o Gabinete de Saúde Ocupacional, em conjunto com o Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA), efetuou uma campanha de verificação da vacinação dos colaboradores contra o sarampo. Esta campanha foi transversal a todos os Serviços e trabalhadores do HSEIT.

Os colaboradores que não apresentaram registos de vacinação ou que não tinham história credível de sarampo, foram encaminhados para a Unidade de Saúde da Ilha Terceira por forma a completarem o esquema vacinal.

Vacinação contra a gripe sazonal

A Direção-Geral da Saúde e a Direção Regional da Saúde recomendam a vacinação dos profissionais de saúde relativamente à vacina da gripe (Orientação n.º 018/2018, de 03-10-2018, da DGS, e Circular Normativa n.º 20/2018, de 11-10-2018, da DRS).

A gripe é uma causa frequente de morbilidade e de absentismo de curta duração entre os profissionais de saúde. Os profissionais infetados podem ainda transmitir o vírus aos utentes, o que poderá contribuir para o agravamento clínico dos mesmos e aumentar o tempo de internamento.

Em 2018 foram administradas 246 vacinas contra a gripe sazonal.

Grupo Profissional	Nº Profissionais
Médico	24
Enfermeiro	71
Assistente técnico	42
Assistente Operacional	67
Outros	42
Total	246

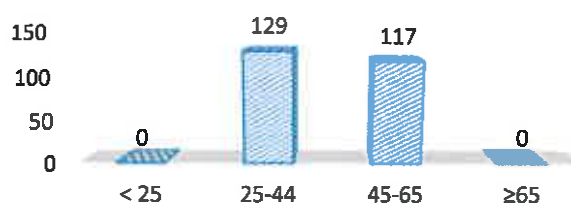


Gráfico 11 – N° de vacinas da gripe por faixa etária

Tabela 25 – N° de vacinas da gripe por grupo profissional

Tendo em conta o total de colaboradores que prestam atividade nas instalações do HSEIT, constatamos que 21,67% aderiram à campanha de vacinação contra a gripe sazonal, mantendo-se a tendência de estabilidade de adesão verificada nos anos anteriores.

Vacinação contra o Tétano e Difteria (TD)

O risco dos profissionais de saúde de contraírem tétano é idêntico ao da população geral. No entanto, existem no HSEIT grupos profissionais que, pela atividade que desempenham, estão sujeitos a um risco acrescido, nomeadamente os profissionais das oficinas/manutenção, da costura e os profissionais que manuseiam resíduos hospitalares.

Para além destes, num programa organizado de prevenção dos riscos evitáveis pela vacinação, todas as oportunidades de inoculação devem ser aproveitadas para que os trabalhadores possam completar o esquema vacinal contra o tétano.

No final de 2018, no âmbito das consultas de enfermagem do trabalho, foram administradas 9 vacinas contra o Tétano e Difteria (TD).

Vacinação contra a Hepatite B (VHB)

Todos os profissionais cuja atividade possa implicar contacto com sangue ou outros fluídos biológicos devem estar vacinados contra a hepatite B. Após picada com agulha contaminada com

sangue AgHbs +, o risco de desenvolver hepatite clínica pode atingir cerca de 30% dos casos (especialmente se sangue AgHbe +).

A Circular Normativa n.º 15/DT, de 15/10/2001, Direção Geral da Saúde, identifica os grupos de risco para os quais a vacinação contra a hepatite B é gratuita, quando administrada nos serviços de saúde da rede do Ministério da Saúde, ou noutros serviços com os quais sejam celebrados protocolos, autorizando a vacinação gratuita do pessoal que trabalha nestes serviços, com exceção dos que têm tarefas exclusivamente administrativas.

Em 2018 foram administradas 79 vacinas contra a Hepatite B, aos seguintes grupos profissionais:

Grupo Profissional	Nº Profissionais
Médico	3
Enfermeiro	7
Assistente Operacional	66
Outros	3
Total	79

Tabela 26 – Nº de vacinas hepatite B por grupo profissional

- **Acompanhamento da Exposição a radiações Ionizantes (R.I)**

No decorrer de 2018 manteve-se uma monitorização dos profissionais expostos a radiação, com leitura dos dosímetros, consulta anual e protocolo de meios complementares de diagnóstico adequados a este risco laboral específico.

- **Doenças Profissionais**

Em 2018 foram sinalizados 7 trabalhadores com patologias classificadas na Tabela Nacional de Doenças Profissionais.

11.3.2 – Segurança no trabalho

- **Visitas aos Locais de Trabalho**

De forma a monitorizar e avaliar as condições de segurança existentes nos locais de trabalho, foram realizadas pelo Gabinete de Saúde Ocupacional algumas visitas aos Serviços do HSEIT.

As visitas aos locais de trabalho assumem-se como um meio privilegiado para a identificação de fatores de risco e avaliação das condições de trabalho, culminando na elaboração de relatórios de

identificação de perigos, avaliação e controlo dos riscos, os quais, por conterem recomendações que devem ser cumpridas no âmbito das atividades desenvolvidas, depois de aprovados, passam a constituir os planos de prevenção de riscos profissionais dos Serviços.

Em 2018 foram visitados os seguintes Serviços:

Serviço	Número de visitas	Elementos Presentes
Aprovisionamento	1	Segurança
Armazém	2	Segurança
Central de Esterilização	3	Segurança
Consulta Externa - Exames Especiais	7	Segurança
Consulta Externa de Obstetrícia/Ginecologia	2	Segurança
Consulta Externa de Pediatria	1	Saúde/Segurança
Costura	2	Saúde/Segurança
Gabinete de Saúde Ocupacional	1	Saúde/Segurança
Hospital de Dia de Oncologia	1	Saúde/Segurança
Lavandaria	1	Segurança
Reprografia	2	Segurança
SEEBMO	1	Saúde/Segurança
Serviço de Instalações e Equipamentos	1	Segurança
Serviços Farmacêuticos	2	Segurança
Urgência Geral	2	Segurança
UT - Obstetrícia/Ginecologia	2	Segurança
UT - Pediatria	1	Saúde/Segurança
Total	32	

Tabela 27 – Serviços visitados

- Acidentes de trabalho**

Os acidentes de trabalho são o resultado de uma combinação de fatores, entre os quais se destacam as falhas humanas.

Em 2018 foram participados 46 acidentes de trabalho, dos quais 17 originaram 1.163 dias de ausência.

Acidentes de Trabalho	Género	2017		Total	2018		Total
		No local de trabalho	In itinere		No local de trabalho	In itinere	
N.º total de acidentes de trabalho	M	8		36	12		46
	F	26	2		32	2	
N.º de acidentes de trabalho (AT) com dias de baixa médica	M	1		11	5		17
	F	8	2		10	2	
N.º de dias de ausência	M	156		999	104		1163
	F	835	8		1059		

Tabela 28 – N.º de acidentes de trabalho participados

- Causas dos acidentes de trabalho**

No ambiente hospitalar os acidentes de trabalho estão relacionados com vários fatores de risco, nomeadamente o desempenho dos colaboradores e as condições de trabalho.

Na tabela seguinte são referenciadas as causas e os eventos que originaram os acidentes:

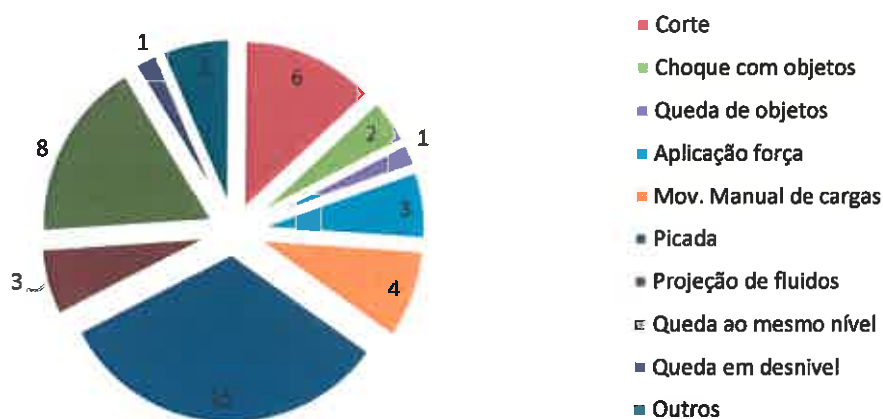


Gráfico 12 – Acidentes – causa material/origem/evento

- Tipos de lesões e/ou consequências dos acidentes de TRABALHO**

No gráfico seguinte estão identificadas as lesões e/ou consequências decorrentes dos acidentes de trabalho registados:

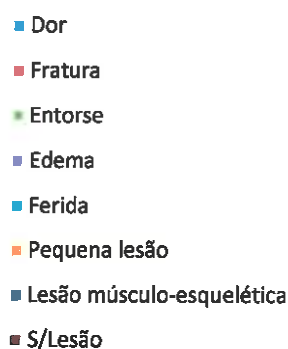


Gráfico 13 – Tipos de lesões e/ou consequências dos acidentes de trabalho

- **Acidentes de trabalho por grupo profissional**

Relativamente à incidência dos acidentes de trabalho de acordo com os grupos profissionais, verificou-se que foram os enfermeiros e os assistentes operacionais que tiveram mais ocorrências. Esta situação verifica-se uma vez que são os profissionais que mais manuseiam os materiais corto perfurantes.

Grupo Profissional	Nº de Acidentes
Médicos	2
Enfermeiros	22
Técnico Superior	1
Assistentes Técnicos	1
Assistentes Operacionais	20
Total	46

Tabela 2 – Acidentes por grupo profissional

XII. Serviços Farmacêuticos

A equipa dos Serviços Farmacêuticos (SF) é composta pelos seguintes elementos:



O horário de funcionamento dos SF é de 2ª feira a 6ª feira das 8h às 17h. Nos restantes períodos existe uma farmacêutica de prevenção.

No ano de 2018 foram registadas um total de 803 chamadas (nº de deslocações aos SF) que se refeletiram em 2.829 serviços (nº de atendimentos); assim sendo a média diária de chamadas foi de 2,20 por dia para uma média de 7,75 serviços por dia.

É da responsabilidade dos SF a gestão (selecção, aquisição, armazenamento e distribuição) do medicamento.

A selecção e aquisição é efetuada em articulação com o serviço de Aprovisionamento.

Após receção, conferência e introdução no sistema informático, os medicamentos são armazenados, por ordem alfabética e em local previamente definido.

Os SF subdividem-se em 3 armazéns: A1 – Produtos Farmacêuticos; AFo1 – Ambulatório; AFo2 – Vendas.

A distribuição de medicamentos é efetuada essencialmente pela distribuição tradicional, distribuição em unidose, distribuição em ambulatório e reposição por níveis. É da responsabilidade da farmácia garantir o cumprimento da prescrição, diminuir os erros relacionados com a medicação e monitorizar a terapêutica.

Nos SF são efetuadas preparações estéreis (citotóxicos) e não estéreis.

O controlo das existências dos medicamentos disponíveis nos SF é efetuada duas vezes por ano e, mensalmente são sujeitos a contagens extraordinárias os medicamentos de classe A, os hemoderivados e os estupefacientes.

Em 2018 vários funcionários participaram em acções de formação, uma vez que, a atualização dos conhecimentos é uma necessidade permanente para o desempenho das atividades desenvolvidas

nos SF. Atualmente, com a crescente complexidade das terapêuticas, número de novos medicamentos e novos conhecimentos sobre as patologias, é fundamental a formação de modo a permitir uma constante atualização dos profissionais de saúde

12.1 Registo da Atividade dos Serviços Farmacêuticos

Tipo movimento	Descrição	N.º Movimentos		Variação
		2017	2018	
RM	Recepção Mercadorias	8.919	9.617	7,83%
OF	Registo de Oferta	24	40	66,67%
AE	Acerto de Regularização de Existências (Entradas)	419	515	22,91%
AS	Acerto de Regularização de Existências (Saídas)	446	545	21,52%
EO	Empréstimo Obtido	694	710	2,31%
DEO	Devolução de Empréstimo Obtido	693	716	3,32%
EC	Empréstimo Concedido	27	33	22,22%
DEC	Devolução de Empréstimo Concedido	29	32	10,34%
EAG	Entrada Genérica para correção de lotes	65	25	- 61,54%
SAG	Saída Genérica para correção de lotes	66	29	- 56,06%
DF	Devolução ao Fornecedor	73	82	12,33%
VDE	Vendas ao Exterior	24	13	- 45,83%
SA	Saída para Abate	195	440	126 %
	Reembalagem	377	1.052	179 %
	Nº Requisições Tradicional (CM + SP)	84.592	59.324	- 29,87 %
	Transferências Armazém (TR + TM)	14.368	13.879	- 3,4 %
S.U.	Saídas Unidose	218.663	245.014	12,05 %
D.S.U.	Nº Devoluções	67.992	72.364	6,43 %

Tabela 6- Indicadores na área de Gestão de Stocks (2018)

12.1.1 Armazém 1

- **Distribuição tradicional**

Foram efetuadas 44.657 satisfações de pedidos (SP) e 14.667 registos de consumos (CM).

- **Distribuição individual em dose unitária (DIDU)**

Foram registadas 245.014 saídas de unidose e 72.364 devoluções.

- **Dispensa gratuita de medicamentos**

Em 2018 foram efetuados 3.971 cedências a 840 doentes no valor de 1.982.119,85€.

- **Preparação de estéreis - citostáticos**

Foram preparados 3.514 fármacos, mais 5,4% que no ano anterior, a sua maioria para os doentes do Hospital de dia de Oncologia.

- **Preparações não estéreis**

Foram preparados 1.932 unidades de produtos não estéreis, na sua maioria papéis medicamentosos para pediatria, num total de 199 lotes.

12.1.2 Armazém AF01

- **Dispensa gratuita de medicamentos**

Em 2018 foram efetuados 9.816 atendimentos a 1.808 doentes no valor de 3.976.298,70€.

12.1.3 Armazém AF02

- **Venda de medicamentos em unidose**

A venda de medicamentos em unidose é um departamento dos Serviços Farmacêuticos do HSEIT, em funcionamento desde Fevereiro de 2012, criado na sequência do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2011/A de 3 de março.

Tipo de Movimentos	N.º de Atendimentos		Variação 17/18
	2017	2018	
Número de Vendas	3.093	860	-72,20 %
Valor Faturado Vendas	6.881,84 €	3.664,42 €	-76,75 %
Valor dos consumos das vendas	10.237,70 €	5.108,01€	-50,11 %

Tabela 2 - N.º de vendas/ valor efetuadas no âmbito da Venda em Unidose 2017 e 2018.

No ano de 2018, verificou-se uma diminuição muito significativa no número de vendas (-72,20%) e por conseguinte no valor faturado no armazém AF02, (-76,75%).

Importa referir que para um valor de vendas de 3.664,42€ foram consumidos 5.108,01€.

12.2 Análise ABC de Consumos

Em 2018 foram consumidos 1.205 medicamentos no valor de 10.121.732,02€.

Através da análise ABC deve-se salientar que 28 medicamentos representam 50,15% do consumo, e 137 medicamentos correspondem a 85,03%. Os restantes 1.068 representam apenas a 14,97% de encargos com medicamentos.

Nº Medicamentos	10	28	137	1205
% Valor	29,48 %	50,15%	85,03%	100%
Valor Acumulado	2.983.84,34 €	5.076.252,29€	8.606.506,17€	10.121.732,02€

Na tabela abaixo identificamos os 10 medicamentos com maior impacto financeiro (que correspondem a 29,48% do gasto total).

	Descrição	Preço Médio	Quantidade	Valor	% Valor	% Valor Acumulado
1	ADALimumab 40 mg/0.4 ml Sol inj Caneta 0.4 ml SC	386,75 €	1 487	575 095,18 €	5,68%	5,68%
2	USTECinumab 45 mg/0.5 ml Sol inj Ser 0.5 ml SC	2 581,82 €	140	361 454,89 €	3,57%	9,25%
3	ETANERcept 50 mg/1 ml Sol inj Caneta 1 ml SC	205,30 €	1 710	351 056,15 €	3,47%	12,72%
4	Imunoglobulina humana normal 100 mg/ml Sol inj Fr 200 ml IV	825,95 €	347	286 605,35 €	2,83%	15,55%
5	aflibercept 40 mg/ml Sol inj Fr 100 µl Intravítreo	621,00 €	458	284 420,28 €	2,81%	18,36%
6	MORoctocog alfa 2000 U.I./4 ml Pó sol inj Ser 4 ml IV	1 204,27 €	208	250 487,77 €	2,47%	20,84%
7	nivolumab 10 mg/ml Sol inj Fr 10 ml IV	1 222,89 €	203	248 246,97 €	2,45%	23,29%
8	ECULizumab 300 mg Sol inj Fr 30 ml IV	4 179,07 €	57	238 207,01 €	2,35%	25,64%
9	INFLiximab 100 mg Pó conc sol inj Fr IV (Remicade)	371,00 €	556	206 276,00 €	2,04%	27,68%
10	GOLImumab 50 mg/0.5 ml Sol inj Caneta 0.5 ml SC	967,55 €	188	181 898,74 €	1,80%	29,48%

Tabela 3 – top 10 análise ABC

Dos 10 medicamentos com maior impacto financeiro, as posições 1, 2,3,9 e 10 são relativas a fármacos biológicos utilizados no tratamento da Psoríase, Artrite Reumatoide e doença inflamatória do intestino.

Na posição 4 um medicamento hemoderivado com utilização em várias patologias, maioritariamente neurológicas.

Na posição 5 encontra-se o Aflibercept, anti-VEGF um fármaco com consumo crescente, utilizado pela oftalmologia na degenerescência macular diabética.

Na posição 6 encontra-se um fator de coagulação recombinante, para tratamento da hemofilia.

Na posição 7, um anticorpo monoclonal utilizado no tratamento do cancro.

Em 8º lugar um anticorpo monoclonal utilizado em 2 doentes, um com hemoglobínúria paroxística noturna e outro com síndrome hemolítico urémico. O primeiro suspendeu o tratamento, o que originou uma redução significativa do consumo, no final do ano.

Relativamente a 2017, saíram desta lista os fármacos para tratamento da Hepatite C (devido à redução significativa do preço e redução do número de doentes tratados) e o imatinib, um medicamento oncológico que também sofreu redução de preço de aproximadamente 90%.

12.2.1 Análise de consumos por serviço

Os consumos são registados por serviços, a tabela abaixo faz referência aos de maior consumo.

Os serviços de Oncologia, Dermatologia, Gastroenterologia, Diálise, Hospital de dia Médico-Cirúrgico, Infecçiology e Autoimunes são as valências com maior impacto financeiro, devido ao custo das terapêuticas. Nestes valores estão incluídas as patologias legisladas, com cedência gratuita em ambulatório (Doentes com hepatite C, doentes oncológicos, Insuficientes Renais Crónicos, Transplantados renais, Doentes VIH, Artrite reumatoide, espondilite anquilosante, Psoríase e Artrite Psoriática).

O serviço de Oftalmologia apresenta um valor de consumos que reflete sobretudo o consumo das injeções intravítreas de Aflibercept, que pretendemos reduzir em 2019 com o fracionamento nos SF.

No que respeita ao Hospital de dia Médico-Cirúrgico estão aqui incluídos fármacos utilizados por diferentes especialidades, como Neurologia, Gastroenterologia e em 2018 a Reumatologia que passou a estar incluída neste serviço.

SERVIÇOS	2017	2018	Variação 2017/2018	% VALOR 2018	% VALOR ACUMULADO 2018
1 ONCOLOGIA	1 904 934,82 €	2 485 313,00 €	30,47%	24,55%	24,55%
2 DERMATOLOGIA	700 285,63 €	780 985,01 €	11,52%	7,72%	32,27%
3 GASTROENTEROLOGIA	1 103 328,94 €	746 757,32 €	-32,32%	7,38%	39,65%
4 DIÁLISE	738 946,29 €	728 719,86 €	-1,38%	7,20%	46,85%
5 HOSPITAL DE DIA	465 428,34 €	653 288,01 €	40,36%	6,45%	53,30%
6 INFECCIOLOGIA	742 717,62 €	634 634,94 €	-14,55%	6,27%	59,57%
7 AUTO - IMUNES	682 204,05 €	617 436,52 €	-9,49%	6,10%	65,67%
8 NEUROLOGIA	322 653,47 €	469 298,50 €	45,45%	4,64%	70,31%
9 OFTALMOLOGIA	390 200,99 €	378 714,94 €	-2,94%	3,74%	74,05%
10 IMUNOHEMOTERAPIA	399 103,70 €	324 939,94 €	-18,58%	3,21%	77,26%
11 PEDIATRIA	382 303,01 €	296 413,53 €	-22,47%	2,93%	80,19%
12 UROLOGIA	207 736,38 €	249 446,86 €	20,08%	2,46%	82,65%
13 BLOCO OPERATÓRIO + ANESTESIOLOGIA	191 438,62 €	231 518,25 €	20,94%	2,29%	84,94%
14 U.C.I	224 136,24 €	186 880,79 €	-16,62%	1,85%	86,79%
15 UTC2	113 899,52 €	146 982,03 €	29,05%	1,45%	88,24%
OUTROS		1.190.402,52€			
TOTAL		10 121 732,02 €			

Tabela 4 – Consumo por serviços

12.3 Aquisições

O valor das aquisições em 2018 foi de 10.162.467,03 €, porém foram rececionados créditos no valor de 416.309,09€, que não se reflete no preço médio.

De 2017 para 2018 verificou-se um aumento de 5,97% no valor de compras.

Foram emitidos 592 pedidos de compra, com vários medicamentos por pedido, que corresponderam a 2.580 notas de encomenda.

	2017	2018	Variação 17/18
Compras	9.590.165,65€	10.162,467,03€	5,97 %

XIII. Departamento de Logística

O ano de 2018 representou para o Departamento de Logística um ano de consolidação da estratégia do HSEIT, EPER de gestão integrada dos recursos disponíveis, assente em princípios de eficiência, eficácia e nas boas práticas de gestão.

Evidência dos esforços de racionalização de recursos e de ganhos de eficácia e eficiência, revela-se no enfoque dado ao acompanhamento e monitorização da execução dos contratos, designadamente dos contratos plurianuais celebrados em 2017, que passamos salientar:

- No âmbito do **Contrato de Seguros** (que abrange os trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho e Dadores de Sangue), a faturação manteve-se dentro do expectável, com a novidade de o HSEIT ter recebido em 2018, o estorno dos prémios pagos pela baixa sinistralidade verificada, em cumprimento da cláusula de participação de resultados, resultante da gestão e acompanhamento desta área em estreita colaboração com o Gabinete de Saúde Ocupacional.
- Na **manutenção preventiva** e corretiva das viaturas que constituem o parque do HSEIT, é de verificar uma acentuada diminuição, em cerca de 45%, com os custos com a mão-de-obra, em sequência da contratação em *outsourcing* deste tipo de prestação de serviços.
- Em novembro de 2018 entrou em vigor **novo contrato de prestação de serviços de transporte aéreo e marítimo (serviço de transitários)**, estando prevista uma redução de custos com este serviço face aos valores pagos com o anterior contrato.
- Na área da **Confeção e Distribuição de Refeições**, o ano 2018 foi um ano de manutenção das práticas de controlo que foram implementadas em 2017, traduzindo-se em resultados mensais e anuais semelhantes ao ano transato, embora tenha-se registado um aumento do preço unitário das refeições em virtude da entrada em vigor da revisão de preços constantes do último Acordo Quadro.
- A 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor **novo contrato de prestação de serviços de vigilância**, com o aumento do número de vigilantes, passando o HSEIT a dispor de 2 elementos 24 horas por dia, um posto fixo para a central de segurança e outro posto móvel, que se traduziu numa significativa melhoria da segurança para os utentes, colaboradores e

instalações. O auxílio no controlo de visitas e as rondas noturnas às áreas consideradas críticas do hospital tem sido claramente uma mais valia para a instituição.

- Em sede da **prestação de serviços de limpeza e desinfestação**, manteve-se estável o número de horas contratadas, resultando o aumento dos encargos financeiros verificados com esta prestação de serviços da atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços prevista no diploma de execução do Orçamento do Estado para 2017, de modo a fazer face ao aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).
- Na área da **gestão integrada dos resíduos hospitalares**, manteve-se o enfoque na sustentabilidade ambiental. Embora tenha-se verificado um aumento na produção de resíduos, este aumento não se traduziu num aumento de encargos financeiros em relação ao ano 2017. Tal facto deveu-se à criação em abril de 2017 da equipa interna de recolha de resíduos, ficando este serviço assegurando integralmente no decorrer do ano 2018 por esta equipa, revelando-se uma aposta ganha, não só em termos de redução de encargos financeiros, mas também na prestação de um serviço de proximidade e de qualidade.

No desempenho da atividade do departamento, é ainda de referir que foram implementados novos procedimentos no Setor de Distribuição, designadamente na área de receção e entrega de bens, com adoção do procedimento de dupla conferência, que permitiu uma diminuição na ocorrência de erros na gestão de stocks.

No final do ano 2018, a Reprografia instalou-se no espaço físico do Armazém, permitindo desta forma uma melhor gestão de circuitos e a centralização dos serviços.

Na área laboratorial destaca-se a consolidação do programa de gestão de stocks –Clinistocks, instalado no Laboratório de Patologia Clínica no final de 2017. As suas potencialidades e vantagens foram validadas por todas as técnicas de Diagnóstico e Terapêutica do serviço, no seu trabalho de rotina no laboratório.

Verificou-se que a implementação deste novo sistema informático de gestão de stocks contribui para uma racionalização de existências, tal como foi comprovado na última auditoria realizada, sendo o nível de existências de 16% do valor anual, representando um stock espetável de 2 meses, o recomendável para o armazenamento de reagentes.

O Departamento de Logística colaborou na área assistencial, através da contratação de serviços médicos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, para reforço das equipas dos Serviços de

Obstetrícia/Ginecologia e Pediatria, que corriam o risco de não conseguirem assegurar todas as escalas destas especialidades durante o ano 2018.

Foram igualmente reforçadas as especialidades de Endocrinologia, Imunoalergologia, Oncologia, Urologia e Imunohemoterapia, pelo recurso à celebração de contratos médicos em regime de prestação de serviços.

Estas contratações embora representem um encargo financeiro considerável, são decisivas para garantir uma melhor prestação de cuidados aos utentes do HSEIT.

Por último, com a aposta do HSEIT no Projecto da Acreditação pela Join Comission International, o Departamento de Logística tem vindo a desenvolver e a implementar procedimentos internos para uniformização das formas de trabalhar em diversas áreas, com evidentes ganhos em termos de produtividade e qualidade do serviço prestado.

Indicadores de logística do HSEIT, EPER, tendo por base a atividade desenvolvida em 2018:

Alimentação	Limpeza e Desinfestação	Roupa Hospitalar Tratada	Gestão de Resíduos Hospitalares	Segurança
Encargo médio mensal 44 159,48 €	Encargo médio mensal 42.964,92 €	Encargo médio mensal 2.218,38€	Encargo médio mensal 23.742,13 €	Encargo média mensal 12 000 €
Encargo anual 529.913,72 €	Encargo anual 515.579,04 €	Encargo anual 26.620,60€	Encargo anual 284.905,5 €	Encargo anual 144 000 €
315.141 Refeições/ano	83.759,64 Horas/ano	282.120 Kg/ano	400.521,02 Kg/ano	17520 Horas/ano
26 262 Refeições/mês	6.979,97 Horas/mês	23.510,03 Kg/mês	33.376,75 Kg/mês	1460 Horas/mês
847 Refeições/dia	547,20 Horas/dia	870,74 Kg/dia	1 076,67 Kg/dia	48 Horas/dia
1494 Refeições/cama.ano	396,97 Horas/cama/ano	1.337,06 kg/cama.ano	1.898,2 kg/cama.ano	
4,1 Refeições/cama.dia	1,09 Horas/cama/dia	4,13 kg/cama.dia	5,2 kg/cama.dia	

XIV. Análise Económica e Financeira

14.1 Análise Económica

O HSEIT, EPER encerrou o exercício económico de 2018 com um resultado líquido negativo de -5.930.666,31 euros (em 2017: -3.050.731,77 euros).

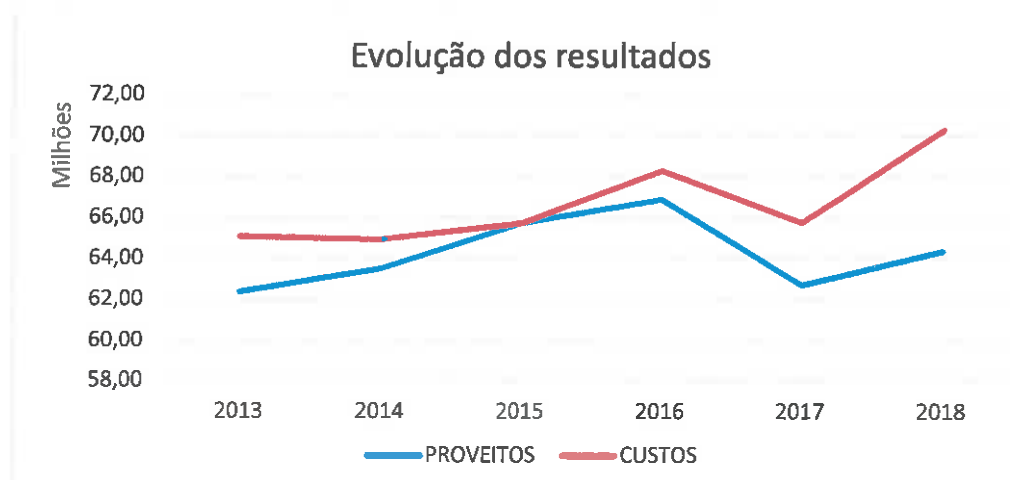
Registou-se neste exercício um aumento de proveitos de cerca de 1,6 milhões de euros (+3%) acompanhados de um aumento de custos de 4,5 milhões de euros (+7%), quando comparado com o exercício de 2017.

Demonstração de Resultados (Sintética)	2018	2017	Variação	%
Proveitos	64.371.109,86	62.709.842,30	1.661.267,56	3%
Custos	-69.104.659,64	-64.507.281,57	-4.597.378,07	7%
Resultados antes de depreciações e gastos financiamento	-4.733.549,78	-1.797.439,27	-2.936.110,51	163%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-953.805,28	-1.155.928,53	202.123,25	-17%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-5.687.355,06	-2.953.367,80	-2.733.987,26	93%
Juros e rendimentos similares obtidos	292,97	1,31	291,66	22264%
Juros e gastos similares suportados	-242.750,11	-96.429,60	-146.320,51	152%
Resultado antes de impostos	-5.929.812,20	-3.049.796,09	-2.880.016,11	94%
Imposto s/ rendimento	- 854,11	- 935,68	81,57	-9%
Resultado líquido do período	-5.930.666,31	-3.050.731,77	-2.879.934,54	94%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Em 2018, como se poderá verificar pelo gráfico abaixo apresentado, os proveitos não acompanharam o aumento dos custos.



PROVEITOS

Em 2018 os proveitos registaram um aumento de 3%. Além do aumento no contrato programa verificaram-se igualmente variações ao nível da faturação de cuidados de saúde e nos outros rendimentos e ganhos.

Estrutura dos proveitos	2018	%	2017	%	Varição	%
Impostos e taxas	377.037,19	1%	348.705,04	1%	28.332,15	8%
Vendas	3.501,22	0%	6.582,05	0%	-3.080,83	-47%
Prestação serviços	3.513.599,38	5%	3.245.808,98	5%	267.790,40	8%
Subsídios à exploração - Contrato Programa	56.301.844,00	87%	55.301.000,00	88%	1.000.844,00	2%
Subsídios à exploração - Outros	1.797.772,82	3%	1.783.736,01	3%	14.036,81	1%
Reversões de imparidades	43.987,22	0%	20.236,84	0%	23.750,38	117%
Outros rendimentos e ganhos	2.333.368,03	4%	2.003.773,38	3%	329.594,65	16%
Juros e rendimentos similares obtidos	292,97	0%	1,31	0%	291,66	22264%
Total proveitos	64.371.402,83	100%	62.709.843,61	100%	1.661.559,22	3%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

O Contrato Programa representa 87% do total dos proveitos operacionais do HSEIT, EPER. Convém salientar que atualmente os cuidados de saúde apenas são faturados às seguradoras e aos subsistemas públicos que não a ADSE-RAA.

No que respeita aos subsídios à exploração, que não o Contrato Programa, identificam-se financiamentos inscritos no Plano de Investimentos da Região, dos quais se destaca o apoio à deslocação de doentes e acompanhantes dos Açores, inter-ilhas e para o exterior da Região (990.000,00 euros) e o subsídio social de mobilidade (704.323,88 euros).

À semelhança de anos anteriores efetuou-se no final de 2018 um esforço adicional de cobrança a clientes que, aliado com o fato de se ter implementado um serviço de pré-contencioso, permitiu reverter o valor das imparidades para clientes.

No respeitante aos outros proveitos e ganhos importa ainda referir o aumento nos descontos de rappel e na faturação de reembolsos de medicamentos por parte dos subsistemas.

CUSTOS

Os custos totais incorridos pelo HSEIT em 2018 ascenderam a 70,3 milhões de euros, o que representa um aumento, face a 2017, de 7%.

Estrutura dos custos	2018	%	2017	%	Varição	%
Consumos	16.254.188,95	23%	14.906.993,12	23%	1.347.195,83	9%
Serviços	16.238.299,91	23%	15.402.046,98	23%	836.252,93	5%
Pessoal	35.803.136,12	51%	33.655.180,01	51%	2.147.956,11	6%
Imparidades e provisões	8.834,00	0%	8.834,00	0%	0,00	0%
Outros gastos e perdas	800.200,66	1%	534.227,46	1%	265.973,20	50%
Amortizações	953.805,28	1%	1.155.928,53	2%	-202.123,25	-17%
Juros e gastos similares suportados	242.750,11	0%	96.429,60	0%	146.320,51	152%
Total custos operacionais	70.301.215,03	100%	65.759.639,70	100%	4.541.575,33	7%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Ao nível dos consumos verifica-se um aumento na generalidade das rubricas com exceção do consumo hoteleiro, administrativo e combustíveis.

Consumos	2018	%	2017	%	Varição	%
Medicamentos	10.006.028,81	108%	9.249.155,76	104%	756.873,05	8%
Reagentes	1.776.681,33	19%	1.509.510,62	17%	267.170,71	18%
Outros produtos farmacêuticos	285.797,44	3%	267.461,26	3%	18.336,18	7%
Consumo Clínico	3.123.124,40	34%	2.812.532,40	32%	310.592,00	11%
Consumo Hoteleiro	348.610,45	4%	361.722,54	4%	-13.112,09	-4%
Consumo Administrativo	88.665,07	1%	94.648,33	1%	-5.983,26	-6%
Combustíveis	513.885,83	6%	523.824,77	6%	-9.938,94	-2%
Peças	111.395,62	1%	88.137,44	1%	23.258,18	26%
Total subcontratos	16.254.188,95	175%	14.906.993,12	168%	1.347.195,83	9%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Relativamente ao aumento dos consumos de medicamentos o mesmo verifica-se nos serviços de Oncologia, Dermatologia, Gastroenterologia, Diálise, Hospital de dia Médico-Cirúrgico, Infeciologia e Autoimunes, que são as valências com maior impacto financeiro, devido ao custo das terapêuticas. Nestes valores estão incluídas as patologias legisladas, com cedência gratuita em ambulatório (doentes com hepatite C, doentes oncológicos, insuficientes renais crónicos, transplantados renais, doentes VIH, artrite reumatoide, espondilite anquilosante, psoríase e artrite psoriática).

No respeitante aos reagentes a maior variação ocorreu no Serviço de Imunohemoterapia devido ao facto de no ano de 2018 ter sido efetuado um contrato de prestação de serviços com uma médica especialista, o que levou a um aumento no número de consultas e doentes, bem como de dádivas de sangue, com impacto direto no número de análises efetuadas.

Por outro lado também se verificou um aumento num reagente que apenas é pedido de 4 em 4 anos pela UT1 (Serviço de Nefrologia). Este reagente é utilizado para fixar certas amostras de biópsias renais que têm de ser enviadas para análise externa.

Outra variação significativa decorreu da aquisição de um novo equipamento de diagnóstico para o Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia e Molecular. Este novo sistema tem como vantagens a automatização de pesquisas/análises reduzindo o risco de contaminação em todas as vertentes (cruzada, troca de amostras e o técnico a manusear), a rapidez de resposta nas análises (HCV, HPV, HIV) e redução de análises efetuadas noutros sistemas.

A rubrica de Consumo Clínico registou em 2018 um aumento de 34%, em linha com o comportamento do exercício anterior. Esta evolução está diretamente relacionada com linhas de atividade clínica também incrementadas no HSEIT, designadamente e em particular ao aumento do número de cirurgias da catarata e ao aumento do número de cirurgias por via laparoscópica, designadamente nas especialidades de ginecologia e urologia e ainda cirurgia geral.

Registou-se também um aumento na colocação de implantes cocleares e a introdução em 2018, da colocação de implantes osteointegrados, resultante da atividade assistencial desenvolvida pela Unidade de Funcional de Dispositivos Auditivos Implantáveis do HSEIT, EPER, que constitui unidade de referência para a colocação deste tipo de dispositivos na RAA.

É de referir ainda o aumento considerável na aquisição de material para tratamento endovascular de aneurismas aorto-abdominais na área da cirurgia vascular.

A aquisição de serviços em realidade hospitalar poderá ser analisada considerando duas vertentes: os subcontratos e concessões de serviços e os fornecimentos e serviços externos, sendo que na primeira, o aumento verificado é de 4% e na segunda de 7%.

Estrutura subcontratos	2018	%	2017	%	Varição	%
Assistência ambulatoria	2.017,30	0%	3.998,75	0%	-1.981,45	-50%
Meios complementares diagnóstico	592.403,37	6%	496.154,45	6%	96.248,92	19%
Meios complementares terapêutica	1.520.526,48	16%	1.069.099,93	12%	451.426,55	42%
Internamentos	4.155.091,48	45%	4.209.384,37	47%	-54.292,89	-1%
Deslocação Doentes	2.943.441,95	32%	3.017.512,18	34%	-74.070,23	-2%
Trabalhos executados exterior	74.755,19	1%	98.280,58	1%	-23.525,39	-24%
Total subcontratos	9.288.235,77	100%	8.894.430,26	100%	393.805,51	4%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Os aumentos verificados nos subcontratos resultam do seguinte:

- Meios complementares de diagnóstico – verificou-se um aumento nesta rubrica decorrente da necessidade do HSEIT, EPER ter de recorrer à aquisição de concentrado de eritrócitos e do aumento do número de doentes deslocados para a especialidade de medicina nuclear;
- Meios complementares de terapêutica – o acréscimo verifica-se maioritariamente na especialidade de radioterapia decorrente do aumento do número de doentes deslocados, e na hemodiálise que, além de ter evidenciado um maior número de doentes em tratamento, passou a ter um regime contratual diferente (pagamento por sessão) com inerente contabilização na rubrica de subcontratos, sendo que este aumento encontra-se parcialmente compensado por uma redução nos medicamentos e consumo clínico;
- Deslocação de doentes – A maior redução em termos percentuais (11,5%) verifica-se no transporte de doentes efetuado pelas Associações Humanitárias de Bombeiros, onde se conseguiram implementar medidas de racionalização dos transportes com poupanças nas taxas de saída e km percorridos, não obstante o aumento no número de doentes transportados. No que respeita aos transportes aéreos de doentes e respetivo subsídio diário de deslocação verifica-se uma redução destes no que concerne às deslocações para o continente compensada por um aumento nas deslocações para S. Miguel, atendendo a que os doentes oncológicos passaram a efetuar tratamentos de radioterapia na clínica Quadrantes Açores, ao abrigo da convenção para radioterapia.

Os fornecimentos e serviços externos em 2018 registaram um aumento de 435 mil euros e apresentavam a seguinte decomposição:

Estrutura fornecimentos e serviços externos	2018	%	2017	%	Variação	%
Serviços especializados	4.296.663,62	62%	3.958.214,13	61%	338.449,49	9%
Materiais de consumo	31.584,71	0%	41.393,44	1%	-9.808,73	-24%
Energia e fluidos	1.310.241,30	19%	1.253.930,93	19%	56.310,37	4%
Deslocações, estadas e transportes	117.641,82	2%	103.103,29	2%	14.538,53	14%
Serviços diversos	1.193.932,69	17%	1.157.558,12	18%	36.374,57	3%
Total subcontratos	6.950.064,14	100%	6.514.199,91	100%	435.864,23	7%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos os aumentos verificados resultam de:

- Serviços especializados – não obstante a redução verificada em conservação e reparação, de 9%, estes serviços apresentam um aumento, relativamente a 2017, de 330 mil euros (8,5%). Este agravamento é justificado pelo aumento do recurso a prestadores de serviços de saúde de forma a assegurar algumas especialidades para as quais o HSEIT, EPER não dispõe no seu quadro de profissionais, estando o grosso destes encargos relacionados com a necessidade de dotar de maior capacidade de resposta áreas como a Patologia Clínica e, sobretudo, as Urgências Geral, Obstétrica e Pediátrica. Acresce ainda o facto de em 2018, por exigência legal, a segurança ter passado a ser assegurada com recurso a dois seguranças em vez de 1;
- Energia e fluidos – O incremento de 4% é justificado pelo aumento dos gastos com energia;
- Deslocações, estadas e transportes – registou-se um aumento de 14% relacionado com o aumento das deslocações de pessoal;
- Serviços diversos – apesar de a rubrica de rendas e alugueres ter verificado uma diminuição de 32 mil euros, estes serviços sofreram um aumento de 3% decorrente dos gastos de comunicação e dos encargos com as deslocações dos prestadores de serviços externos.

Em 2018 os **gastos com pessoal** apresentavam a seguinte estrutura:

Gastos com pessoal	2018	%	2017	%	Varição	%
Orgãos sociais	317.344,65	1%	339.625,76	1%	-22.281,11	-7%
Remunerações do pessoal						
Remunerações certas e permanentes	20.185.859,81	56%	19.087.600,06	57%	1.098.259,75	6%
Horas Extraordinárias	3.388.027,58	9%	2.830.660,09	8%	557.367,49	20%
Noites e suplementos	804.587,98	2%	592.314,82	2%	212.273,16	36%
Prevenções	3.770.115,41	11%	3.669.401,56	11%	100.713,85	3%
Outras remunerações	92.355,14	0%	93.200,15	0%	-845,01	-1%
Benefícios pós emprego	534.341,12	1%	528.286,24	2%	6.054,88	1%
Encargos sobre remunerações	6.517.830,97	18%	6.186.655,14	18%	331.175,83	5%
Outros gastos com pessoal	192.673,46	1%	327.436,19	1%	-134.762,73	-41%
Total pessoal	35.803.136,12	100%	33.655.180,01	100%	2.147.956,11	6%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Os aumentos nos **gastos com pessoal** decorrem de:

- Remunerações certas e permanentes – novas contratações que se encontravam previstas na Proposta de Orçamento para 2018;

- 
- Horas extraordinárias: o maior peso decorre do facto de a partir janeiro de 2018 o pessoal médico do serviço de anestesiologia deixou de realizar prevenção no âmbito do Serviço de Obstetrícia e passou a realizar, em presença física, das 20:30 às 08:30, nos dias úteis, e ainda 24 horas ao fim de semana;
 - Prevenção: a partir de novembro de 2017 os técnicos do Serviço de Imagiologia deixaram de fazer prevenção das 20:00 às 08:00 nos dias úteis e 24 horas ao fim de semana para realizá-los em presença física;
 - Regime de Chamada: verificou-se um aumento no total de horas pagas.

Os gastos com pessoal são os que têm maior peso na estrutura de custos do HSEIT, EPER, pelo que qualquer alteração legal tem grandes impactos financeiros.

A rubrica de outros gastos e perdas contempla quebras de inventários de 100 mil euros. Estas quebras ocorreram maioritariamente no armazém avançado do bloco operatório, que se encontra em processo de análise e reestruturação, de forma a serem introduzidos novos procedimentos e melhorias.

No respeitante às amortizações verifica-se uma redução de 17% decorrente do fim dos períodos de vida útil de alguns equipamentos.

Por força do Contrato Programa de 2018 e à semelhança dos anos anteriores, o HSEIT, EPER não suportou encargos decorrentes do seu passivo bancário, tendo este sido assumido pela Saudaçor. Os encargos financeiros incorridos e não reconhecidos no exercício de 2018 foram 1.721.096,67 euros.

Em 2018 verificou-se um aumento dos juros de mora comerciais em 176% (155 mil euros) , relacionado com as dificuldades de pagamentos a fornecedores.

14.2 Análise Financeira

ATIVO

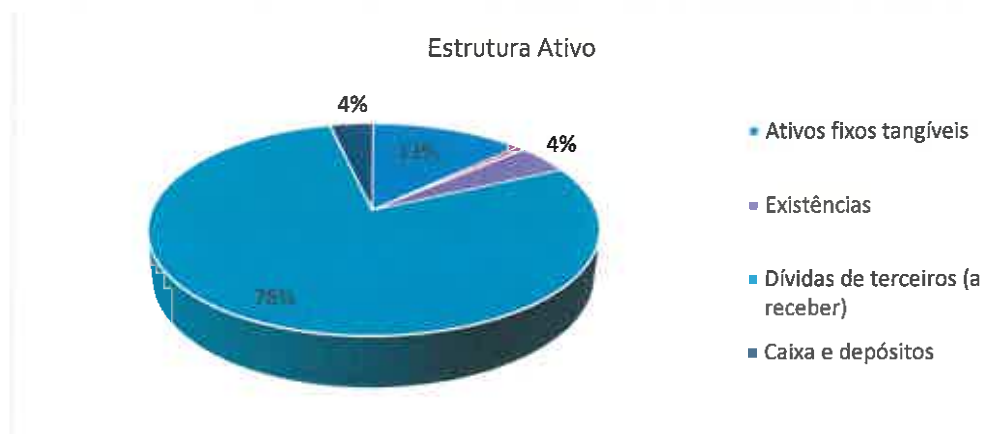
A 31 de dezembro de 2018, o comportamento do Ativo Líquido do Hospital (50.968.047,20 euros) evidencia um acréscimo face ao exercício anterior, para o qual contribuiu o aumento nos clientes.

Ativo	2018	%	2017	%	Diferença	%
Ativos fixos tangíveis	6.563.281,38	13%	7.149.258,97	15%	- 585.977,59	-8%
Ativos intangíveis	290.578,91	1%	104.079,72	0%	186.499,19	100%
Outros ativos financeiros	68.028,37	0%	42.817,73	0%	25.210,64	59%
Ativo não corrente	6.921.888,66	14%	7.296.156,42	15%	- 374.267,76	-5%
Existências	2.314.361,97	5%	2.244.409,53	5%	69.952,44	3%
Dívidas de terceiros (a receber)	39.877.490,05	78%	37.846.629,37	77%	2.030.860,68	5%
Diferimentos	27.904,48	0%	18.524,39	0%	9.380,09	51%
Caixa e depósitos	1.826.402,04	4%	1.884.529,66	4%	- 58.127,62	-3%
Ativo corrente	44.046.158,54	86%	41.994.092,95	85%	2.052.065,59	5%
TOTAL	50.968.047,20	100%	49.290.249,37	100%	1.677.797,83	3%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Relativamente às dívidas de terceiros, constata-se que é a componente do ativo líquido com maior peso, ou seja, representa 79% do ativo líquido total.



A rubrica de clientes apresenta um aumento de 16%, na esteira de desempenhos anteriores. Mantêm-se como principais clientes do Hospital, a ADSE Serviços Centrais e ADSE-CA (Autarquias), sendo ainda relevantes os subsistemas das forças militarizadas e das forças armadas

(por esta ordem). Não foram assinalados quaisquer pagamentos pela ADSE Serviços Centrais, ao HSEIT, EPER, neste exercício.

O valor de existências em armazém diminuiu 3% face a 2017, não obstante o aumento nos gases medicinais e no consumo clínico.

Existências	2018	%	2017	%	Diferença	%
Medicamentos	1.273.298,66	55%	1.305.965,04	58%	-32.666,38	-3%
Outros produtos farmacêuticos	67.018,87	3%	56.692,04	3%	10.326,83	100%
Consumo Clínico	759.352,19	33%	658.161,35	29%	101.190,84	15%
Consumo Hoteleiro	53.886,63	2%	44.565,09	2%	9.321,54	21%
Consumo Administrativo	24.552,46	1%	24.610,19	1%	- 57,73	0%
Combustíveis	17.324,28	1%	29.577,96	1%	- 12.253,68	-41%
Peças	118.928,88	5%	119.744,78	5%	- 815,90	-1%
TOTAL	2.314.361,97	100%	2.239.316,45	100%	75.045,52	3%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

O quantitativo bancário traduz a reserva necessária para a liquidação atempada das responsabilidades perante a ADSE, Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e a Administração Tributária, relativas aos vencimentos de dezembro e que ascendem a cerca de 1,5 milhão de euros. O remanescente assegura as responsabilidades imediatas e inadiáveis do Hospital no decurso do mês de janeiro de 2019, até ao recebimento do adiantamento duodecimal mensal.

Em 2018 o Hospital recebeu as seguintes verbas de investimento:

- Comparticipação Europeia Programa PO2020 – 225.173,02€;
- Comparticipação RAA Programa PO2020 – 44.364,03€;
- Central de Telemetria de Cardiologia – 59.000,00€.

O valor do investimento em 2018 foi de 323.453,21 euros, dos quais 3.882,99 euros são referentes a doações/ofertas:

Investimento de 2018	Aquisições	Doações
Equipamento básico	266.738,03	3.317,95
Informático e telecomunicações	1.447,84	541,96
Investigação e formação de medida de utilização técnica especial	2.545,52	-
Médico-cirúrgico	178.308,89	2.596,00
Imagiologia	999,46	-
Laboratório	7.563,85	-
Mobiliário hospitalar	11.504,99	-
Desinfecção e esterilização	4.514,68	-
Outro equipamento específico saúde	57.860,14	-
Material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	733,35	179,99
Material de apoio à produção	300,00	-
Outro equipamento básico	959,31	-
Equipamento administrativo	29.410,58	565,04
Informático e telecomunicações	9.318,68	-
Escritório e reprografia	1.780,48	-
Mobiliário de escritório e arquivo	18.311,42	565,04
Outros ativos fixos tangíveis	611,82	-
Ativos intangíveis	22.809,65	-
TOTAL	319.570,08	3.882,99

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

Do total das aquisições efetuadas importa referir o investimento efetuado na área otorrinolaringologia (potenciais evocados auditivos) e cardiologia (central de telemetria).

Encontra-se em fase de implementação o *software* "Processo Clínico Eletrónico", cuja aquisição e desenvolvimento se encontram financiadas pelo Programa PO2020. O valor do investimento em curso, a 31 de dezembro de 2018, era 230.873,81 euros.

Relativamente às instalações, o Balanço releva o terreno referente ao prédio do edifício novo do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira no valor de 4.745.000,00 euros.

As dívidas de terceiros decompõem-se da seguinte forma:

Dívidas de terceiros	2018	%	2017	%	Diferença	%
Devedores por transferências e subsídios	604.107,72	1%	904.800,14	2%	- 300.692,42	-33%
Clientes, contribuintes e utentes	27.742.041,04	54%	23.885.738,86	47%	3.856.302,18	16%
Estado e outros entes públicos	64.157,12	0%	5.442,10	0%	58.715,02	1079%
Outras contas a receber	11.467.184,17	22%	13.050.648,27	26%	- 1.583.464,10	-12%
Acréscimo de proveitos	850.119,83	2%	2.019.271,23	4%	- 1.169.151,40	-58%
Caixa Leasing e Factoring	9.786.564,59	19%	9.786.564,59	19%	-	0%
Outras contas a receber	830.499,75	2%	1.244.812,45	2%	- 414.312,70	-33%
TOTAL	51.344.674,22	100%	50.897.277,64	100%	447.396,58	1%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

O montante de 604.107,72 euros respeita aos montantes atribuídos no âmbito do Programa PO2020 e que ainda não foram recebidos.

Tal como já referido anteriormente nos últimos exercícios não tem sido possível efetivar a cobrança da faturação emitida aos subsistemas, pelo que o saldo de clientes continua a aumentar.

Os acréscimos de proveitos respeitam a faturação emitida em 2019, referente a atos médicos de 2018 e a descontos de *rappel*.

Em 2011 e 2013, os créditos cedidos pelo HSEIT, EPER à Caixa Leasing e Factoring, sob a forma de antecipação de cobrança de faturas sem risco e devidas pelos subsistemas de saúde, no total de 9.786.564,59 euros, foram liquidados mediante a obtenção de financiamento bancário. Estando já essa faturação cobrada em exercícios anteriores, uma vez que se tratava de *factoring* sem recurso, o montante antecipado e ainda não liquidado pelos devedores originais (subsistemas) foi reconhecido na rubrica de outras contas a receber.

PASSIVO

O Passivo, de 144,7 milhões de euros, regista um aumento de 7% face a 2017:

Passivo	2018	%	2017	%	Diferença	%
Financiamentos obtidos	20.892.205,06	14%	29.617.407,85	22%	- 8.725.202,79	-29%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	335.554,00	0%	326.720,00	0%	8.834,00	3%
Passivo não corrente	21.227.759,06	15%	29.944.127,85	22%	- 8.716.368,79	-29%
Fornecedores	34.612.723,75	24%	33.316.782,46	25%	1.295.941,29	4%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	168.591,90	0%	169.309,35	0%	- 717,45	0%
Estado e outros entes públicos	1.488.062,22	1%	1.110.388,68	1%	377.673,54	34%
Financiamentos obtidos	7.680.570,91	5%	9.726.494,95	7%	- 2.045.924,04	-21%
Fornecedores de investimentos	374.673,74	0%	612.473,07	0%	- 237.799,33	-39%
Outras contas a pagar	79.193.686,96	55%	60.663.885,19	45%	18.529.801,77	31%
Diferimentos	-	0%	194.092,67	0%	- 194.092,67	-100%
Passivo corrente	123.518.309,48	85%	105.793.426,37	78%	17.724.883,11	17%
TOTAL	144.746.068,54	100%	135.737.554,22	100%	9.008.514,32	7%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

O aumento do passivo justifica-se pelo aumento das rubricas de fornecedores e outras contas a pagar, estando esta última parcialmente compensada pela redução do endividamento bancário.

A rubrica de outras contas a pagar respeita a:

Outras contas a pagar	2018	%	2017	%	Diferença	%
Acréscimos de gastos						
Gastos com pessoal	4.435.620,69	6%	4.923.864,85	8%	- 488.244,16	-10%
Outros acréscimos de gastos	491.930,19	1%	446.783,41	1%	45.146,78	10%
Saudaço	74.229.742,40	94%	48.468.032,91	80%	25.761.709,49	53%
Outras contas a pagar	4.963.944,56	6%	6.825.204,02	11%	- 1.861.259,46	-27%
TOTAL	79.193.686,96	100%	60.663.885,19	100%	18.529.801,77	31%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

A 31 de dezembro de 2018, o saldo da Saudaço integrava adiantamentos para fundos de compensação das necessidades financeiras do HOSPITAL, no valor de 74,2 milhões de euros, os quais não vencem juros.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o SNC-AP, os capitais próprios do HSEIT, EPER, foram alvo de um ajustamento no valor de 1.863.044,49 euros, decorrente da transferência do saldo de proveitos diferidos – subsídios ao investimento.

À data de 31 de dezembro de 2018 o capital próprio do Hospital encontra-se negativo em 93,7 milhões de euros.

Nos resultados transitados foi incorporado o resultado líquido do exercício anterior, negativo em 3.050.731,77 euros.

Balanço Sintético	2018	2017	Variação	%
Ativo	50.968.047,20	49.290.249,37	1.677.797,83	3%
Ativo não corrente	6.921.888,66	7.296.156,42	- 374.267,76	-5%
Ativo corrente	44.046.158,54	41.994.092,95	2.052.065,59	5%
Património Líquido	- 93.778.021,34	- 86.447.304,85	- 7.330.716,49	8%
Património/Capital	33.732.525,50	33.732.525,50	-	0%
Reservas	320,53	320,53	-	0%
Resultados Transitados	- 122.709.269,78	- 119.136.146,68	- 3.573.123,10	3%
Outras variações no património líquido	1.129.068,72	2.006.727,57	- 877.658,85	-44%
Resultado líquido do período	- 5.930.666,31	- 3.050.731,77	- 2.879.934,54	94%
Passivo	144.746.068,54	135.737.554,22	9.008.514,32	7%
Passivo não corrente	21.227.759,06	29.944.127,85	- 8.716.368,79	-29%
Passivo corrente	123.518.309,48	105.793.426,37	17.724.883,11	17%
Total Património Líquido e Passivo	50.968.047,20	49.290.249,37	1.677.797,83	3%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

14.3 Fluxos Caixa

No respeitante aos recebimentos verifica-se em 2018 um aumento de 23% face a 2017. Para tal contribui o facto de o total das transferências com origem no ORAA/Saudaço ter aumentado 15,9 milhões de euros.

Os adiantamentos da Saudaço, no montante de 25,7 milhões de euros, destinaram-se à amortização de dívida comercial (59%) e passivo bancário (41%)

Receitas	2018	%	2017	%	Varição	%
Contrato Programa - RAA	56.301.844,00	65%	55.301.000,00	79%	1.000.844,00	2%
Outras transferências Saudaço	25.785.679,48	30%	10.835.203,13	15%	14.950.476,35	138%
Serviços Saúde	753.597,39	1%	871.777,27	1%	- 118.179,88	-14%
Taxas moderadoras	358.580,06	0%	346.726,45	0%	11.853,61	3%
Subsídios exploração	686.045,64	1%	1.764.743,20	3%	- 1.078.697,56	-61%
Subsídios investimento	1.383.334,32	2%	-	0%	1.383.334,32	100%
Outras receitas	1.274.995,25	1%	971.526,77	1%	303.468,48	31%
Receitas correntes	86.544.076,14	100%	70.090.976,82	100%	16.453.099,32	23%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

No exercício de 2018 foram pagos 86,8 milhões de euros, sendo que 75,3 milhões de euros respeitavam a despesas correntes e 11,4 milhões de euros a despesas de capital, o que se traduz num aumento, face a 2017, de 24%.

O aumento do total dos pagamentos é justificado pela antecipação da amortização de passivo bancário fruto da reestruturação financeira do Serviço Regional de Saúde.

À semelhança do que se verifica nos gastos e perdas a rubrica de recursos humanos é a que também representa maior peso em termos de despesa, seguida dos bens e serviços.

Em 2018 as despesas referentes a compromissos de anos anteriores representaram 26%, por contrapartida de 23% em 2017. Este comportamento resulta dos esforços de celebração de acordos de pagamento que permitam amortizar a dívida comercial por antiguidade de vencimento.

Despesas totais	2018	%	2017	%	Varição	%
Pessoal	36.265.592,75	42%	33.535.404,69	48%	2.730.188,06	8%
Bens	20.634.527,50	24%	14.963.697,43	21%	5.670.830,07	38%
Serviços	18.190.134,38	21%	14.842.415,26	21%	3.347.719,12	23%
Encargos financeiros	160.161,44	0%	107.663,45	0%	52.497,99	49%
Outras despesas correntes	117.071,25	0%	43.065,47	0%	74.005,78	172%
Despesas correntes	75.367.487,32	87%	63.492.246,30	90%	11.875.241,02	19%
Investimentos	694.600,25	1%	388.424,50	1%	306.175,75	79%
Ativos financeiros	28.516,67	0%	21.921,58	0%	6.595,09	30%
Passivos financeiros	10.771.126,83	12%	6.256.392,75	9%	4.514.734,08	72%
Despesas capital	11.494.243,75	13%	6.666.738,83	10%	4.827.504,92	72%
Total despesa paga	86.861.731,07	100%	70.158.985,13	100%	16.702.745,94	24%

Unidade: euros

Fonte: Departamento de Gestão Financeira

XV. Posição Financeira do Hospital

Tendo presente o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), “resultando das contas do exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem (...) os administradores requerer prontamente a convocação” da assembleia-geral “a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas convenientes”. O Conselho de Administração tomou conhecimento que à data de 31 de dezembro de 2018 se encontrava perdido metade do capital social e vai comunicar às tutelas (Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores e Secretaria Regional da Saúde).

XVI. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício negativo de 5.930.666,31 euros seja transferido para resultados transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (1/2)

unid: euros

unid:euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6.563.281,38	7.149.258,97
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	3	290.578,91	104.079,72
Participações financeiras		-	-
Outros ativos financeiros	23	68.028,37	42.817,73
		6.921.888,66	7.296.156,42
Ativo corrente			
Inventários	10	2.314.361,97	2.244.409,53
Ativos Biológicos		-	-
Devedores por transferências e subsídios	18, 23	604.107,72	904.800,14
Devedores por empréstimos bonificados		-	-
Clientes, contribuintes e utentes	18, 23	27.742.041,04	23.885.738,86
Estado e outros entes públicos	18, 23	64.157,12	5.442,10
Outras contas a receber	18, 23	11.467.184,17	13.050.648,27
Diferimentos	23	27.904,48	18.524,39
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos	1.2, 18	1.826.402,04	1.884.529,66
		44.046.158,54	41.994.092,95
Total do ativo		50.968.047,20	49.290.249,37
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		33.732.525,50	33.732.525,50
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		-	-
Resultados Transitados		320,53	320,53
Ajustamentos em ativos financeiros		(122.709.269,78)	(119.136.146,68)
Excedentes de revalorização		-	-
Outros variações no Património Líquido		-	-
Resultado líquido do período		1.129.068,72	2.006.727,57
Interesses que não controlam		(5.930.666,31)	(3.050.731,77)
		-	-
Total do património líquido		(93.778.021,34)	(86.447.304,85)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (2/2)

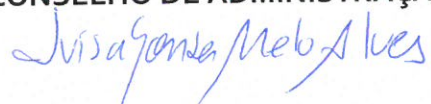
unid:euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	18, 23	20.892.205,06	29.617.407,85
Fornecedores de investimentos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	335.554,00	326.720,00
Outras contas a pagar		-	234.455,82
		21.227.759,06	30.178.583,67
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	-
Fornecedores	18, 23	34.612.723,75	33.082.326,64
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	168.591,90	169.309,35
Estado e outros entes públicos	18, 23	1.488.062,22	1.110.388,68
Financiamentos obtidos	18, 23	7.680.570,91	9.726.494,95
Fornecedores de investimentos	18	374.673,74	612.473,07
Outras contas a pagar	18, 23	79.193.686,96	60.663.885,19
Diferimentos		-	194.092,67
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		123.518.309,48	105.558.970,55
Total do passivo		144.746.068,54	135.737.554,22
Total do Património Líquido e Passivo		50.968.047,20	49.290.249,37

A CONTABILISTA CERTIFICADA


 (CC 85113)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

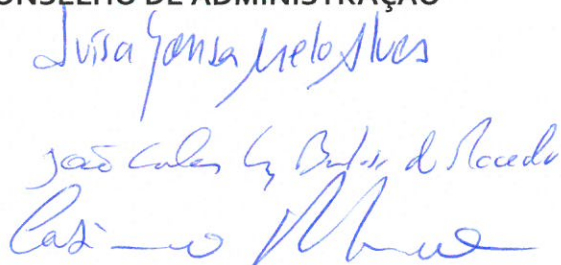
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Impostos e taxas	14	377.037,19	348.705,04
Vendas	13	3.501,22	6.582,05
Prestação de serviços	13	3.513.599,38	3.245.808,98
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	58.099.616,82	57.084.736,01
Variações nos inventários de produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(16.254.188,95)	(14.906.993,12)
Fornecimentos e serviços externos	23	(16.238.299,91)	(15.402.046,98)
Gastos com pessoal	19	(35.803.136,12)	(33.655.180,01)
Transferências e subsídios concedidos		-	-
Prestações sociais		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	43.987,22	20.236,84
Provisões (aumentos/reduções)	19	(8.834,00)	(8.834,00)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	13	2.333.368,03	2.003.773,38
Outros gastos e perdas		(800.200,66)	(534.227,46)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		(4.733.549,78)	(1.797.439,27)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	(953.805,28)	(1.155.928,53)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(5.687.355,06)	(2.953.367,80)
Juros e rendimentos similares obtidos	13	292,97	1,31
Juros e gastos similares suportados	23	(242.750,11)	(96.429,60)
Resultado antes de impostos		(5.929.812,20)	(3.049.796,09)
Imposto sobre o rendimento	18, 23	(854,11)	(935,68)
Resultado líquido do período		(5.930.666,31)	(3.050.731,77)

unid:euros

A CONTABILISTA CERTIFICADA


(0285113)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

unidade: euros

Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe									
DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Realizado	Reservas legais	Resultados Transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do património líquido
Posição no início do período		33.732.525,50	320,53	(119.136.146,68)	143.683,08	(3.050.731,77)	(88.310.349,34)	-	(88.310.349,34)
Alterações no período									
Primeira adoção do referencial contabilístico	0	-	-	-	1.863.044,49	-	1.863.044,49	-	1.863.044,49
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23	-	-	(3.573.123,10)	(877.658,85)	3.050.731,77	(1.400.050,18)	-	(1.400.050,18)
Resultado Líquido Período		33.732.525,50	320,53	(122.709.269,78)	1.129.068,72	-	(87.847.355,03)	-	(87.847.355,03)
Resultado Integral						(5.930.666,31)	(5.930.666,31)	-	(5.930.666,31)
Operações com detentores de capital no período						(5.930.666,31)	(5.930.666,31)	-	(5.930.666,31)
Realizações de património		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período		33.732.525,50	320,53	(122.709.269,78)	1.129.068,72	(5.930.666,31)	(93.778.021,34)	-	(93.778.021,34)

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Amílcar
(0085113)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Gonçalves Melo Alves
João Carlos da Silva da Silva
Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

unid: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.111.778,17	1.014.411,29
Recebimentos de contribuintes		-	
Recebimentos de utentes		341.141,36	348.656,26
Pagamentos a fornecedores		(38.835.950,98)	(29.169.940,83)
Pagamentos ao pessoal		(38.261.193,23)	- 33.695.068,97
Caixa gerada pelas operações		(75.644.224,68)	(61.501.942,25)
Outros recebimentos e pagamentos	23	60.960.097,05	55.335.168,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(14.684.127,63)	(6.166.774,07)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		4.171,23	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		328.537,05	1.764.743,20
Transferências de capital		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		-	-
Ativos fixos tangíveis		(694.600,25)	(294.601,93)
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		(26.660,67)	(21.921,58)
Outros ativos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(388.552,64)	1.448.219,69
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento	23	25.785.679,48	10.835.203,13
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		-	-
Financiamentos obtidos		(10.771.126,83)	(6.264.109,78)
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-

Outras operações de financiamento

-

-

Fluxos de caixa das atividades de financiamento**15.014.552,65****4.571.093,35****Variação de caixa e seus equivalentes****(58.127,62)****(147.461,03)**

Efeito das diferenças de câmbio

27,13

Caixa e seus equivalentes no início do período

1.884.529,66

2.031.990,69

Caixa e seus equivalentes no fim do período

1.826.402,04

1.884.529,66

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA**Caixa e seus equivalentes no início do período****1.884.529,66****2.031.990,69**

-Equivalentes a caixa no início do período

-

-

-Variações cambiais de caixa no início do período

-

-

=Saldo da gerência anterior

1.884.529,66

2.031.990,69

De execução orçamental

2.048.196,72

De operações de tesouraria

(163.667,05)

Caixa e seus equivalentes no fim do período**1.826.402,04****1.884.529,66**

-Equivalentes a caixa no início do período

-

-

-Variações cambiais de caixa no início do período

-

-

=Saldo da gerência anterior

1.826.402,04

1.884.529,66

De execução orçamental

1.730.541,79

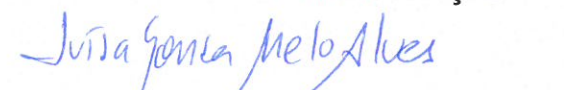
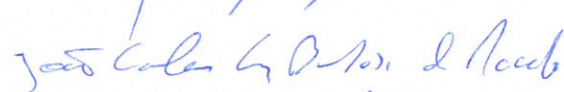
2.048.196,72

De operações de tesouraria

95.860,25

(163.667,05)

A CONTABILISTA CERTIFICADA

 (02855113)
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO






ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

o. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), de acordo com Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

De acordo com o artigo 14.º do SNC-AP, as entidades públicas que adotem o SNC-AP pela primeira vez devem:

- ✓ Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCP;
- ✓ Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas NCP;
- ✓ Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POC-MS numa categoria, mas de acordo com as NCP pertencem a outra categoria;
- ✓ Aplicar as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da transição do POC-MS para o SNC-AP resultantes da mudança de políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito: 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior para efeitos comparativos, sendo esta informação apresentada meramente através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das Demonstrações Financeiras de acordo com o SNC-AP.

HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.

Relatório e Contas 2018

Rubricas do Balanço (1)	Valores conforme normativo anterior 31-12- 2017 (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades/reversões (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassificações (9)	SNC_AP 01-01-2018 (10)=(2)+...+(9)
ATIVO									
Ativo não corrente	49.290.249,37	-	-	-	-	-	-	-	49.290.249,37
Ativos fixos tangíveis	7.296.156,42	-	-	-	-	-	-	-	7.296.156,42
Propriedades de investimento	7.253.338,69	-	-	-	-	-	-	0,00	7.253.338,69
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	42.817,73	-	-	-	-	-	-	-	42.817,73
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo corrente	41.994.092,95	-	-	-	-	-	-	-	41.994.092,95
Inventários	2.244.409,53	-	-	-	-	-	-	-	2.244.409,53
Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-	-	-	-	-	-	-	904.800,14	904.800,14
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cientes, contribuintes e utentes	23.885.738,86	-	-	-	-	-	-	-	23.885.738,86
Estado e outros entes públicos	5.442,10	-	-	-	-	-	-	-	5.442,10
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	13.955.448,41	-	-	-	-	-	-	(904.800,14)	13.050.648,27
Diferimentos	18.524,39	-	-	-	-	-	-	-	18.524,39
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos	1.884.529,66	-	-	-	-	-	-	-	1.884.529,66
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	(88.310.349,34)	-	-	-	-	-	-	1.863.044,49	(86.447.304,85)
Património/Capital	33.732.525,50	-	-	-	-	-	-	-	33.732.525,50
Ações (quotas) próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Relatório e Contas
2018121

No processo de transição para o SNC-AP as maiores variações ocorreram na rubrica de Outras variações no Património Líquido, sendo que só ocorreram ajustamentos decorrentes de reclassificações, nomeadamente:

- ✚ Reclassificação na rubrica de Ativo intangível de diversos *softwares* que se encontravam classificados como imobilizado corpóreo;
- ✚ Foram criadas duas novas rubricas, uma no ativo e uma no passivo, para evidenciar os saldos referentes a transferências e subsídios não reembolsáveis, que até então figuravam em outros devedores e credores;
- ✚ A 31 de dezembro de 2017 a rubrica de reservas incluía o valor de 143.683,08€ que respeita a equipamentos doados. De acordo com o SNC-AP este valor foi reclassificado em Outras variações no Património Líquido;
- ✚ De acordo com o SNC-AP os subsídios ao investimento passaram a figurar na rubrica de Outras variações no Património Líquido e não no passivo em diferimentos;
- ✚ O valor das provisões em 2017 respeitava a responsabilidades por benefícios pós-emprego, que no SNC-AP passaram a figurar em conta própria.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

NIF: 512 105 030

Endereço: Canada do Breado, Ao Farroco, 9700-049 Angra do Heroísmo

Código da classificação orgânica:

Tutela: Secretaria Regional da Saúde dos Açores e Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER (abreviadamente designado por "HSEIT, EPER" ou "Empresa") foi transformado em entidade pública empresarial regional, pelo Decreto

Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HSEIT,EPER é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto – Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

No âmbito do diploma acima mencionado, o capital estatutário do HSEIT,EPER detido pela Região Autónoma dos Açores e fixado em 33.300.000 euros foi subscrito e realizado, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

Em 2009 o capital estatutário foi aumentado no valor de 432.525,50 euros, por força da Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2008 de 14 de maio de 2008.

O HSEIT,EPER rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeito às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos autónomos.

O objeto principal do HSEIT,EPER é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.

Nos termos da legislação em vigor, o exercício da atividade é também financiado através das dotações orçamentais incluídas nos contratos – programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

Os trabalhadores do HSEIT,EPER estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho de acordo com o Código do Trabalho e demais legislação laboral em vigor, com exceção dos trabalhadores que transitaram da extinta unidade de saúde a quem é garantida a manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que concerne à natureza do vínculo público e regime de aposentação. São utilizados todos os livros obrigatórios previstos na legislação comercial.



A organização do arquivo dos documentos de suporte é efetuada de acordo com as fases de Receita e da Despesa, emanadas pelo Tribunal de Contas.

A contabilidade encontra-se centralizada nas instalações do HSEIT, EPER na dependência dos serviços administrativos e financeiros da entidade.

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

a) Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

b) Comparabilidade

De acordo com o Manual de Implementação emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, a informação comparativa relativa ao ano anterior à adoção do SNC-AP (2017) é baseada no POC-MS (referencial contabilístico anterior), tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das Demonstrações Financeiras de acordo com o novo referencial. Esta facto implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, mas foi entendimento da Comissão de Normalização Contabilística que, numa análise custo-benefício, os custos seriam superiores aos benefícios a obter.

A falta de comparabilidade acima referida é essencialmente visível nas rubricas mencionadas na nota "o. Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória".

e) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de caixa e depósitos bancários decompunham-se da seguinte forma:

Conta PCM	Natureza	31-12-2018	31-12-2017
11	Caixa		
1111	Caixa central	13.842,60	5.983,53
1112	Caixa conta de passagem	-	265.671,76
1113	Postos cobrança avançados	350,00	350,00
11801	Fundo maneiio Serviço Apoio a Doentes Deslocados	30.000,00	30.000,00
11802	Fundo maneiio do serviço de participações	4.000,00	4.000,00
12	Depósitos bancários à ordem		
1220101	Novo Banco dos Açores - 100702200006	-	-
1220301	CGD - 0099.016840.830	-	-
1220401	Millennium BCP - 45373374848	1.706.023,29	878.754,40
1220402	Millennium BCP - 45373398516	-	-
1220501	Santander Totta - 0008.06931884020	-	-
1220502	Santander Totta - 0008.06930720020	46,41	-
1220503	Santander Totta - 0008.06931876020	82,54	271,54
1220504	Santander Totta - 0008.06930738020	-	-
1220601	Novo Banco - 000801883190	55.626,05	55.732,25
1220701	CEMAH - 01/13596000054	3.023,51	369.555,11
1220702	CEMAH - 01/13596000061	13.206,22	197.014,35
1220801	BPI - 0-4723238-001-001	201,42	77.196,72
		1.826.402,04	1.884.529,66

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do HSEIT, EPER. Representam de forma fiel os efeitos

das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas Demonstrações Financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe de itens semelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, o HSEIT, EPER continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No âmbito da política das questões financeiras centradas na Saudaçor, com assunção total ou parcial de gastos dos Hospitais, não diretamente relacionados com a sua atividade operacional, foi assumido pela Saudaçor em 2018 o montante de 1.721.096,67 euros, decorrente de encargos financeiros.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do HSEIT, EPER, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente Anexo às Demonstrações Financeiras.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta), numa base duodecimal.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	1.402.819,44	1.298.739,72	-	104.079,72	1.425.629,09	1.365.923,99	-	59.705,10
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	230.873,81	-	-	230.873,81
Total	1.402.819,44	1.298.739,72	-	104.079,72	1.656.502,90	1.365.923,99	-	290.578,91

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração de Resultados por Natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. internas entidade	Revalorizações	Reversões perdas imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações período	Diferenças cambiais	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	104.079,72	22.809,65	-	-	-	-	(67.184,27)	-	59.705,10
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	230.873,81	-	-	-	-	-	-	230.873,81
Total	104.079,72	253.683,46	-	-	-	-	(67.184,27)	-	290.578,91

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS - ADIÇÕES

As adições de ativos intangíveis no exercício de 2018 prenderam-se com a aquisição de 2 *softwares*: Labcollector para o Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular e o B-Anesthesic que é um interface do bloco operatório para a área de anesthesiologia.

Os ativos intangíveis em curso respeitam à aquisição e implementação do Sistema Complementar do Processo Clínico Eletrónico.

HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.

Relatório e Contas
2018

Adições

Rubricas	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	22.809,65	-	-	-	-	-	-	-	22.809,65
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	230.873,81	-	-	-	-	-	-	-	230.873,81
Total	-	253.683,46	-	-	-	-	-	-	-	253.683,46

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DESMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2018 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização em que a empresa espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em regime duodecimal, em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação são as que resultam a aplicação do Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas uteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Relatório e Contas
2018**Final do período**

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	26.429.815,36	(19.280.556,39)	-	7.149.258,97	26.718.095,44	(20.154.814,06)	-	6.563.281,38
Terrenos e recursos naturais	4.745.000,00	-	-	4.745.000,00	4.745.000,00	-	-	4.745.000,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	19.255.497,73	(17.057.865,56)	-	2.197.632,17	19.520.761,06	(17.868.830,91)	-	1.651.930,15
Equipamento de transporte	77.698,97	(55.609,30)	-	22.089,67	77.698,97	(58.554,59)	-	19.144,38
Equipamento administrativo	2.087.472,80	(1.915.173,90)	-	172.298,90	2.110.394,74	(1.970.200,78)	-	140.193,96
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	264.145,86	(251.907,63)	-	12.238,23	264.240,67	(257.227,78)	-	7.012,89
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	26.429.815,36	(19.280.556,39)	-	7.149.258,97	26.718.095,44	(20.154.814,06)	-	6.563.281,38

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
		Adições	Transf. Internas entidade	Revalorizações	Reversões perdas imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos tangíveis	7.149.258,97	300.643,42	-	-	-	(886.621,01)	-	-	-	6.563.281,38
Terrenos e recursos naturais	4.745.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.745.000,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	2.197.632,17	270.055,98	-	-	-	(815.758,00)	-	-	-	1.651.930,15
Equipamento de transporte	22.089,67	-	-	-	-	(2.945,29)	-	-	-	19.144,38
Equipamento administrativo	172.298,90	29.975,62	-	-	-	(62.080,56)	-	-	-	140.193,96
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	12.238,23	611,82	-	-	-	(5.837,16)	-	-	-	7.012,89
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7.149.258,97	300.643,42	-	-	-	(886.621,01)	-	-	-	6.563.281,38

134

i) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	296.760,43	-	-	3.882,99	-	-	-	-	300.643,42
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	266.738,03	-	-	3.317,95	-	-	-	-	270.055,98
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	29.410,58	-	-	565,04	-	-	-	-	29.975,62
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	611,82	-	-	-	-	-	-	-	611,82
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	296.760,43	-	-	3.882,99	-	-	-	-	300.643,42

ii) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram abatidos equipamentos, cujo valor de aquisição ascendia a 5.291,33€ (4.792,65€ respeitantes a equipamento básico e 498,68€ a equipamento administrativo). Estes equipamentos já se encontravam totalmente amortizados. Em 2018 também foi efetuada uma troca com retoma de uma fotocopiadora que se encontrava totalmente amortizada (valor aquisição: 6.555,00€).

5.6 OUTRAS DIVULGAÇÕES**b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso**

Em 31 de dezembro de 2018 o HSEIT, EPER, tinha ativos tangíveis em uso, totalmente depreciados, nas seguintes rubricas:

Classe Imobilizado	Designação	Valor de Aquisição
433	Equipamento básico	14.534.524,77
4332	Eq. investigação e formação de medida e de utilização técnica especial	542.849,86
4333	Equipamento e material específico dos serviços de saúde	12.936.812,16
4334	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e cultura	38.114,83
4335	Equipamento e material para serviços de alimentação rouparia e lavandaria	825.466,55
4337	Equipamento e material de apoio à produção	173.559,49
4338	Equipamento militar de segurança e defesa	17.721,88
434	Equipamento de transporte	54.136,66
435	Equipamento administrativo	1.713.284,20
4351	Equipamento informático e de telecomunicações	735.190,07
4352	Equipamento de escritório e de reprografia	119.618,92
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	853.108,88
4359	Outros	5.366,33
437	Outros ativos fixos tangíveis	267.210,80
4372	Equipamento de decoração e conforto de utilização comum	267.210,80
Total		16.569.156,43

d) Edifício do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

Os serviços do HSEIT, EPER encontram-se instalados no novo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira desde o primeiro semestre de 2012. As antigas instalações foram permutadas com a Região Autónoma dos Açores (RAA) tendo sido cedida a propriedade do solo em que foi construído o HSEIT, EPER, cujo terreno foi avaliado em 4.745.000,00€, ao abrigo do contrato de conceção, projeto de construção, financiamento, conservação e manutenção, celebrado a 26 de agosto de 2009, entre a RAA e a empresa Haçor – Concessionária do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, SA.



Sobre este ativo foi constituído a favor do concessionário o direito de superfície pelo prazo de 30 anos.



Neste exercício e nos exercícios subsequentes, o HSEIT, EPER não suportará quaisquer encargos relacionados com a concessão.

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

No âmbito da política das questões financeiras centradas na Saudaçor, com assunção total ou parcial de gastos dos Hospitais, não diretamente relacionados com a sua atividade operacional, foi assumido pela Saudaçor em 2018 o montante de 1.721.096,67 euros, decorrente de encargos financeiros (2.012.183,94€ em 2017).

10. INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como matérias-primas e mão-de-obra direta, inclui ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O HSEIT, EPER adota o sistema de custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários do HSEIT, EPER, detalham-se da seguinte forma:

Matérias-primas	Farmácia	Clinico	Hoteleiro	Administ.	SIE	Outros materiais	TOTAL
Inventário a 31-12-2017	1.362.657,08	658.161,35	44.565,09	24.610,19	149.322,74	5.093,08	2.244.409,53
Compras	12.239.269,67	3.245.000,57	358.221,90	84.075,11	612.210,99	0,00	16.538.778,24
Reclassif. e Regulariz.	(193.101,64)	(20.685,33)	(289,91)	4.532,23	0,88	(5.093,08)	(214.636,85)
Inventário a 31-12-2018	1.340.317,53	759.352,19	53.886,63	24.552,46	136.253,16	0,00	2.314.361,97
CMVMC	12.068.507,58	3.123.124,40	348.610,45	88.665,07	625.281,45	0,00	16.254.188,95

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS – O rendimento é reconhecido na Demonstração de Resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na Demonstração de Resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço, com exceção dos atos que são faturáveis de acordo com o sistema de codificação ICD-10-CM/PS (*International Classification of Diseases, Tenth Revision, Clinical Modification e International Classification of Diseases, Tenth Revision, Procedure Classification System*) em que a data de referência é a data da alta hospitalar.

JUROS – O rendimento é reconhecido na Demonstração de Resultados através do método do juro efetivo.

ROYALTIES – O rendimento é reconhecido na Demonstração de Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

DIVIDENDOS – O rendimento é reconhecido na Demonstração de Resultados a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte decomposição:

	2018	2017
Vendas de bens	3.501,22	6.582,05
Prestações de serviços - sector da saúde	3.513.599,38	3.245.808,98
Outros rendimentos e ganhos	2.333.368,03	2.003.773,38
Rendimentos suplementares	50.355,00	44.385,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	260,70	-
Ganhos em inventários	647.989,51	305.425,21
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	472,00	22,42
Correções relativas a exercícios anteriores	119.166,43	386.251,88
Multas e outras penalidades	-	1.929,81
Imputação de subsídios e transferências	909.386,47	866.850,36
Ganhos em outros instrumentos financeiros	261,89	109,96
Diferenças de câmbio favoráveis	132,59	3,80
Outros	605.343,44	398.794,94
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	292,97	1,31
Juros	292,97	1,31
	<u>5.850.761,60</u>	<u>5.256.165,72</u>

O valor de vendas respeita à dispensa de medicamentos em unidose, de acordo com Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2012/A, de 20 de janeiro, que veio estabelecer o regime de dispensa de medicamentos em unidose pelos serviços farmacêuticos das unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde.

Os ganhos em inventários incluem além das sobras o registo de notas de crédito de *rappel*.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados:

	2018	2017
Impostos, contribuições e taxas	-	-
Impostos diretos	-	-
Impostos indiretos	-	-
Contribuições para sistemas de proteção social	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	377.037,19	348.705,04
Taxas moderadoras	377.037,19	348.705,04
Transferências obtidas	57.359.141,27	56.219.520,00
Orçamento Região Autónoma dos Açores - Contrato Programa	56.301.844,00	55.301.000,00
Plano Regional de Investimento da Saúde	1.047.795,43	918.520,00
De outras entidades	9.501,84	-
Subsídios obtidos	740.475,55	865.216,01
Subsídio social de mobilidade	704.323,88	830.630,17
Fundo Regional do Emprego (PIIE)	35.651,67	34.585,84
Outros	500,00	-
	58.476.654,01	57.433.441,05

As verbas do Plano Regional de Investimento da Saúde respeitam ao seguinte:

Deslocação de doentes	990.000,00
CIRURGE - Plano urgente de cirurgias	45.162,62
Comparticipação da bolsa para a fixação de médicos na RAA	12.632,81
	1.047.795,43

O subsídio social de mobilidade foi criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e destina-se a prosseguir objetivos de coesão social e territorial, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira. No caso do HSEIT, EPER, este subsídio compensa parcialmente os encargos com a deslocação de doentes, acompanhantes e pessoal para o continente.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.2 PASSIVOS CONTINGENTES

No âmbito do procedimento de inspeção tributária, realizado ao exercício de 2016 e 2017, a Autoridade Tributária promoveu correções, de cariz meramente aritmético, à matéria tributável desses exercícios, por considerar, em síntese, que as dotações financeiras transferidas pela SAUDAÇOR para o HSEIT, nos montante de 10.911.139 euros e 8.320.396 euros, respetivamente,

para a prossecução da sua atividade estão sujeitas ao espartilho da tributação em sede de IRC, por configuram proveitos (cfr. artigo 20º do CIRC).

O Conselho de Administração entende que os argumentos invocados pela Autoridade Tributária são passíveis de contestação, e, deste modo, as notificações do ato tributário, que corporiza as correcções efectuadas, serão promovidas das respectivas contestações em sede administrativa ou judicial.

Sublinha-se que previamente se considera que os valores disponibilizados e que a Autoridade Tributária pretende tributar como rendimentos no ano da sua atribuição têm a natureza de simples operações financeiras enquadradas nas regras estabelecidas pela Região Autónoma dos Açores de reforço da posição financeira das unidades de saúde e, portanto, não enquadradas nas obrigações de prestação de serviço público.

Em 31 de dezembro de 2018 existiam processos judiciais a favor e contra o HSEIT, EPER, relacionados com serviços médicos prestados por instituições do Serviço Nacional de Saúde a utentes da Região Autónoma dos Açores, que ainda não foram liquidados pelo HSEIT, EPER. Entende-se que, de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para o HSEIT.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão por deliberação do Conselho de Administração de 26 de abril de 2019.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstrem a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo HSEIT, EPER quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que incluam um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do HSEIT, EPER.

18.2 QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Caixa e equivalentes a caixa						
Caixa	48.192,60	-	48.192,60	306.005,29	-	306.005,29
Depósitos bancários	1.778.209,44	-	1.778.209,44	1.578.524,37	-	1.578.524,37
	1.826.402,04	-	1.826.402,04	1.884.529,66	-	1.884.529,66
Ativos financeiros ao justo valor por resultados						
	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Ativos não correntes						
Outros ativos financeiros	68.028,37	-	68.028,37	42.817,73	-	42.817,73
Ativos correntes						
Devedores por transferências e subsídios	604.107,72	-	604.107,72	904.800,14	-	904.800,14
Clientes, contribuintes e utentes	28.459.388,78	717.347,74	27.742.041,04	24.647.073,82	761.334,96	23.885.738,86
Estado e outros entes públicos	64.157,12	-	64.157,12	5.442,10	-	5.442,10
Outras contas a receber	11.467.184,17	-	11.467.184,17	13.050.648,27	-	13.050.648,27
	42.489.268,20	717.347,74	41.771.920,46	40.535.311,72	761.334,96	39.773.976,76
CAPITAL PRÓPRIO						
	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS						
Passivos financeiros ao justo valor por resultados						
	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Passivos não correntes						
Financiamentos bancários	20.892.205,06	-	20.892.205,06	29.617.407,85	-	29.617.407,85
Outras contas a pagar	-	-	-	234.455,82	-	234.455,82
Passivos correntes						
Financiamentos bancários	7.680.570,91	-	7.680.570,91	9.726.494,95	-	9.726.494,95
Fornecedores	34.612.723,75	-	34.612.723,75	33.082.326,64	-	33.082.326,64
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	168.591,90	-	168.591,90	169.309,35	-	169.309,35
Estado e outros entes públicos	1.488.062,22	-	1.488.062,22	1.110.388,68	-	1.110.388,68
Fornecedores de investimentos	374.673,74	-	374.673,74	612.473,07	-	612.473,07
Outras contas a pagar	79.193.686,96	-	79.193.686,96	60.663.885,19	-	60.663.885,19
	144.410.514,54	-	144.410.514,54	135.216.741,55	-	135.216.741,55

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontravam-se reconhecidas as seguintes perdas por imparidade:

Classe de ativos	31-12-2018		31-12-2017	
	Perda por imparidade	Quantia recuperável	Perda por imparidade	Quantia recuperável
Contas a receber de clientes	717.347,74	803.736,23	761.334,96	926.055,08

As perdas por imparidade de 717.347,74 euros destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos que potenciam riscos de não recebimento. Acresce, no entanto, que este reconhecimento não comporta saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde (26.586.360,49 euros), sobre os quais existem alguns condicionalismos na sua integral recuperação, decorrentes das dificuldades tradicionais que existiam na sua aceitação e validação, que entretanto foram agravadas pelo facto de existir uma indefinição sobre a recuperação dos encargos com as prestações de saúde realizadas aos beneficiários da ADSE que passaram a ser suportadas diretamente pelo Sistema Nacional de Saúde

As perdas por imparidade de clientes foram calculadas com base nos critérios do Código do IRC, por se entender que estes refletem o risco de incobrabilidade.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal e quaisquer outras retribuições decorrentes da lei.

Todo o pessoal ao serviço do HSEIT, EPER foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo



somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. O valor de responsabilidades por benefícios pós-emprego não está ainda suportado em qualquer estudo atuarial. Os encargos com pensões pagos aos pensionistas durante o ano de 2018 foram registados em gastos do exercício, no montante de 534.341,12 euros (528.286,34 euros em 2017).

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

ATIVO

i. Outros ativos financeiros

O valor de outros ativos financeiros respeita ao Fundo de Compensação do Trabalho, criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

ii. Devedores por transferências e subsídios

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontram-se registadas nesta rubrica as verbas a receber no âmbito da candidatura ao Programa Comunitário Portugal 2020, nos montantes de 604.107,72 euros e 904.800,14 euros, respetivamente.

iii. Clientes, contribuintes e utentes

O valor da dívida de clientes respeita essencialmente a entidades do Estado (subsistemas públicos), destacando-se a ADSE- Serviços Centrais que perfazia o montante de 26.586.360,49 euros em 31 de dezembro de 2018 (em 2017: 19.124.153,28 euros).

Tratando-se de entidades do Estado, entende-se que a respetiva dívida não será suscetível de risco de incobrabilidade. O atual normativo regional de faturação de cuidados de saúde pelos Hospitais dos Açores, a beneficiários dessas entidades, enquadra devidamente os procedimentos adotados. Em 2011 e 2013, os créditos cedidos pelo HSEIT, EPER à Caixa Leasing e Factoring, sob a forma de antecipação de cobrança de faturas sem risco e devidas pelos subsistemas de saúde, no total de 9.786.564,59 euros, foram liquidados mediante a obtenção de financiamento bancário. Estando já essa faturação cobrada em exercícios anteriores, uma vez que se tratava de factoring sem recurso, o montante antecipado e ainda não liquidado pelos devedores originais (subsistemas) foi reconhecido na rubrica de outras contas a receber.

As dívidas de cobrança duvidosa podem ser assim apresentadas:

	180-360 dias	360-540 dias	540-720 dias	+720 dias	Total
Seguros	18.186,50	16.693,30	13.487,11	27.949,55	76.316,46
Outros clientes	73.709,48	49.609,35	111.267,06	492.833,88	727.419,77
	<u>91.895,98</u>	<u>66.302,65</u>	<u>124.754,17</u>	<u>520.783,43</u>	<u>803.736,23</u>

iv. Estado e outros entes públicos

O saldo devedor da rubrica de Estado e outros entes públicos, de 64.157,12 euros, a 31 de dezembro de 2018, refere-se ao valor pago a título de pagamento especial por conta.

v. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	2018	2017
Acréscimo Proveitos		
Faturação	407.804,76	1.279.660,30
Subsídio social de mobilidade	139.102,32	119.835,91
Outros	303.212,75	619.775,02
Caixa Leasing e Factoring	10.503.031,02	10.560.818,41
Outros	114.033,32	470.558,63
	<u>11.467.184,17</u>	<u>13.050.648,27</u>

vi. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o valor de diferimentos era o seguinte:

	2018	2017
Seguros	23.771,80	18.524,39
Outros gastos diferidos	4.132,68	-
	<u>27.904,48</u>	<u>18.524,39</u>

Relativamente aos outros custos diferidos os mesmo respeitam a aquisições de peças efetuadas no final de 2018 cuja entrada em armazém só foi efetuada em 2019.

PASSIVO

i. Fornecedores

O saldo em dívida a fornecedores inclui juros de mora, que são registados quando debitados pelos fornecedores e outros credores sendo que, regra geral, o débito só ocorre aquando do pagamento.

ii. Financiamentos obtidos

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 o HSEIT, EPER apresentava a seguinte estrutura de endividamento bancário:

	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	20.892.205,06	7.680.570,91	29.617.407,85	9.726.494,95

O saldo não corrente vence-se nos seguintes anos:

	2018	2017
2019		7.921.360,99
2020	7.727.664,22	7.980.896,58
2021	2.669.704,40	2.936.006,88
2022	2.701.618,49	2.984.269,49
2023	2.735.478,18	2.737.241,98
2024 e seguintes	5.057.739,77	5.057.631,93
	<u>20.892.205,06</u>	<u>29.617.407,85</u>

As operações acima mencionadas respeitam a:

- Empréstimo de longo prazo, celebrado em agosto de 2012, com o Santander Totta, no montante de 7.800.000,00 euros, pelo prazo de 12 anos, vencendo-se o capital e os juros mensalmente. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um *spread* de 4,00%, estando esta operação garantida pelo Aval n.º 9/2015, emitido pela Região Autónoma dos Açores;
- Empréstimo de conta corrente, celebrado em dezembro de 2015, com o Novo Banco, no montante 11.850.000,00 euros, pelo prazo de 10 anos. Os juros vencem-se trimestralmente

e são calculados à taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de um *spread* de 4,00%, estando esta operação garantida por Carta Conforto emitida pela Região Autónoma dos Açores;

- Contrato de *confirming* (gestão de pagamentos a fornecedores) celebrado com o Novo Banco Leasing e Factoring, em maio de 2010, pelo prazo de 10 anos, vencendo-se juros mensalmente. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a três meses acrescida de um *spread* de 6,00%;
- Contrato de *confirming* (gestão de pagamentos a fornecedores) celebrado com o BPI Factor aquando da criação do Sistema de Gestão de Pagamentos a Fornecedores. No final de 2011 foi acordado um plano de pagamentos, pelo prazo de 10 anos, em prestações mensais. Os juros são calculados à taxa EURIBOR a seis meses acrescida de um *spread* de 5,50%.

iii. Estado e outros entes públicos

O saldo credor da rubrica de Estado e outros entes públicos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Estimativa IRC	854,11	935,68
Retenções na fonte	563.743,05	384.339,58
IVA a pagar	8.911,27	6.365,10
Contribuições para Sistemas de Previdência	914.536,44	718.724,69
Outras Contribuições	17,35	23,63
	<u>1.488.062,22</u>	<u>1.110.388,68</u>

Os montantes em dívida referentes a retenções na fonte e contribuições para sistemas de previdência respeitam a valores retidos no mês de dezembro e foram liquidados dentro dos prazos legais, não existindo qualquer situação em mora.

Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20% (correspondendo atualmente a uma taxa efetiva de 16,80%). Pela Lei das Finanças Locais, o HSEIT, EPER estaria sujeito à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Contudo, o município de Angra do Heroísmo não aplica este imposto, pelo que não há lugar à sua liquidação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (5 anos no que respeita à segurança social).

O efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais não foram objeto de registo contabilístico em impostos diferidos por não existirem expectativas de que os prejuízos fiscais apurados neste exercício e nos exercícios anteriores sejam recuperáveis.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012 é de 5 períodos de tributação (este prazo é de 4 anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 ou 2011 e de 6 anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

iv. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	2018	2017
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	4.435.620,69	4.923.864,85
Outros acréscimos de gastos	491.930,19	446.783,41
Sindicatos	6.070,25	6.670,27
Saudação	74.229.742,40	48.468.032,91
Outros	30.323,43	6.818.533,75
	79.193.686,96	60.663.885,19

As remunerações a liquidar desagregam-se da seguinte forma:

	2018	2017
Remunerações a liquidar		
Férias e Subsídio Férias	2.697.852,98	2.601.462,44
Horas Extraordinárias	642.636,39	1.213.364,73
Noites e suplementos	106.645,56	52.922,80
Posicionamento remuneratório	137.205,10	111.130,74
Encargos s/ remunerações	851.280,66	944.984,14
	4.435.620,69	4.923.864,85

A entidade gestora do sistema de saúde procedeu no decurso de 2015 à reestruturação financeira do Sistema Regional de Saúde que, entre outras ações, compreendeu a assunção de alguns financiamentos bancários contratados diretamente pelo HSEIT, EPER. A forma de regularização deste saldo, que não vence juros, não está ainda definida e, por isso, a sua classificação no balanço é evidenciada como uma exigibilidade a curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da Saudação integrava adiantamentos para fundos de compensação das necessidades financeiras do HSEIT, EPER, os quais não vencem juros.

A variação significativa na rubrica "Outras contas a pagar – outros", decorre da redução da dívida a entidades do SRS no âmbito do Princípio do Prescritor Pagador.

Demonstração de Resultados

i. Fornecimentos e Serviços

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os fornecimentos e serviços externos detalham-se conforme se segue:

	2018	2017
Subcontratos:		
Assistência ambulatoria	2.017,30	3.998,75
Meios complementares diagnóstico	592.403,37	496.154,45
Meios complementares de terapêutica	1.520.526,48	1.069.099,93
Internamentos	4.155.091,48	4.209.384,37
Deslocações de doentes	2.943.441,95	3.017.512,18
Trabalhos executados exterior	74.755,19	98.280,58
Fornecimentos e serviços:		
Trabalhos especializados	628.128,47	624.698,22
Vigilância e segurança	266.220,25	180.530,02
Honorários e serviços especializados saúde	2.458.607,43	2.110.568,58
Conservação e reparação	943.359,17	1.039.778,51
Energia	1.150.219,89	1.103.385,68
Água	134.973,69	127.740,92
Deslocações e estadas	117.641,82	103.103,29
Comunicação	60.183,65	65.810,04
Limpeza, higiene e conforto	868.985,69	828.639,38
Outros fornecimentos e serviços	321.744,08	323.362,08
	16.238.299,91	15.402.046,98

ii. Remunerações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	317.344,65	339.625,76
Remunerações do pessoal:		
Pessoal dirigente	262.574,18	325.464,97
Pessoal médico	9.149.257,44	8.839.097,86
Pessoal enfermagem	8.720.073,67	8.402.067,49
Pessoal técnico diagnóstico e terapêutica	1.478.266,09	1.434.571,17
Pessoal técnico superior de saúde	218.691,56	157.579,02
Outro pessoal técnico superior	1.112.643,12	1.056.822,61
Pessoal assistente técnico	1.567.882,56	1.254.580,72
Pessoal assistente operacional	3.773.161,85	3.195.441,76
Pessoal de informática	257.998,72	238.672,87
Pessoal docente	65.563,28	66.233,62
Outro pessoal	16.085,00	10.393,30
Outras remunerações	1.618.748,45	1.324.026,61
Pensões	534.341,12	528.286,24
Encargos sobre remunerações	6.517.830,97	6.186.655,14
Outros gastos com pessoal	192.673,46	295.660,87
	<u>35.803.136,12</u>	<u>33.655.180,01</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações atribuídas aos membros que integram os órgãos sociais são assim resumidas:

	2018	2017
Conselho de Administração	317.344,65	339.625,76
Fiscal Único	13.806,00	13.806,00
Total	<u>331.150,65</u>	<u>353.431,76</u>

iii. Juros e gastos suportados

O valor referente a juros e gastos suportados respeita a juros de mora debitados por fornecedores.

Alterações no Património Líquido**i. Outras variações no património líquido**

O valor de -877.658,85€ respeitante a outras alterações reconhecidas no património líquido resulta do seguinte:

Correção do valor atribuído de subsídios ao investimento	(31.155,37)
Atribuição de subsídios ao investimento	59.000,00
Doações obtidas	3.882,99
Imputação a proveitos e ganhos dos subsídios ao investimento	<u>(909.386,47)</u>
	<u>(877.658,85)</u>

O valor atribuído de subsídios ao investimento destina-se a financiar a aquisição da Central de Telemetria de Cardiologia.

Fluxos de Caixa**i. Outros recebimentos e pagamentos**

Está incluído nesta rubrica o montante recebido ao abrigo do Contrato Programa de 2018 no valor de 56.301.844,00€, sendo que desse montante 2.495.918,00€ respeitam ao Prémio de Desempenho de 2017.

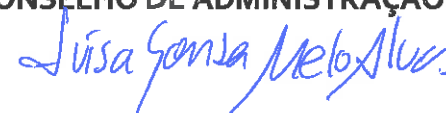
ii. Recebimentos de outras operações de financiamento

Encontram-se registados nesta rubrica as transferências efetuadas pela Saudaçor no exercício de 2018, sendo que do total recebido 10.464.576,84 euros destinaram-se à amortização de passivo bancário.

A CONTABILISTA CERTIFICADA


(CC 85113)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração Desempenho Orçamental (01-00 até 31-12)

Exercício: 2018

Lançamento:

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	2.048.196,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					-163.667,06	-163.667,06	
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	358.580,06	0,00	0,00	0,00	0,00	358.580,06	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	38.651,67	56.986.901,47	0,00	0,00	0,00	57.025.553,14	0,00
R5.1	Administrações Públicas	38.151,67	56.986.901,47	0,00	0,00	0,00	57.025.053,14	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	685.057,47	0,00	0,00	0,00	685.057,47	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	35.651,67	0,00	0,00	0,00	0,00	35.651,67	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	56.301.844,00	0,00	0,00	0,00	56.301.844,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.986.835,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.986.835,24	0,00
R7	Outras receitas correntes	655,18	0,00	0,00	0,00	0,00	655,18	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	4.643,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.643,23	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	2.389.365,38	58.370.235,79	0,00	0,00	0,00	60.759.601,17	0,00
	Receita não efetiva [3]	26.786.523,48	0,00	0,00	0,00	0,00	26.786.523,48	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	26.786.523,48	0,00	0,00	0,00	0,00	26.786.523,48	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	31.224.085,58	58.370.235,79	0,00	0,00	0,00	89.594.321,37	0,00
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					11.922.848,14	11.922.848,14	

Demonstração Desempenho Orçamental (01-00 até 31-12)

Exercício: 2018

Lançamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	12.514,87	36.253.077,88	0,00	0,00	0,00	36.265.592,75	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	20.182.994,31	0,00	0,00	0,00	20.182.994,31	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	8.918.967,85	0,00	0,00	0,00	8.918.967,85	0,00
D1.3	Segurança social	12.514,87	7.151.115,72	0,00	0,00	0,00	7.163.630,59	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	17.996.170,74	20.829.695,65	0,00	0,00	0,00	38.825.866,39	0,00
D3	Juros e outros encargos	160.161,44	0,00	0,00	0,00	0,00	160.161,44	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	117.071,25	0,00	0,00	0,00	0,00	117.071,25	0,00
	Despesa de Capital							
D7	Investimento	694.600,25	0,00	0,00	0,00	0,00	694.600,25	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	18 980 518,55	57 082 773,53	0,00	0,00	0,00	76 063 292,08	
	Despesa não efetiva [6]	1 002 700,00	10 797 787,50	0,00	0,00	0,00	11 800 487,50	
D10	Ativos financeiros	1 856,00	26 660,67	0,00	0,00	0,00	28 516,67	0,00
D11	Passivos financeiros	1 000 844,00	10 771 126,83	0,00	0,00	0,00	11 771 970,83	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	19 983 218,55	67 880 561,03	0,00	0,00	0,00	87 863 779,58	
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					11 663 320,83	11 663 320,83	
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	11.240.867,03	-9.510.325,24	0,00	0,00	0,00	1 730 541,79	0,00
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					95.860,25	95 860,25	
	Saldo global [2]-[5]	-16 591 153,17	1 287 462,26	0,00	0,00	0,00	-15 303 690,91	0,00
	Despesa primária	18 820 357,11	57 082 773,53	0,00	0,00	0,00	75 903 130,64	0,00
	Saldo corrente	-15 901 196,15	-95 872,06	0,00	0,00	0,00	-15 997 068,21	0,00
	Saldo de capital	-689 957,02	1 383 334,32	0,00	0,00	0,00	693 377,30	0,00
	Saldo primário	-16 430 991,73	1 287 462,26	0,00	0,00	0,00	-15 143 529,47	0,00
	Receita total [1]+[2]+[3]	31 224 085,58	58 370 235,79	0,00	0,00	0,00	89 594 321,37	0,00
	Despesa total [5]+[6]	19 983 218,55	67 880 561,03	0,00	0,00	0,00	87 863 779,58	0,00

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018

Lançamento: < TODOS >

Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descontivos	Compromissos	Despesas pagas líquidas de exposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Grav. exeg. etc.
									Períodos anteriores	Período corrente	Total				
1	311	001		Fundos próprios											
				Despesas Correntes											
1	311	001	01	Despesas com o pessoal	475.974,10	37.465.401,00	0,00	36.855.688,86	475.974,10	35.777.103,78	36.253.077,88	0,00	602.610,98	1,27%	95,49%
1	311	001	0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	21.094.604,00	0,00	20.182.994,31	0,00	20.182.994,31	20.182.994,31	0,00	0,00	0,00%	95,68%
1	311	001	010102	Órgãos sociais	0,00	309.078,00	0,00	272.194,18	0,00	272.194,18	272.194,18	0,00	0,00	0,00%	88,07%
1	311	001	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	0,00	9.151.972,00	0,00	9.152.332,76	0,00	9.152.332,76	9.152.332,76	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	311	001	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	5.437.044,00	0,00	5.366.607,54	0,00	5.366.607,54	5.366.607,54	0,00	0,00	0,00%	98,70%
1	311	001	010106	Pessoal contratado a termo	0,00	1.679.112,00	0,00	1.245.220,43	0,00	1.245.220,43	1.245.220,43	0,00	0,00	0,00%	74,16%
1	311	001	010109	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	152.491,00	0,00	33.430,29	0,00	33.430,29	33.430,29	0,00	0,00	0,00%	21,92%
1	311	001	010110	Gratificações	0,00	167.342,00	0,00	193.814,81	0,00	193.814,81	193.814,81	0,00	0,00	0,00%	115,82%
1	311	001	010111	Representação	0,00	30.995,00	0,00	25.777,91	0,00	25.777,91	25.777,91	0,00	0,00	0,00%	83,17%
1	311	001	010113	Subsídio de refeição	0,00	1.257.595,00	0,00	1.061.323,51	0,00	1.061.323,51	1.061.323,51	0,00	0,00	0,00%	84,39%
1	311	001	010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	2.908.975,00	0,00	2.832.292,88	0,00	2.832.292,88	2.832.292,88	0,00	0,00	0,00%	97,36%
1	311	001	0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	9.023.041,00	0,00	8.918.967,85	0,00	8.918.967,85	8.918.967,85	0,00	0,00	0,00%	98,85%
1	311	001	010202	Horas extraordinárias	0,00	3.475.064,00	0,00	3.586.409,04	0,00	3.586.409,04	3.586.409,04	0,00	0,00	0,00%	103,20%
1	311	001	010204	Ajudas de custo	0,00	39.106,00	0,00	20.497,80	0,00	20.497,80	20.497,80	0,00	0,00	0,00%	52,42%
1	311	001	010205	Abono p ^a falhas	0,00	6.791,00	0,00	5.572,34	0,00	5.572,34	5.572,34	0,00	0,00	0,00%	82,05%
1	311	001	010206	Formação	0,00	4.435,00	0,00	27.755,00	0,00	27.755,00	27.755,00	0,00	0,00	0,00%	625,82%
1	311	001	010208	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0,00	134.130,00	0,00	31.450,00	0,00	31.450,00	31.450,00	0,00	0,00	0,00%	23,45%
1	311	001	010209	Subsídio de prevenção	0,00	4.355.583,00	0,00	4.142.462,29	0,00	4.142.462,29	4.142.462,29	0,00	0,00	0,00%	95,11%
1	311	001	010210	Subsídio de trabalho nocturno	0,00	615.214,00	0,00	750.865,22	0,00	750.865,22	750.865,22	0,00	0,00	0,00%	122,05%
1	311	001	010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00	2.378,58	0,00	2.378,58	2.378,58	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	311	001	010213	Outros suplementos e prémios	0,00	15.023,00	0,00	181.958,04	0,00	181.958,04	181.958,04	0,00	0,00	0,00%	1211,20%
1	311	001	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	377.695,00	0,00	169.619,54	0,00	169.619,54	169.619,54	0,00	0,00	0,00%	44,91%
1	311	001	0103	Segurança social	475.974,10	7.347.756,00	0,00	7.753.726,70	475.974,10	6.675.141,62	7.151.115,72	0,00	602.610,98	6,48%	90,85%
1	311	001	010301	Encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	21,53	0,00	21,53	21,53	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	311	001	010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	19.773,00	0,00	24.651,02	0,00	24.651,02	24.651,02	0,00	0,00	0,00%	124,67%
1	311	001	010304	Outras prestações familiares	0,00	7.454,00	0,00	13.341,06	0,00	13.341,06	13.341,06	0,00	0,00	0,00%	178,98%
1	311	001	010305	Contribuições	470.586,62	6.667.271,00	0,00	7.092.498,94	470.586,62	6.019.301,34	6.489.887,96	0,00	602.610,98	7,06%	90,28%
1	311	001	010305A	CGA	274.218,89	4.035.994,00	0,00	4.062.292,99	274.218,89	3.432.729,97	3.706.948,86	0,00	355.344,13	6,79%	85,05%
1	311	001	010305B	Contribuições p ^a a segurança social	196.367,73	2.631.277,00	0,00	3.030.205,95	196.367,73	2.586.571,37	2.782.939,10	0,00	247.266,85	7,46%	98,30%
1	311	001	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	96.101,00	0,00	35.999,72	0,00	35.999,72	35.999,72	0,00	0,00	0,00%	37,46%
1	311	001	010308	Outras pensões	0,00	473.076,00	0,00	534.341,12	0,00	534.341,12	534.341,12	0,00	0,00	0,00%	112,95%
1	311	001	010309	Seguros	5.387,48	10.000,00	0,00	30.647,89	5.387,48	25.260,41	30.647,89	0,00	0,00	0,00%	252,60%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação Atividade	Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descontivos	Compromissos	Despesas para liquidação de exposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução	
									Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
1	311	001	010310	Outras despesas de segurança social	0,00	74.081,00	0,00	22.225,42	22.225,42	22.225,42	22.225,42	0,00	0,00	0,00%	30,00%
1	311	001	0103108	Outras despesas	0,00	0,00	0,00	195,25	195,25	195,25	195,25	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	311	001	010310P	Parentalidade	0,00	74.081,00	0,00	22.030,17	22.030,17	22.030,17	22.030,17	0,00	0,00	0,00%	29,74%
1	311	001	02	Aquisição de bens e serviços	24.743.588,22	18.833.145,00	0,00	43.262.144,16	43.262.144,16	8.448.348,82	20.829.695,65	0,00	22.432.448,51	65,74%	44,86%
1	311	001	0201	Aquisição de bens	21.144.186,65	18.284.204,00	0,00	38.317.617,46	38.317.617,46	12.362.005,51	20.629.812,64	0,00	17.687.804,82	67,61%	45,22%
1	311	001	020102	Combustíveis e lubrificantes	2.080,41	22.756,00	0,00	27.128,13	27.128,13	2.080,41	22.751,41	0,00	2.296,31	9,14%	99,98%
1	311	001	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	835.450,46	563.817,00	0,00	1.414.336,14	1.414.336,14	712.111,91	431.748,13	0,00	270.476,10	126,30%	76,58%
1	311	001	020108	Material de escritório	26.773,44	109.211,00	0,00	124.971,08	124.971,08	19.662,50	80.239,99	0,00	25.068,59	18,00%	73,47%
1	311	001	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	11.069.906,52	11.026.000,00	0,00	23.321.401,54	23.321.401,54	4.413.122,76	5.530.664,56	0,00	13.377.614,22	40,02%	50,16%
1	311	001	020110	Produtos vendidos nas farmácias	5.028.752,19	2.325.814,00	0,00	5.028.677,92	5.028.677,92	4.923.273,66	0,00	0,00	105.404,26	211,68%	0,00%
1	311	001	020111	Material de consumo clínico	3.545.681,83	3.166.409,00	0,00	6.784.158,33	6.784.158,33	1.795.486,69	1.523.993,04	0,00	3.464.678,60	56,70%	48,13%
1	311	001	020113	Material de consumo hoteleiro	380.557,34	351.408,00	0,00	730.857,22	730.857,22	299.882,62	214.710,83	0,00	216.263,77	85,34%	61,10%
1	311	001	020117	Ferramentas e utensílios	15.766,33	11.962,00	0,00	25.411,73	25.411,73	6.250,95	3.622,39	0,00	15.538,39	52,26%	30,28%
1	311	001	020118	Livros e documentação técnica	0,00	9.927,00	0,00	5.166,72	5.166,72	0,00	2.497,51	0,00	2.669,21	0,00%	25,16%
1	311	001	020121	Outros bens	239.218,13	696.900,00	0,00	855.508,65	855.508,65	190.134,01	457.579,27	0,00	207.795,37	27,28%	65,66%
1	311	001	0202	Aquisição de serviços	3.599.401,57	548.941,00	0,00	4.944.526,70	4.944.526,70	19.341,32	180.541,69	0,00	4.744.643,69	3,52%	32,89%
1	311	001	020201	Encargos das instalações	3.595.034,02	472.483,00	0,00	4.879.975,50	4.879.975,50	14.973,77	125.151,18	0,00	4.739.850,55	3,17%	26,49%
1	311	001	020209	Comunicações	4.367,55	76.458,00	0,00	64.551,20	64.551,20	4.367,55	55.390,51	0,00	4.793,14	5,71%	72,45%
1	311	001	020209A	Acesso a Internet	200,60	0,00	0,00	401,20	401,20	200,60	0,00	0,00	200,60	0,00%	0,00%
1	311	001	020209C	Fixas de Voz	967,82	24.843,00	0,00	13.721,73	13.721,73	967,82	11.692,08	0,00	1.061,83	3,90%	47,08%
1	311	001	020209D	Móveis	794,07	5.613,00	0,00	6.211,14	6.211,14	794,07	4.793,47	0,00	623,60	14,15%	85,40%
1	311	001	020209F	Outros serviços comunicações	2.405,06	46.002,00	0,00	44.217,13	44.217,13	2.405,06	38.904,96	0,00	2.907,11	5,23%	84,57%
				Total das Despesas Correntes	25.219.562,32	56.298.546,00	0,00	80.117.833,02	80.117.833,02	12.857.320,93	44.225.452,60	0,00	23.035.059,49	22,84%	22,84%
1	311	001	09	Despesas de Capital											
1	311	001	0909	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	29.381,87	29.381,87	0,00	26.660,67	0,00	2.721,20	0,00%	0,00%
1	311	001	090902	Outros activos financeiros	0,00	0,00	0,00	29.381,87	29.381,87	0,00	26.660,67	0,00	2.721,20	0,00%	0,00%
				Sociedades e quase sociedades não financeiras - Públicas	0,00	0,00	0,00	29.381,87	29.381,87	0,00	26.660,67	0,00	2.721,20	0,00%	0,00%
1	311	001	10	Passivos financeiros	0,00	9.410.088,00	0,00	10.771.126,83	10.771.126,83	0,00	10.771.126,83	0,00	0,00	0,00%	114,46%
1	311	001	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	9.410.088,00	0,00	10.771.126,83	10.771.126,83	0,00	10.771.126,83	0,00	0,00	0,00%	114,46%
1	311	001	100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	0,00	9.410.088,00	0,00	10.771.126,83	10.771.126,83	0,00	10.771.126,83	0,00	0,00	0,00%	114,46%
				Total das Despesas de Capital	0,00	9.410.088,00	0,00	10.800.508,70	10.800.508,70	0,00	10.797.787,50	0,00	2.721,20	0,00%	0,00%
				Total Atividade 001	25.219.562,32	65.708.634,00	0,00	90.918.341,72	90.918.341,72	12.857.320,93	55.023.240,10	0,00	23.037.780,69	19,57%	19,57%
				Total Fonte Fin. 311	25.219.562,32	65.708.634,00	0,00	90.918.341,72	90.918.341,72	12.857.320,93	55.023.240,10	0,00	23.037.780,69	19,57%	19,57%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018

Lançamento: <TODOS>

Orgânica		Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. etc.				
Atividade	Económica	Períodos anteriores	Período corrente	Total							Períodos anteriores	Período corrente							
1	500	001	01	Despesas Correntes															
				Despesas com o pessoal															
1	500	001	0103	Segurança social															
1	500	001	010305	Contribuições															
1	500	001	010305B	Contribuições p/a segurança social															
1	500	001	02	Aquisição de bens e serviços															
1	500	001	0201	Aquisição de bens															
1	500	001	020115	Prémios, condecorações e ofertas															
1	500	001	0202	Aquisição de serviços															
1	500	001	020201	Encargos das instalações															
1	500	001	020202	Limpeza e higiene															
1	500	001	020203	Conservação de bens															
1	500	001	020205	Locação de material de informática															
1	500	001	020210	Transportes															
1	500	001	020211	Representação dos serviços															
1	500	001	020212	Seguros															
1	500	001	020213	Deslocações e estadas															
1	500	001	020213B	Deslocações e estadas Nacional															
1	500	001	020215	Formação															
1	500	001	020217	Publicidade															
1	500	001	020218	Vigilância e segurança															
1	500	001	020219	Assistência técnica															
1	500	001	020220	Outros trabalhos especializados															
1	500	001	020222	Serviços de saúde															
1	500	001	020223	Outros serviços de saúde															
1	500	001	020225	Outros serviços															
1	500	001	03	Juros e outros encargos															
1	500	001	0306	Outros encargos financeiros															
1	500	001	030601	Outros encargos financeiros															
1	500	001	06	Outras despesas correntes															
1	500	001	0602	Diversas															
1	500	001	060201	Impostos e taxas															
1	500	001	060203	Outras															
1	500	001	060203O	Outras															
				Total dasDespesas Correntes															
				16.573.527,14															
				13.403.315,00															
				0,00															
				31.439.603,44															
				31.439.603,44															
				9.030.414,55															
				9.255.503,75															
				18.285.918,30															
				0,00															
				13.153.685,14															
				67,37%															
				67,37%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0,00%															
				0															

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação Atividade	Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exat. etc.	
										Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
1	500	001	070107	Equipamento de informática	3.673,36	0,00	0,00	12.284,39	12.284,39	3.673,36	8.611,03	12.284,39	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	070108	Software informático	29.500,00	0,00	0,00	271.191,11	271.191,11	29.500,00	225.915,98	255.415,98	0,00	15.775,13	0,00	0,00
1	500	001	070109	Equipamento administrativo	4.076,65	0,00	0,00	24.968,47	24.968,47	2.648,62	15.613,44	18.262,06	0,00	6.706,41	0,00	0,00
1	500	001	070110	Equipamento básico	456.985,94	0,00	0,00	722.334,13	722.334,13	305.897,66	84.011,12	389.908,78	0,00	332.425,35	0,00	0,00
1	500	001	070111	Ferramentas e utensílios	17.875,54	0,00	0,00	30.933,86	30.933,86	17.875,54	300,00	18.175,54	0,00	12.758,32	0,00	0,00
1	500	001	070115	Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	553,50	553,50	0,00	553,50	553,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	09	Activos financeiros	1.856,00	0,00	0,00	1.856,00	1.856,00	1.856,00	0,00	1.856,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	0909	Outros activos financeiros	1.856,00	0,00	0,00	1.856,00	1.856,00	1.856,00	0,00	1.856,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	090902	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Públicas	1.856,00	0,00	0,00	1.856,00	1.856,00	1.856,00	0,00	1.856,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	10	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	1.000.844,00	1.000.844,00	0,00	1.000.844,00	1.000.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	0,00	0,00	1.000.844,00	1.000.844,00	0,00	1.000.844,00	1.000.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	500	001	100602	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Públicas	0,00	0,00	0,00	1.000.844,00	1.000.844,00	0,00	1.000.844,00	1.000.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				Total das Despesas de Capital	513.967,49	0,00	0,00	2.064.965,46	2.064.965,46	361.451,18	1.335.849,07	1.697.300,25	0,00	367.665,21	0,00	0,00
				Total Actividade 001	17.087.494,63	13.403.315,00	0,00	33.504.568,90	33.504.568,90	9.391.865,73	10.591.352,82	19.983.218,55	0,00	13.521.350,35	0,00	70,07%
				Total Fonte Fin. 500	17.087.494,63	13.403.315,00	0,00	33.504.568,90	33.504.568,90	9.391.865,73	10.591.352,82	19.983.218,55	0,00	13.521.350,35	0,00	70,07%
				Total Orgânica 1	42.307.056,95	79.111.949,00	0,00	124.422.910,62	124.422.910,62	22.249.186,66	65.614.592,92	87.863.779,58	0,00	36.559.131,04	0,00	28,12%
				Total Geral (Despesas Correntes)	41.793.089,46	69.701.861,00	0,00	111.557.436,46	111.557.436,46	21.887.735,48	53.480.956,35	75.368.691,83	0,00	36.188.744,63	0,00	31,40%
				Total Geral (Despesas Capital)	513.967,49	9.410.088,00	0,00	12.865.474,16	12.865.474,16	361.451,18	12.133.636,57	12.495.087,75	0,00	370.386,41	0,00	3,84%
				Total Geral	42.307.056,95	79.111.949,00	0,00	124.422.910,62	124.422.910,62	22.249.186,66	65.614.592,92	87.863.779,58	0,00	36.559.131,04	0,00	82,94%

O Responsável

O Conselho de Administração

Em 26 de Maio de 2019

Jan Rocha

Em de de

*Luísa Paula Melo Alves
João Carlos da Costa de Azevedo
Luís do Carmo*

Controlo Orçamental da Receita - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2018

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições			Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. etc.	
										Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	s		Período anterior	Período corrente
1	311	001		Fundos próprios														
				Receitas Correntes														
1	311	001	06	Transferências correntes	56.298.546,00	0,00	57.486.901,47	500.000,00	57.486.901,47	500.000,00	500.000,00	0,00	56.986.901,47	56.986.901,47	0,00	0,00%	0,00%	101,22%
1	311	001	0603	Administrações central	698.546,00	0,00	685.057,47	0,00	685.057,47	0,00	0,00	0,00	685.057,47	685.057,47	0,00	0,00%	0,00%	98,07%
1	311	001	060302	Estado - Subsid. de proteção social de cidadania - Regime de solidariedade	698.546,00	0,00	685.057,47	0,00	685.057,47	0,00	0,00	0,00	685.057,47	685.057,47	0,00	0,00%	0,00%	98,07%
1	311	001	0604	Administração regional	55.600.000,00	0,00	56.801.844,00	500.000,00	56.801.844,00	500.000,00	500.000,00	0,00	56.301.844,00	56.301.844,00	0,00	0,00%	0,00%	101,26%
1	311	001	060401	Região Autónoma dos Açores	55.600.000,00	0,00	56.801.844,00	500.000,00	56.801.844,00	500.000,00	500.000,00	0,00	56.301.844,00	56.301.844,00	0,00	0,00%	0,00%	101,26%
				Total das Receitas Correntes	56.298.546,00	0,00	57.486.901,47	500.000,00	57.486.901,47	500.000,00	500.000,00	0,00	56.986.901,47	56.986.901,47	0,00	0,00%	0,00%	101,22%
				Receitas de Capital														
1	311	001	10	Transferências de capital	9.410.088,00	0,00	1.383.334,32	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	1.383.334,32	0,00	0,00%	0,00%	14,70%
1	311	001	1001	Sociedades e quase soc. não financeiras	9.410.088,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	311	001	100101	Públicas	9.410.088,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	311	001	1004	Administração regional	0,00	0,00	1.383.334,32	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	1.383.334,32	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	311	001	100401	Região Autónoma dos Açores	0,00	0,00	1.383.334,32	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	1.383.334,32	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
				Total das Receitas de Capital	9.410.088,00	0,00	1.383.334,32	0,00	1.383.334,32	0,00	0,00	0,00	1.383.334,32	1.383.334,32	0,00	0,00%	0,00%	14,70%
				Total Atividade 001	65.708.634,00	0,00	58.870.235,79	500.000,00	58.870.235,79	500.000,00	500.000,00	0,00	58.370.235,79	58.370.235,79	0,00	0,00%	0,00%	88,83%
				Total Fonte Fin. 311	65.708.634,00	0,00	58.870.235,79	500.000,00	58.870.235,79	500.000,00	500.000,00	0,00	58.370.235,79	58.370.235,79	0,00	0,00%	0,00%	88,83%
				Receitas Correntes														
1	500	001	04	Taxas, multas e outras penalidades	329.159,00	0,00	389.672,14	12.319,61	358.876,11	296,05	296,05	18.634,63	339.945,43	358.580,06	18.772,47	5,66%	5,66%	103,28%
1	500	001	0401	Taxas	329.159,00	0,00	389.672,14	12.319,61	358.876,11	296,05	296,05	18.634,63	339.945,43	358.580,06	18.772,47	5,66%	5,66%	103,28%
1	500	001	040108	Taxas moderadoras	329.159,00	0,00	389.672,14	12.319,61	358.876,11	296,05	296,05	18.634,63	339.945,43	358.580,06	18.772,47	5,66%	5,66%	103,28%
1	500	001	05	Rendimentos da propriedade	0,00	0,00	292,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,97	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	0502	Juros - Sociedades financeiras	0,00	0,00	292,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,97	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	050201	Bancos e outras instituições financeiras	0,00	0,00	292,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,97	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	06	Transferências correntes	0,00	0,00	40.554,67	1.903,00	38.651,67	0,00	0,00	0,00	38.651,67	38.651,67	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	0601	Sociedades e quase soc. não financeiras	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	060102	Privadas	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	0603	Administrações central	0,00	0,00	37.554,67	1.903,00	35.651,67	0,00	0,00	0,00	35.651,67	35.651,67	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	060309	Ser. Fund. Aut. - Subsid. de prot. à família e pol. activas de emp. e	0,00	0,00	37.554,67	1.903,00	35.651,67	0,00	0,00	0,00	35.651,67	35.651,67	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	0605	Administração local	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	060501	Contínente	0,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1	500	001	07	Venda de bens e serviços correntes	11.794.343,00	0,00	5.529.847,84	213.231,10	1.986.892,04	56,80	56,80	1.101.210,91	885.624,33	1.986.835,24	3.329.781,50	9,34%	7,51%	603,19%
1	500	001	0701	Venda de bens	7.683,00	0,00	520.725,61	4.346,17	801.507,05	0,00	0,00	755.163,59	46.343,46	801.507,05	-285.127,61	9829,02%	603,19%	603,19%
1	500	001	070199	Outros	7.683,00	0,00	520.725,61	4.346,17	801.507,05	0,00	0,00	755.163,59	46.343,46	801.507,05	-285.127,61	9829,02%	603,19%	603,19%

Controlo Orçamental da Receita - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2018

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
										Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Período anterior	Período corrente
1	500	001	0702	Serviços	11.786.660,00	0,00	5.009.122,23	208.884,93	1.185.384,99	56,80	56,80	346.047,32	839.280,87	3.614.909,11	2,94%	7,12%
1	500	001	070205	Actividades de saúde	11.478.680,00	0,00	4.493.175,23	207.875,46	753.654,19	56,80	56,80	261.451,10	492.146,29	3.531.702,38	2,28%	4,29%
1	500	001	070299	Outros	307.980,00	0,00	515.947,00	1.009,47	431.730,80	0,00	0,00	84.596,22	347.134,58	83.206,73	27,47%	112,11%
1	500	001	08	Outras receitas correntes	1.279.813,00	0,00	655,18	0,00	655,18	0,00	0,00	0,00	655,18	0,00	0,00%	0,05%
1	500	001	0801	Outras receitas correntes	1.279.813,00	0,00	655,18	0,00	655,18	0,00	0,00	0,00	655,18	0,00	0,00%	0,05%
1	500	001	080199	Outras	1.279.813,00	0,00	655,18	0,00	655,18	0,00	0,00	0,00	655,18	0,00	0,00%	0,05%
Total das Receitas Correntes					13.403.315,00	0,00	5.961.022,80	227.453,71	2.385.075,00	352,85	352,85	1.119.845,54	1.264.876,61	3.348.846,94	8,35%	9,44%
Receitas de Capital																
1	500	001	09	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	4.643,23	0,00	4.643,23	0,00	0,00	0,00	4.643,23	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	0904	Outros bens de investimento	0,00	0,00	4.643,23	0,00	4.643,23	0,00	0,00	0,00	4.643,23	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	090410	Famílias	0,00	0,00	4.643,23	0,00	4.643,23	0,00	0,00	0,00	4.643,23	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	12	Passivos financeiros	0,00	0,00	27.031.731,91	245.208,43	27.031.731,91	245.208,43	245.208,43	0,00	26.786.523,48	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	1206	Empréstimos a médio e longo prazo	0,00	0,00	27.031.731,91	245.208,43	27.031.731,91	245.208,43	245.208,43	0,00	26.786.523,48	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	120601	Sociedades e quase soc. não financeiras	0,00	0,00	27.031.731,91	245.208,43	27.031.731,91	245.208,43	245.208,43	0,00	26.786.523,48	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00	2.048.196,72	0,00	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	1601	Saldo orçamental	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00	2.048.196,72	0,00	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00	0,00%	0,00%
1	500	001	160101	Na posse do serviço	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00	2.048.196,72	0,00	0,00	0,00	2.048.196,72	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas de Capital					0,00	0,00	29.084.571,86	245.208,43	29.084.571,86	245.208,43	245.208,43	0,00	28.839.363,43	0,00	0,00%	0,00%
Total Atividade 001					13.403.315,00	0,00	35.045.594,66	472.662,14	31.469.646,86	245.561,28	245.561,28	1.119.845,54	30.104.240,04	3.348.846,94	8,35%	224,60%
Total Fonte Fin. 500					13.403.315,00	0,00	35.045.594,66	472.662,14	31.469.646,86	245.561,28	245.561,28	1.119.845,54	30.104.240,04	3.348.846,94	8,35%	224,60%
Total Orgânica 1					79.111.949,00	0,00	93.915.830,45	972.662,14	90.339.882,65	745.561,28	745.561,28	1.119.845,54	88.474.475,83	89.594.321,37	1,42%	111,83%
Total Geral (Receitas Correntes)					69.701.861,00	0,00	63.447.924,27	727.453,71	59.871.976,47	500.352,85	500.352,85	1.119.845,54	58.251.778,08	59.371.623,62	1,61%	83,57%
Total Geral (Rec. de Capital)					9.410.088,00	0,00	30.467.906,18	245.208,43	30.467.906,18	245.208,43	245.208,43	0,00	30.222.697,75	0,00	0,00%	321,17%
Total Geral					79.111.949,00	0,00	93.915.830,45	972.662,14	90.339.882,65	745.561,28	745.561,28	1.119.845,54	88.474.475,83	89.594.321,37	1,42%	111,83%

O Responsável

O Conselho de Administração

Em 26 de Abril de 2015

Em de

Júlia Gonçalves Alves
João Carlos B. de Paula
Luís Alves



Tribunal de Contas

ANEXO IX

	RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS a)	
--	--	--

Designação da entidade	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER
-------------------------------	---

Período da Gerência	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018
----------------------------	--

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida anual auferida	Remuneração líquida mensal auferida	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Olga Maria Martins de Freitas	Presidente do Conselho de Administração	40.901,75 euros	4.305,45 euros	01/01/2018 a 14/10/2018	Serretinha, n.º 128, Feteira, 9700-355, Angra do Heroísmo
Maria de Ornelas Bruges Armas	Diretora Clínica	14.254,55 euros	4.074,16 euros	01/01/2018 a 17/04/2018	Rua de Jesus, n.º 48 A, Sé, 9700-103, Angra do Heroísmo
Casimiro Jorge dos Santos Ribeiro	Enfermeiro Diretor	44.246,55 euros	3.687,21 euros	01/01/2018 a 31/12/2018	À Terra Alta, n.º 39, São Mateus da Calheta, 9700-589, Angra do Heroísmo
Marco André Forjaz Rendeiro	Vogal	45.616,59 euros	4.146,96 euros	01/01/2018 a 30/11/2018	Lugar do Poço da Luz, n.º 9, São Mateus da Calheta, 9700-559, Angra do Heroísmo
Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves	Presidente do Conselho de Administração	11.423,72 euros	4.564,49 euros	15/10/2018 a 31/12/2018	Caminho de Baixo, n.º 46, São Carlos, 9700-023, Angra do Heroísmo
Alexandra Cristina Santos Freitas	Diretora Clínica	36.362,85 euros	4.277,98 euros	18/04/2018 a 31/12/2018	São Luís, n.º 300, São Bento, 9700-212, Angra do Heroísmo

24 de abril de 2019

O Conselho de Administração

Luísa Sousa Melo Alves
João Carlos da Silva e Sousa
Casimiro Ribeiro



HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO
DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Período de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2018

CONTA DE GERÊNCIA 2018

SITUAÇÃO NO ORGANISMO, FUNDO OU SERVIÇO ONDE DESEMPENHOU AS FUNÇÕES										CARGOS ACUMULADOS			
NOMES	Cargo ou Função	Data do Provimento	Forma de Provimento	Vencimento	Cargo ou Função	Entidade	Data do Despacho	Regime de Acumulação	Remuneração				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)				
Ana Cristina Fonseca Ferreira dos Santos	Assistente	01-01-2004	Contrato Por Tempo Indeterminado	3.398,92 €	Médico	Clinica Médica da Praia da Vitória e cuidados ao domicílio	14-03-2013	Atividades Privadas com Privadas	(10)				
Ana Cristina Silva Lourenço	Enfermeiro	09-10-1995	CTFP por tempo indeterminado	1.407,45 €	Enfermeiro	Casa Saúde Espírito Santo	31-01-2013	Atividades Públicas com Privadas					
Ana Lúcia Toste Falcão	Técnico 2ª Classe	01-04-2011	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.165,78 €	Terapeuta Ocupacional	Cuidados ao domicílio	07-03-2013	Atividades Privadas com Privadas					
Ana Luísa Coelho Pereira e Silva	Técnico Superior	01-10-2003	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.373,12 €	Psicóloga	Trabalhador Independente	25-07-2006	Atividades Privadas com Privadas					
Ana Maria Ferreira Rodrigues	Assistente	20-10-2012	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.699,46 €	Docente	Faculdade de Medicina de Lisboa	08-05-2015	Atividades Privadas com Privadas	305,54/mensal				
André Borelho Caria	Enfermeiro	17-03-1997	CTFP por tempo indeterminado	1.407,45 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	28-03-2012	Atividades Públicas com Privadas					
André Monteiro Toledo	Técnico 2ª Classe	03-01-2012	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.165,78 €	Fisioterapeuta	Cuidados ao domicílio	07-03-2013	Atividades Privadas com Privadas					
Andréia Filipa Francisco Pombo	Técnico 3ª Classe	02-11-2012	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.165,78 €	Técnica de farmácia	Casa Saúde S. Rafael	05-03-2014	Atividades Privadas com Privadas					
Andréia Isabel Jesus Moniz de Sousa	Assistente	01-07-2017	Contrato Por Tempo Indeterminado	3.398,92 €	Médico	Hospital S. Sebastião Pedreira - St. Mª Feia	26-01-2017	Atividades Privadas com Privadas					
Antão Francisco Castro Caçador	Enfermeiro	01-01-1991	CTFP por tempo indeterminado	1.633,42 €	Enfermeiro	Edificapop, Unipessoal, Lda.	28-03-2011	Atividades Públicas com Privadas					
Célia Maria Almeida Mendes Azevedo	Enfermeira	01-01-2009	CTFP por tempo indeterminado	1.407,45 €	Docente	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	30-08-2017	Atividades Públicas com Privadas					
Cidália Maria Maia Barcelos Silva	Assistente Operacional	12-01-1989	CTFP por tempo indeterminado	738,05 €	Confeiteira	Trabalhador Independente	30-04-2014	Atividades Públicas com Privadas					
Diana Lourenço Pires	Técnico 2ª Classe	01-04-2011	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.165,78 €	Fisioterapeuta	Cuidados ao domicílio	07-03-2013	Atividades Privadas com Privadas					
Durvalina Maria Santos Pais	Assistente Técnico	22-11-1982	CTFP por tempo indeterminado	995,51 €	Assistente Operacional	I.N.S.L.	24-02-2003	Atividades Públicas com Privadas	445,44€/mensal				
Eduarda Fátima Cruz	Assistente Operacional	02-01-1995	CTFP por tempo indeterminado	683,13 €	Distribuidora de gás	Trabalhador Independente	30-06-2011	Atividades Públicas com Privadas					
Elizabeth Berção Lourenço	Técnico 2ª Classe	02-06-2006	CTFP por tempo indeterminado	1.020,06 €	Técnica de audiologia	Widex, Lda.	02-07-2014	Atividades Públicas com Privadas					
Elizabeth Martins Diniz	Enfermeiro	01-03-2016	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.201,48 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	16-03-2018	Atividades Públicas com Privadas					
Isabel Margarida Fernandes Fagundes	Técnico 2ª Classe	15-01-2015	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.020,06 €	Fisioterapeuta	Sport Clube Barreiro	12-11-2015	Atividades Privadas com Privadas					
Joana Santos Leiria Gomes	Técnico Superior	03-09-2012	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.509,30 €	Técnica de farmácia	Saúde + - Supermercado Guarita	05-03-2014	Atividades Privadas com Privadas					
João Edgardo Candeias Vieira	Assistente Operacional	01-01-2009	CTFP por tempo indeterminado	683,13 €	Fotomontista - Freelancer	Jornal Correio Insular, Mais Central, Audiência e revista Contratempo	05-07-2017	Atividades Públicas com Privadas					
João Manuel Pessoa Silva	Assistente Operacional	15-09-1994	CTFP por tempo indeterminado	652,24 €	Vendas on-line	Trabalhador Independente	17-08-2012	Atividades Públicas com Privadas					
João Paulo Paisana Lopes	Assistente Graduado Sênior	01-01-1988	CTFP por tempo indeterminado	2.703,69 €	Médico	Paizana Lopes Unipessoal, Lda.	22-09-2011	Atividades Públicas com Privadas	5,904IECG				
João Pedro Sousa Nogueira	Enfermeiro	01-09-1997	CTFP por tempo indeterminado	1.407,45 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	14-04-2011	Atividades Públicas com Privadas					
José Manuel Nunes Moniz	Enfermeiro Chefe	30-12-1985	CTFP por tempo indeterminado	1.879,06 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	19-11-2010	Atividades Públicas com Privadas	30 €/hora				
Lúcia Fernanda da Silva Lucas	Assistente Técnico	01-08-2002	CTFP por tempo indeterminado	683,13 €	Trabalhadora agrícola	Atividade agrícola	13-11-2013	Atividades Públicas com Privadas					
Lúcia Fernanda da Silva Lucas	Assistente Técnico	01-08-2002	CTFP por tempo indeterminado	683,13 €	Técnica oficial de contas	Invesysystem - Consultadoria Empresarial	02-07-2014	Atividades Públicas com Privadas					
Luís Fernando Correia Pianço	Enfermeiro	20-12-1980	CTFP por tempo indeterminado	2.282,81 €	Formador	Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia	05-11-2010	Atividades Públicas com Privadas					
Luís Paulo Pontes Ferraz Pinheiro	Assistente	05-11-2013	Contrato Por Tempo Indeterminado	3.398,93 €	Docente	Universidade dos Açores	29-09-2016	Atividades Privadas com Privadas					
Manuel Hildeberto Diniz Pires	Técnico 2ª Classe	15-01-2015	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.020,06 €	Fisioterapeuta	Sport Clube Lusitania	05-11-2015	Atividades Privadas com Privadas					
Manuel Luís Escorco Fins	Enfermeiro	01-09-1997	CTFP por tempo indeterminado	1.369,03 €	Enfermeiro	Liga dos Amigos do Hospital	25-05-2011	Atividades Públicas com Privadas					
Manuela Fátima Silva Azevedo	Técnico Principal	15-04-1997	CTFP por tempo indeterminado	1.386,92 €	Fisioterapeuta	Cuidados ao domicílio	01-03-2013	Atividades Públicas com Privadas					
Marco Aurélio Meneses Borges	Assistente Técnico	01-04-2005	CTFP por tempo indeterminado	736,34 €	Decorador	Trabalhador Independente	12-06-2015	Atividades Públicas com Privadas					



HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO
DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.

RELATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

CONTA DE GERÊNCIA 2018

SITUAÇÃO NO ORGANISMO, FUNDO OU SERVIÇO ONDE DESEMPENHOU AS FUNÇÕES				CARGOS ACUMULADOS			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
NOMES	Cargo ou Função	Data do Provisão	Forma de Provisão	Vencimento	Cargo ou Função	Entidade	Regime de Acumulação
Maria Clara Medeiros Teves Simões	Técnico Especialista 1ª Classe	05-12-1990	CTFP por tempo indeterminado	2.102,76 €	Técnica de análises	Centro de Oncologia dos Açores	Atividades Públicas com Públicas
Maria das Mercês Ferreira de Matos Martins Fontes	Técnico 2ª Classe	15-01-2015	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.020,06 €	Fisioterapeuta	Cuidados ao domicílio	Atividades Privadas com Privadas
Maria Elisabete Figueiredo Fernandes Sousa	Técnica de Cardiopneumologia	19-07-1996	CTFP por tempo indeterminado	1.744,84 €	Técnica de Cardiopneumologia	Clinica Médica da Praia da Vitória, Clínica Paissana Lopes e Hospital da Horta	Atividades Públicas com Privadas
Maria Paula Mendonça Bettencourt	Assistente Graduado	01-01-1991	CTFP por tempo indeterminado	3.209,67 €	Direção técnica do ROCCA	Centro de Oncologia dos Açores	Atividades Públicas com Públicas
Mário Damasceno de Carvalho Toste	Assistente Graduado Sênior	22-04-1993	CTFP por tempo indeterminado	4.032,54 €	Diretor Clínico e sócio C/ participação superior a 10%	Centro de Endoscopia de Angra	Atividades Públicas com Privadas
Miguel Jorge Monteiro de Oliveira Lima	Assistente	01-01-2001	CTFP por tempo indeterminado	2.746,24 €	Perito Médico-Legal	Gab. Méd.-Legal Forense Açores-Occidental	Atividades Públicas com Privadas
Milena Toste Arruda Leal	Enfermeiro	06-10-2003	CTFP por tempo indeterminado	1.407,45 €	Enfermeiro	Cuidados de enfermagem ao domicílio	Atividades Públicas com Privadas
Óscar Alberto Monteiro Reis	Assistente Graduado	02-01-1995	CTFP por tempo indeterminado	4.107,03 €	Perito Médico-Legal	Gab. Méd.-Legal Forense Açores-Occidental	Atividades Públicas com Públicas
Raquel Alexandra Ponciano Valadão Vaz Cabral	Enfermeiro	15-12-2004	CTFP por tempo indeterminado	1.203,48 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	Atividades Públicas com Públicas
Raúl Francisco Castro Sousa Nunes Rodrigues	Assistente	01-01-2001	Contrato Por Tempo Indeterminado	3.398,92 €	Médico	Gab. Méd.-Legal Forense Açores-Occidental	Atividades Privadas com Públicas
Roberto Carlos Lopes Vigário	Assistente Operacional	20-06-2008	CTFP por tempo indeterminado	560,54 €	Triplante de ambulância	Bombeiros Voluntários de AH	Atividades Públicas com Privadas
Rogério Sousa Brasil	Enfermeiro	27-07-1989	CTFP por tempo indeterminado	1.613,42 €	Enfermeiro	Cuidados de enfermagem ao domicílio	Atividades Públicas com Privadas
Rui Manuel Lemos Bettencourt	Assistente Graduado	01-01-1989	CTFP por tempo indeterminado	3.209,67 €	Médico	Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Atividades Públicas com Públicas
Sandra Carmo Rodrigues Albreu Toledo	Assistente	01-01-2005	Contrato Por Tempo Indeterminado	3.398,93 €	Médico	Consultório Privado ou domicílio	Atividades Privadas com Privadas
Sandra Isabel Dias M. Belém	Enfermeiro	10-10-2000	CTFP por tempo indeterminado	1.203,48 €	Enfermeiro	Colégio Carrocel	Atividades Públicas com Privadas
Sandra Maria Areias Valadão	Enfermeiro	02-07-2001	CTFP por tempo indeterminado	1.369,03 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	Atividades Públicas com Públicas
Silva Rodrigues	Técnico de Farmácia	02-04-2012	Contrato a Termo Resolutivo Incerto	1.020,06 €	Técnico de Farmácia	Casa de Saúde de S. Rafael	Atividades Privadas com Privadas
Sofia Raquel Ormonde Dinis Ribeiro	Assistente	02-01-2003	Contrato Por Tempo Indeterminado	3.398,93 €	Médico	Centro de Oncologia dos Açores	Atividades Privadas com Públicas
Sónia Maria Silva Figueiredo	Enfermeiro	15-09-1998	CTFP por tempo indeterminado	1.369,03 €	Orientação de alunos	Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores	Atividades Públicas com Públicas
Sónia Raquel Couto Jesus Vieira	Técnico 2ª Classe	01-02-2011	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.165,72 €	Fisioterapeuta	Cuidados ao domicílio e acompanhamento de equipa Federada	Atividades Privadas com Privadas
Susana Silva Bendito	Técnica de Cardiopneumologia	21-01-2002	CTFP por tempo indeterminado	1.145,33 €	Técnica de Cardiopneumologia	Clinica Médica da Praia da Vitória e no Hospital da Horta, E.P.E.R.	Atividades Públicas com Privadas
Tânia Patrícia Silva Fagundes	Técnico 2ª Classe	22-03-2004	CTFP por tempo indeterminado	1.020,06 €	Técnica de farmácia	Praia Saúde, Lda	Atividades Públicas com Privadas
Vanessa Pampolona Gouveia	Técnico Superior	20-10-2008	Contrato Por Tempo Indeterminado	1.569,30 €	Técnica de farmácia	Azevedo & Cabral, Pharmaco Lda.	Atividades Privadas com Privadas
Vergílio Alberto Bastos Schneider Guimarães	Assistente Graduado Sênior	01-02-1979	CTFP por tempo indeterminado	2.858,18 €	Perito Médico-Legal	Gab. Méd.-Legal Forense Açores-Occidental	Atividades Públicas com Públicas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

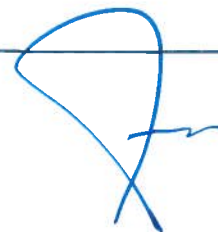
Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 50.968.047 euros e um total de fundos próprios negativo de 93.778.021 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.930.666 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 7 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. As perdas por imparidade acumuladas das dívidas a receber no montante de 717.348 euros destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos devedores que potenciam riscos de cobrabilidade. Esta avaliação da Entidade não comporta os saldos a receber relacionados com os serviços prestados aos subsistemas de saúde, que ascendiam a 37.089.392 euros em 31 de dezembro de 2018 (Nota 23). Existem historicamente enormes condicionalismos na integral recuperação desses saldos decorrentes de dificuldades tradicionais que existem na sua aceitação e validação e, como mencionado no número 2 abaixo desta secção, existe também a incerteza sobre o montante a recuperar a determinar pelo grupo de trabalho dos encargos com os atos médicos prestados aos beneficiários do Sistema Nacional de Saúde. Nestas circunstâncias, não é praticável quantificar os prejuízos que poderão advir da não cobrança das dívidas expressas nas demonstrações financeiras que venham a não ser reconhecidas pelas entidades devedoras ou pelo grupo de trabalho.
2. A Entidade considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos, no cumprimento do princípio da reciprocidade, porque estes atos não são cobrados aos do Serviço Nacional de Saúde, tendo anulado em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, esses encargos



não têm sido reconhecidos na demonstração dos resultados. Nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho fica estabelecido a gratuidade da prestação de cuidados de saúde e dependente de resolução a determinação das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde e, nestas circunstâncias, não podemos concluir quanto aos seus efeitos, se algum, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

3. Os saldos em dívida aos fornecedores, em algumas situações, encontram-se em mora por incumprimento dos prazos previstos nas condições de pagamento contratualmente estabelecidas. Não obstante as negociações com alguns fornecedores terem resultado no perdão ou na redução destes encargos financeiros, não nos foi possível determinar os encargos financeiros que poderão emergir desses atrasos que ainda não foram conhecidos e aceites em referência a 31 de dezembro de 2018.
4. Em relação aos seus trabalhadores com vínculo à relação jurídica de emprego público, a Entidade suporta, na quota-parte correspondente à parcela da antiguidade não abrangida por descontos antes da sua integração no regime de função pública em relação à antiguidade global do trabalhador, a responsabilidade de complementar as pensões de reforma e sobrevivência que foram estabelecidas pela Caixa Geral de Aposentações. Os encargos do ano a este respeito liquidados a esta entidade totalizaram 534.341 euros (em 2017 – 528.286 euros). A inexistência de um estudo atuarial impede-nos de avaliar a responsabilidade que a Entidade tinha com os complementos de pensões de reforma e de sobrevivência a pagar aos seus pensionistas e aos seus empregados no ativo em 31 de dezembro de 2018, tendo para esse efeito reconhecida uma responsabilidade para encargos com pensões no montante de 335.554 euros nessa data.
5. Conforme referido na Nota 23, o montante de renumerações a pagar de 4.435.621 euros, registado na rubrica de Outras contas a pagar, refere-se à estimativa das remunerações com férias, subsídio de férias e trabalho extraordinário, a liquidar no ano subsequente. Este montante não contempla os acréscimos remuneratórios relativos ao reposicionamento do pessoal de enfermagem que são estimados pela Entidade em cerca de dois milhões de euros. Como ainda não foi conhecida a decisão dos montantes a pagar relativamente a estes acréscimos remuneratórios, não nos é possível nesta data concluir em que medida estes encargos poderão afetar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.
6. A Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.



7. A Entidade procedeu à preparação da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Tendo presente a atual fase de desenvolvimento do sistema de informação, não nos foi possível apreciar a razoabilidade da classificação dos fluxos financeiros de acordo com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento e, conseqüentemente, não podemos concluir sobre a sua apropriada preparação em 31 de dezembro de 2018.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

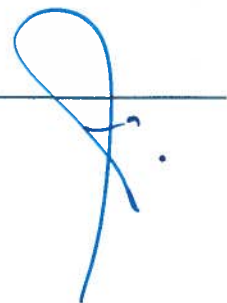
Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras preparadas em referência a 31 de dezembro de 2018 no pressuposto da continuidade das operações apresentam capitais próprios negativos de 93.778.021 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.930.666 euros, sendo-lhe, por isso, aplicável as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. A capacidade da Entidade operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial necessário para proceder à liquidação dos passivos financeiros nos prazos normais contratados. Como indicado na nota 1 do anexo, o financiamento para o ano de 2018 contratualizado com a Secretaria Regional da Saúde, através do contrato-programa para o triénio de 2016 – 2018, foi de 56.301.844 euros, incluindo o prémio de desempenho do ano anterior, no montante de 2.495.918 euros. Adicionalmente, a entidade gestora do sistema regional suportou a totalidade das prestações de capital e encargos financeiros decorrentes do serviço da dívida remunerada, nomeadamente os relacionados com o endividamento bancário que continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da entidade contraente e disponibilizou fundos financeiros no montante acumulado de 74.229.742 euros (em 2017 – 48.468.033 euros - Nota 23).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Na Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, emitimos duas reservas por limitação de âmbito que consideramos entretanto resolvidas, sendo uma relacionada com o reconhecimento de um rendimento de 1.279.660 euros correspondente à faturação estimada e por emitir de serviços médicos prestados até 31 de dezembro de 2017 que não nos era possível aferir



sobre a sua razoabilidade e outra por estar previsto a atribuição de um prémio de desempenho que foi apenas reconhecido em 2018, no montante de 2.765.050 euros, não estando prevista nenhuma atribuição adicional a este respeito para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

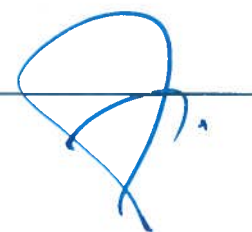
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de

receita cobrada líquida de 89.594.321 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 87.863.780 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto que não nos foi apresentada a conciliação com as contas patrimoniais em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 e, como referido na secção “Incertezas material relacionada com a continuidade”, não foi possível alcançar um saldo nulo na execução do orçamento.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 29 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do **HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. A Entidade tem capitais próprios negativos em 31 de dezembro de 2018 e, nos termos das disposições legais, designadamente do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ter-se-ão de se desencadear medidas de natureza diversa para que capitais próprios sejam repostos a níveis adequados para continuar as suas atividades, situação que terá de ser assegurada com a disponibilização de fundos financeiros por parte do acionista para que sejam suprimidos os atuais riscos financeiros e operacionais e possa ser alcançado o equilíbrio orçamental.
5. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são os constantes no Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstração dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 28 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)